

ISSN 2318-7808

# PRELÚDIOS

Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais da UFBA

v. 2 n. 2 janeiro/junho 2014

# PRELÚDIOS

Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais da UFBA

Prelúdios	Salvador	v. 2	n. 2	p. 1-147	jan./jun. 2014
-----------	----------	------	------	----------	----------------

**Universidade Federal da Bahia**

Reitor: Prof<sup>ª</sup> Dora Leal Rosa  
Vice-reitor: Prof. Luís Rogério Bastos Leal

**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Prof<sup>ª</sup> Maria Hilda Baqueiro Paraíso  
Vice-diretor: Prof. Iole Valim

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

Coordenador: Prof. Clóvis Roberto Zimmermann  
Vice-coordenador: Prof<sup>ª</sup> Lidia Cardel

FFCH-UFBA  
Estrada de São Lázaro, 197  
Federação - Salvador, BA - Brasil  
CEP: 40.210-730

A Revista *Prelúdios* é uma publicação científica eletrônica semestral. Lançada em 2013, tem como objetivo divulgar artigos, ensaios e resenhas de pesquisadores da área de Ciências Sociais vinculados a instituições nacionais e internacionais. Poderão ser submetidos para publicação textos originais – ainda não publicados em outra revista científica nacional ou estrangeira ou em coletâneas – ou publicados em anais de eventos científicos.

**Comissão Editorial Responsável**

Alan Rangel Barbosa, Dhanyane Castro, Elisângela dos Santos, Gabriela Messias, Israel Rocha, Rafael Arantes, Rodrigo Lessa e Thaíse Sá Santos

**Financiamento**

PPGCS (UFBA)

**Preparação de textos**

Equipe da EDUFBA  
Prelúdios - [www.revistapreludios.com.br](http://www.revistapreludios.com.br)  
Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. v. 2, n. 2, jan./jun. 2014  
[contato@revistapreludios.com.br](mailto:contato@revistapreludios.com.br)

**Conselho Consultivo**

(O Conselho Consultivo desta edição será divulgado juntamente com o que irá compor a 3ª edição, a ser publicada em setembro de 2014.)

Em sua integralidade, o conteúdo dos textos publicados é de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando necessariamente na concordância da Comissão Editorial, do Conselho Consultivo ou de qualquer profissional envolvido com a publicação deste periódico.



# PRELÚDIOS

Revista do Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais da UFBA

**Projeto e capa**

Rodrigo Oyarzabal Schlabitz

**Editoração**

Igor Fonsêca de Araújo Almeida

**Revisão**

Susane Barros  
Larissa Nakamura

**Normalização**

Adriana Caxiado

Sistema de Bibliotecas da UFBA

---

Prelúdios : revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA /  
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. - Ano 1,  
n. 1 (2013)- . - Salvador, BA : UFBA, FFCH, Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Sociais, 2013.

v.

Semestral.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1, jul./dez. 2013.

ISSN 2318-7808

1. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

CDD - 300.5

---

---

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

### ARTIGOS

#### **O CAMPESINATO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA MODERNA / 13**

Sérgio Elísio Peixoto

#### **GRAMSCI E O SENTIDO DA POLÍTICA: MATERIALISMO HISTÓRICO, RECUSA DOS DOGMAS ECONOMICISTAS E DAS ILUSÕES “IDEOLOGISTAS” / 45**

Rafael de Aguiar Arantes e Carla Galvão Pereira

#### **CULTURA E IDEOLOGIA: RELEITURAS A PARTIR DA TEORIA SOCIAL CLÁSSICA / 73**

Sara Côrtes

#### **A PIXAÇÃO DOS JOVENS NO CONJUNTO TAQUARIL / 97**

Flávia Cristina Soares

#### **MULHERES POLICIAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL FEMININO / 111**

Francisco Malta de Oliveira e Maria da Luz Alves Ferreira

#### **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: LIMITES, RISCOS E POTENCIALIDADES / 127**

Cristiano das Neves Bodart



---

## EDITORIAL

A construção da ciência se dá, entre outros motivos, através do estabelecimento de debates, sejam eles oriundos de natureza empírica ou teórica. A revista *Prelúdios* visa promover um diálogo necessário para construção da ciência no âmbito acadêmico, na medida em que auxilia o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (PPGCS/UFBA) na divulgação de textos de seus integrantes. Mas não apenas isso, ela abre espaço para que outros (sejam estudantes ou profissionais de outras instituições) ajudem e contribuam nesse debate travado no campo das Ciências Sociais.

Os textos selecionados para publicação nesta edição têm sua devida contribuição neste objetivo. Tais trabalhos podem ser usados na tentativa de construção de análises comparativas de uma mesma temática, com diferentes autores, ou para perceber a possibilidade de abertura para o estabelecimento de novos diálogos, apesar de estarem ancorados em temáticas já tratadas por autores clássicos, por exemplo. São textos que dizem respeito às indagações e interlocuções estabelecidas no mundo contemporâneo, temas que são desenvolvidos através de trabalho de campo e/ou revisões bibliográficas.

Autor convidado desta edição, o Prof. Sérgio Elísio Peixoto procura discutir a complexidade da noção de campesinato diante da diversidade que este grupo social assume em sua trajetória histórica, conforme as mudanças que ocorrem nas formações sociais capitalistas em que se encontra inserido. Em seguida, Rafael de Aguiar Arantes e Carla Galvão Pereira resgatam em sua discussão teórica a noção gramsciana de hegemonia, no intuito de pontuar como este conceito está singularmente enraizado no materialismo histórico, elaborado por Marx e Engels e renovado por Lênin. Apesar da introdução de novos elementos a esse campo de pensamento, a fundamentação teórico-metodológica de Gramsci permaneceu materialista, sinalizam Rafael de Aguiar Arantes e Carla Galvão Pereira. Este artigo pretende ainda focar nos aspectos metodológicos da operacionalização empírica dos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, discutindo-se as dimensões e indicadores necessários para a constatação dos fenômenos da hegemonia e contra-hegemonia na realidade social. Os autores destacam a importância da crítica de Gramsci ao marxismo, considerando-o mecanicista e buscando aprofundar dialeticamente as relações entre a infraes-

trutura econômica e a superestrutura, a economia, a sociedade civil e a sociedade política, permitindo-se renovar a teoria política marxista.

Outro exemplo de revisitação e operacionalização de um texto clássico pode ser observado na proposta de Sara Cortês. A autora busca debater noções como cultura e ideologia, através de um esforço em criar uma espécie de síntese comparativa, tendo como base o que foi tratado por Marx, Weber e Durkheim em seus respectivos trabalhos. Neste artigo, parte-se do pressuposto de que para serem definidas essas noções, é preciso delimitar os sujeitos dos processos ideológicos ou culturais, identificados por cada autor e quais os principais antagonismos. Destaca-se também a recuperação de conceitos-chave que ajudam a “pôr os clássicos em diálogo”, apresentando a importância e atualidade dos clássicos nas Ciências Sociais.

Dados de um trabalho empírico são relatados por Flávia Cristina Soares, ao investigar o fenômeno da pichação e a relação deste com a juventude de uma área periférica de Belo Horizonte. No Conjunto Taquaril – A e B, onde havia um contraste na quantidade de pichações, no estilo da letra e apropriação do espaço público no intuito de obter fama e reconhecimento social – a autora percebeu relações estabelecidas entre estes jovens bem como a maneira de construção de suas identidades, a demarcação territorial e transgressão da lei através de relatos dos moradores da comunidade, jovens ou não. Nas entrevistas, a autora identificou a minimização dos efeitos da pichação na juventude em sua relação direta com programas sociais, ou seja, com a oferta de oportunidades aos jovens, haveria maiores condições sociais e econômicas.

Francisco Malta de Oliveira e Maria da Luz Alves Ferreira abordam questões relacionadas ao trabalho policial feminino, relacionando o trabalho e sua relevância social bem como conceituando gênero e trabalho feminino, tendo como ponto de partida as transformações do mundo do trabalho e na cultura organizacional no ambiente policial-militar. Neste trabalho, faz-se uma revisão bibliográfica, destacando-se a desvantagem no ambiente organizacional, na medida em que se estabelece uma distinção entre trabalho masculino e feminino.

Por fim, destacamos também o texto de Cristiano das Neves Bodart, que discute algumas das potencialidades de práticas do Orçamento Participativo (doravante OP), analisando os riscos existentes quando posto em prática de forma mal sucedida. Através de uma revisão da literatura, ele ressalta que seus possíveis benefícios não se restringem apenas à sociedade civil, mas também ao poder público, estando as suas limitações diretamente relacionadas às questões políticas e técnicas que envolvem a efetivação de sua prática.

A revista *Prelúdios* convida você, leitor, a desfrutar destes trabalhos que são apresentados acima de forma sucinta, convocando todos os que elaboram trabalhos que visam construir ou (re)construir a ciência no seu sentido mais atual, mais renovado, a fazerem parte de uma de suas edições, contribuindo para o crescimento e fortalecimento das Ciências Sociais.



---

## **ARTIGOS**



---

## O CAMPESINATO NA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA MODERNA

### RESUMO

No presente artigo pretende-se, inicialmente, discutir a complexidade do conceito de campesinato, diante da diversidade que este grupo social assume em sua trajetória histórica, conforme as mudanças que ocorrem nas formações sociais capitalistas em que se encontra inserido. Para tanto, parte-se de uma apresentação e discussão do conceito, tomando-se por base algumas proposições de pensadores clássicos. Em seguida, analisam-se os principais aspectos que caracterizam o campesinato nas sociedades agrárias, bem como as transformações que afetam o seu modo de vida quando de sua transição para a sociedade capitalista, enfatizando-se sua incorporação às estruturas produtivas regidas por processos de acumulação de capital, a partir dos países onde a Revolução Industrial originou-se. O artigo faz parte de um estudo mais amplo, onde se procura discutir o envolvimento do campesinato brasileiro no processo de reforma agrária.

**Palavras-chave:** Campesinato. Capitalismo. Sociologia rural.

### 1 O CAMPESINATO COMO UMA CATEGORIA SOCIAL

Uma discussão sobre o campesinato e suas reivindicações de reforma agrária na sociedade brasileira contemporânea carece, inicialmente, da necessidade de situá-lo como um grupo social integrante das sociedades pré-industriais que antecedem o modo de produção capitalista. Isto decerto contribuirá para uma melhor compreensão da diversidade conceitual que caracteriza os estudos sobre sua organização social, além da natureza de sua participação em movimentos que resultaram em expressivas transformações sociais e marcaram a formação das sociedades capitalistas modernas.

De modo geral, a inserção social do campesinato está associada às condições históricas que deram origem às sociedades em que se encontra presen-

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1971) e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1977). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal da Bahia, com trabalho de ensino e pesquisa nas seguintes áreas: globalização; reforma agrária; agricultura familiar; sociologia rural; sociologia do conhecimento; modernidade e pós-modernidade. E-mail: <seapeixoto@uol.com.br>.

te, o que implica na constituição das formas diferenciadas de organização de suas atividades produtivas, da natureza dos seus costumes, tradições culturais e dos meios através dos quais se estrutura sua participação política. Isto constitui uma fonte de diferenciação desses cenários históricos, além de se refletir na diversidade de práticas sociais, políticas e produtivas que lhes são atribuídas. Contudo, apesar desta diversidade, também se observa a existência de alguns elementos constantes na existência social do campesinato, a exemplo das modalidades de posse e de uso da terra, da utilização da força de trabalho familiar nas atividades produtivas, dos laços de dependência com outros grupos sociais e de atitudes conservadoras em relação à mudança. Tais fatores possibilitam que se perceba uma unidade na construção de uma concepção do campesinato enquanto um objeto de estudo, capaz de ser objetivamente investigado em relação a uma realidade histórica determinada.

Estas considerações, por sua vez, projetam outras questões, também complexas de um ponto de vista teórico, tais como a qualificação do campesinato como uma classe social ou como um modo de produção subsidiário, como um grupo social homogêneo ou internamente estratificado, ou ainda, como um grupo social caracterizado pela persistente reprodução social em diferentes realidades históricas ou destinado à extinção.

Nota-se, portanto, que um estudo sobre o campesinato qualquer que seja a dimensão que se pretenda analisar em profundidade, não pode prescindir de uma visão articulada dos principais aspectos que configuram sua constituição como um grupo social distinto, em seu desenvolvimento histórico. Daí a necessidade do delineamento dos elementos estruturais de sua formação para a apreensão da complexidade de que se reveste para a elaboração de uma abordagem sociológica.

Assim, as circunstâncias que envolveram a presença dos camponeses tanto nas sociedades pré-industriais quanto nas sociedades industriais foram cruciais para a determinação de sua condição histórica atual. Conforme Shatin (1996), os camponeses compõem um grupo social que sempre se encontra presente em uma sociedade maior. Por conseguinte, não existe uma sociedade camponesa propriamente dita. Porém, isto não os caracteriza apenas como um grupo envolvido com outros grupos ou formas de organização social, mas, também, como reagem a elas. O aprofundamento mais rápido desses laços nas sociedades contemporâneas converteu-se em uma questão central para sua compreensão.

Atualmente, os camponeses continuam a participar de movimentos sociais e políticos, o que leva a crer que continuarão a desempenhar um papel im-

portante nas mudanças sociais na contemporaneidade. Contudo, a importância do espaço que ocupam nas sociedades atuais depende, evidentemente, do nível de desenvolvimento das forças produtivas nelas alcançados, bem como da complexidade crescente das relações sociais e políticas existentes.

Com efeito, o campesinato é definido de forma variada, o que reflete as realidades sociais e culturais em que se encontra inserido. Dentre os critérios comumente encontrados nessas definições sobressaem os de sua cultura e modos de vida; os de sua ocupação econômica, geralmente ligada à exploração da terra; os de suas relações com outros grupos sociais; de sua diferenciação em subgrupos, evidenciando formas internas de desigualdade; da posse e uso da terra; e da utilização de técnicas de produção. As definições assim elaboradas ora combinam estes critérios, ora enfatizam um deles, geralmente buscando dar conta das realidades sociais diversas e complexas em que o campesinato se faz presente.

Mintz (1973), por exemplo, lamenta esta falta de consenso, bem como da ausência de tipologias capazes de detectar o campesinato em toda sua complexidade. Neste sentido, propõe-se a discutir os aspectos de maior relevância para a construção dessas definições, salientando, dentre outros, a importância da discussão sobre sua composição interna, o seu relacionamento com outros setores rurais não camponeses e o uso dos conceitos de cultura tradicional e de pequena comunidade.

Por outro lado, Wolf (1970) assinala, inicialmente, que o mundo camponês é dotado de uma organização social variável, em conformidade com os países em que as populações camponesas encontram-se localizadas. Dentre as suas principais características estão a sua constante reprodução social, em que pese as reiteradas previsões de sua extinção, sua situação de dependência dos grupos detentores do poder e a orientação de suas atividades econômicas para o sustento da família. Segundo Wolf (1970), eles produzem visando assegurar um número mínimo de bens necessários à sua subsistência. Contudo, seu envolvimento com grupos externos obriga-os a produzir excedentes acima do mínimo necessário ao consumo e à renovação dos equipamentos utilizados no processo produtivo, de modo a responder a uma série de comprometimentos gerados pelas relações de poder assimétricas mantidas com esses grupos.

Wolf (1970) ressalta que, além de produzirem os “mínimos calóricos” necessários à sua subsistência, os camponeses constituem “fundos de manutenção”, definidos como gastos necessários à renovação dos equipamentos utilizados tanto para a produção quanto para o consumo. Porém, a formação dos fundos de manutenção não requer, propriamente, a produção de excedentes.

Estes são necessários em função de outros objetivos, como os de estabelecimento de relações sociais e da observância de normas e valores que regulamentam sua vigência. Tais relações, no entanto, não são apenas instrumentais. Implicam em um conjunto de construções simbólicas, que as produzem e justificam, e assumem um aspecto cerimonial traduzido na realização de festas, casamentos, etc., que requerem despesas para sua realização. Tais despesas são providas por uma parte dos excedentes produzidos, constituindo-se no “fundo cerimonial”.

Quando se encontram inseridos em sociedades mais complexas, os camponeses desenvolvem “[...] níveis assimétricos de troca, determinados por condições externas” (WOLF, 1970, p. 23), o que conduz à apropriação dos excedentes por outros agentes econômicos, através de redes de troca. Se estas redes forem limitadas às condições locais, as trocas podem ser referidas à capacidade aquisitiva dos agentes nelas envolvidos. Se são mais abrangentes, podem desenvolver-se de forma desfavorável aos camponeses, dado o caráter assimétrico de suas relações com os grupos externos. Desse modo, para atender a essas e a outras exigências de fora, como os pagamentos pelo uso da terra ou de instrumentos necessários ao seu cultivo, resultante de um “domínio” sobre ela, os camponeses constituem um fundo de aluguel:

*Essa produção de um fundo de aluguel é o que distingue, criticamente, o camponês do cultivador primitivo. Essa produção, por outro lado é impulsionada pela existência de uma ordem social que possibilita a formação de um grupo de homens que, através do poder, exigem pagamentos de outros, resultando na transferência da riqueza de uma parcela da população para outra. O que é perda para o camponês é ganho para os detentores do poder, pois o fundo de aluguel levantado pelo camponês é parte do ‘fundo de poder’ através do qual os dominadores se alimentam. (WOLF, 1970, p. 24, grifo do autor)*

Wolf (1970) assinala ainda, que o surgimento do campesinato e das relações de poder que mantém com outros grupos tem como marco decisivo o aparecimento do Estado. A existência das cidades tem um papel importante na medida em que o poder dos governantes localize-se nelas, anteriormente, o que nem sempre acontecia. Daí a relevância de sua existência ter sido um fator relativo, até que os núcleos do poder fossem definitivamente transferidos para os centros urbanos, o que reflete um nível de desenvolvimento mais elevado das forças produtivas.

Não é a cidade, mas o Estado que constitui o critério decisivo para o reconhecimento da civilização, sendo o aparecimento do Estado o limiar da transição entre cultivadores de alimentos em geral e camponeses. Portanto, é somente quando um cultivador está integrado em uma sociedade com um Estado – isto é, somente quando o cultivador passa a estar sujeito a exigências e sanções de detentores do poder, exteriores a seu estrato social – que podemos falar apropriadamente de um campesinato. (WOLF, 1970, p. 26)

Contudo, mesmo nesses contextos, os camponeses deparam-se com a necessidade de compatibilizar a satisfação das necessidades de suas famílias com as exigências impostas pelos grupos dominantes dessas sociedades. Isto lhes impõe uma busca constante de um equilíbrio entre essas situações conflitantes. Para o alcance desse equilíbrio, os camponeses recorrem a duas estratégias, quais sejam a do incremento da produção e a da redução do consumo. Ambas convergem para a finalidade de preservação de sua autonomia, o que decorre, em grande parte, de sua capacidade de controle e cultivo da terra. Estas estratégias não se excluem. Os camponeses podem utilizá-las em períodos diferentes, conforme as determinações do contexto em que se localizam. Para manter o equilíbrio indispensável à sua sobrevivência, vêm-se obrigados a procurar uma adaptação constante às mudanças nas relações sociais que configuram as sociedades em que vivem.

Por sua vez, Shanin (1996, p. 54) propõe que uma definição mais abrangente do campesinato deveria conter quatro dimensões bem articuladas entre si. Neste caso, em primeiro lugar aparece “a roça da família camponesa como a unidade multidimensional básica da organização social”, que constitui o meio através do qual o camponês e sua família obtêm os recursos mais importantes para a subsistência, bem como de sociabilidade e identidade. Em segundo, está “o trato da terra como principal meio de vida”, o que significa que, via de regra, o camponês apresenta um baixo nível de especialização em suas tarefas, mas combina atividades diferentes, cujos resultados são importantes para a definição de sua posição social. Seguem-se os “os padrões culturais específicos ligados ao modo de vida de uma pequena comunidade/vizinhança rural”, que indica que a cultura camponesa é formada no âmbito da comunidade ou da aldeia, de forma interativa direta, influenciando suas relações com os “de fora”. Por fim, assinala “a posição de ‘subalterno’ – o domínio do campesinato por elementos de fora”. Ou seja, a contínua subjugação dos camponeses os fazem reagir mediante o uso das “armas dos fracos” (sabotagem econômica, absenteísmo, boicote) ou através de revoltas, que os fizeram uma das forças revolucionárias mais impor-

tantes do século XX. Shanin ainda ressalta que o campesinato, a exemplo de toda entidade social, deve ser compreendido de forma processual, atentando-se para os aspectos históricos e ecológicos que geram sua diversidade, evitando-se, dessa maneira, analisar seu desenvolvimento por uma via única.

Chayanov (1981) parte da ideia de que a teoria econômica sobre o capitalismo baseia-se em conceitos como os de preço, capital, salário, juro e renda, inadequados à explicação da realidade produtiva do campesinato. Assim, tal teoria não é capaz de compreender a existência e o funcionamento de unidades produtivas que se baseiam na utilização da mão de obra familiar e têm como principal objetivo satisfazer as suas necessidades de consumo. Segundo Chayanov (1981, p. 137):

Aqui só se pode calcular (medir) a quantidade considerando-se a extensão de cada necessidade única: é suficiente, é insuficiente, falta tal ou qual quantidade; é este o cálculo que se faz aqui. Devido à flexibilidade das próprias necessidades, este cálculo não necessita ser muito exato. Portanto não se coloca a questão da lucratividade comparada dos diversos dispêndios: por exemplo, se será mais lucrativo ou vantajoso cultivar cânhamo ou pastagem. Pois estes produtos vegetais não são permutáveis e não podem substituir um ao outro; não se pode aplicar uma norma comum a eles.

Chayanov (apud WOLF, 1970) ressalta que o campesinato desenvolve suas atividades sociais e produtivas de um modo inteiramente distinto daquele existente na produção capitalista, orientando-se por uma lógica estritamente vinculada às suas condições de existência. Assim, a exploração da terra onde trabalha não se encontra sujeita a um cálculo da lucratividade, mas sim a de uma estratégia que assegure a reprodução social do grupo familiar. É isto que faz com que o esforço dispendido em suas atividades não seja medido pelo valor individual da jornada de trabalho, mas pelo retorno que possa proporcionar ao grupo familiar, durante o ano, em termos de sua subsistência.

Após fornecer as primeiras evidências que demonstram as diferenças de uma economia camponesa de uma economia capitalista, Chayanov (1981) salienta que o desempenho das unidades econômicas familiares varia conforme os recursos disponíveis para a organização de suas atividades, a saber a quantidade de terra, sua qualidade, a distância dos mercados e o tamanho do grupo familiar. Em seguida, introduz o conceito de autoexploração, relativo ao uso da força de trabalho familiar na unidade produtiva, considerando que, apesar de penosas, as atividades produtivas não são remuneradas. Neste sentido, o que

regula efetivamente o dispêndio do trabalho é a satisfação das necessidades de consumo do grupo familiar.

Assim, a lógica da organização camponesa reside na tentativa de obter o equilíbrio entre os esforços para produzir e as necessidades de reprodução do grupo familiar. Uma vez obtida a quantidade dos bens necessários à subsistência do grupo, não mais existe a premência do uso do trabalho em condições muito desgastantes. Em uma situação em que se constate uma insuficiência de terra, mesmo tendo alcançado um nível elevado de rendimento por unidade de trabalho, o camponês vê-se obrigado a intensificar a utilização deste recurso, por mais penosas que sejam as condições existentes, a fim de obter o necessário para sua subsistência. Porém, pode ocorrer, ainda, outra situação em que o número de membros da família aptos para as atividades agrícolas seja menor do que o necessário à exploração da terra disponível, o que obriga o camponês a agir de forma idêntica. Nota-se, portanto, que os elementos mais importantes para a exploração das unidades produtivas camponesas são os recursos naturais disponíveis, sua localização em relação aos mercados, o tamanho do grupo familiar e a capacidade de trabalho dos seus membros. Conforme Chayanov (1981, p. 141):

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e por conseguinte a prosperidade da economia familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja com menor auto exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua exploração econômica.

De acordo com as condições existentes para o cultivo da terra, a realização de suas atividades podem implicar, portanto, na redução do consumo ou na intensificação do trabalho dos membros do grupo. Desse modo, quando a terra for abundante, os resultados dos esforços produtivos tenderão a ser satisfatórios. Contudo, quando sua disponibilidade for limitada, o trabalho será intensificado, de modo a permitir a utilização do excedente da força de trabalho. A terra alugada ou adquirida por preços acima do que seria considerado lucrativo em uma atividade típica de uma economia capitalista, segue igualmente a mesma lógica, qual seja a de evitar a impossibilidade do uso do excedente de trabalho.

Observa-se, pois, que além de enfatizar os aspectos internos da estrutura de produção das unidades familiares camponesas, Chayanov chamou atenção para o modo como elas se reproduziam socialmente, a partir de uma lógica diferente da economia capitalista. Diante das peculiaridades da economia familiar e de sua coexistência com outros sistemas, ele entendia ser muito difícil a elaboração de uma teoria econômica universal. Assim, propunha a construção de uma teoria econômica específica para cada tipo de organização produtiva existente.

Em face das diferentes realidades vivenciadas pelos camponeses ao longo da história, surgem, portanto, variadas maneiras de explicar sua constituição social e participação nos processos de mudança social. Tais concepções abrangem desde as conceituações pejorativas até aquelas que os consideram como um grupo social de grande importância para o desenvolvimento das formações sociais em que se encontram presentes. Shanin (1996) lembra que no mundo pré-industrial a atitude predominante em relação aos camponeses era a de hostilidade e silêncio. Em diversos idiomas europeus, a palavra camponês incluía significados depreciativos, como os de rústico, ladrão, bandido e saqueador.

No século XIX, Marx comparou o campesinato a um “saco de batatas”, ao referir-se aos problemas decorrentes de sua organização social que dificultavam a formação de uma consciência política que pudesse mobilizá-los contra a exploração a qual eram submetidos. O campesinato era visto por ele como uma classe tendente a desaparecer, reacionária e voltada para as tradições, embora, em alguns momentos fosse portadora de ações revolucionárias. (MARX, 1968)

Marx nunca analisa continuamente o papel do campesinato. Sua atenção está voltada para o estudo do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, neste contexto, para a formação do operariado como classe social. Este se constituía no ator privilegiado das mudanças históricas esperadas, na medida em se constituía a classe social com maior visibilidade política sobre a necessidade de transformação da sociedade burguesa. No entanto, o campesinato jamais aparece ocasionalmente em suas análises, mas somente quando suas ações ou aquelas que lhes são dirigidas assumem uma importância decisiva para o desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim, ao analisar o papel do campesinato, Marx está sempre lidando com realidades históricas específicas, a exemplo do que o faz no *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, quando analisa sua participação nas lutas políticas na França, ou no *O capital*, quando se refere ao processo de expropriação de suas terras na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, e analisa as determinações da renda fundiária.

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx define as principais características do campesinato francês, destacando os seguintes aspectos:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias um departamento. A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homologas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm de ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo de aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato de que o poder o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade. (MARX, 1968, p.132-133)

De modo geral, o campesinato é considerado um empecilho ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, um obstáculo ao progresso, um resquício do passado, uma classe destinada a desaparecer em razão do desenvolvimento do capitalismo. No entanto, Marx também considera a possibilidade do

campesinato constituir-se em uma força revolucionária capaz de ser mobilizada em momentos de crise. Isto, aliás, foi o que ocorreu na Rússia, em 1917, quando os bolcheviques tomaram o poder apoiados pelos camponeses.

Os estudos sobre os camponeses que se seguem aos trabalhos de Marx irão se somar a uma ampla gama de investigações constituída por diversas abordagens, orientadas por interesses políticos e ideológicos. Dentre os pensadores que dão continuidade ao seu pensamento, os estudos sobre o campesinato têm sua elaboração condicionada tanto por realidades sociais específicas, quanto pelos objetivos atribuídos a sua transformação.

Kautsky (1972), baseado nas transformações em desenvolvimento na agricultura alemã no final do século XIX, prevê a extinção do campesinato, associando-a a sua incapacidade de concorrer com a grande propriedade. Assinala que os camponeses regulam sua própria reprodução biológica e social de acordo com as condições que afetam suas atividades produtivas. Quando dispõem de melhores condições para a exploração de suas terras, geram um maior número de filhos. Quando se encontram privados de tais condições, regulam sua procriação.

Contudo, se existe uma oferta de oportunidades de trabalho fora das unidades agrícolas, esta situação muda radicalmente. A população cresce rapidamente, pois, a oportunidade de trabalho aparece como uma possibilidade de independência para o camponês que, de modo idêntico ao de um trabalhador assalariado, emerge como o detentor de sua própria força de trabalho. Em consequência, o rápido crescimento da população irá, por sua vez, requerer um aumento do número das explorações. A fragmentação das propriedades assim resultante pode atingir as grandes explorações. De acordo com Kautsky (1972, p. 10, v. 2):

O elevado preço do solo das pequenas propriedades é, naturalmente, um poderoso motivo de fragmentação das grandes, onde quer que a situação seja favorável ao crescimento da população e à exploração das pequenas indústrias acessórias para além da própria exploração da terra. A subdivisão das propriedades e a fragmentação das terras podem tomar então proporções consideráveis.

Para o camponês que faz uso da terra como um meio de sua reprodução social, o que mais interessa é se o preço obtido pela venda de seu produto paga o seu trabalho. Operando enquanto um produtor simples de mercadorias, ele “[...] pode renunciar ao lucro e à renda fundiária”. (KAUTSKY, 1972, p. 8) No entanto, ao pagar um preço excessivo pela terra, seus encargos se elevam enormemente,

o que significa a intensificação do processo de exploração ao qual está indiretamente submetido. A lógica que orienta este comportamento não é, portanto, a da ampliação dos recursos investidos, mas a de obtenção de sua reprodução social através do que é auferido com o trabalho despendido na unidade familiar. O custo da pretendida autonomia passa a ser muito alto. Assim, as consequências que acarretam para os camponeses contribuem para acelerar o seu processo de proletarianização:

Quanto mais pequenas são as propriedades, maior é o desejo de um trabalho acessório; quanto mais este trabalho passa para um primeiro plano, mais as propriedades podem diminuir e menos são elas capazes de fazer face às necessidades da família. Tanto mais que, nessas propriedades minúsculas a exploração é cada vez menos racional. A insuficiência de animais de tiro e de instrumentos não permite uma cultura racional, sobretudo uma lavra profunda. A escolha das plantas a cultivar é determinada pelas necessidades do lar e não pela preocupação de conservar a fertilidade do solo. A falta de gado e de dinheiro tem como consequência a falta de estrume e de adubo artificial. A tudo isto junta-se ainda a falta de braços; quanto mais o trabalho pago passa para primeiro plano e o trabalho doméstico se torna acessório, mais esse trabalho pago absorve o tempo da família e, por vezes, precisamente nos momentos em que seria necessário entregar-se inteiramente à exploração da propriedade (por exemplo, na altura da ceifa). Cada vez mais se deixa esta função para a mulher, para as crianças e, às vezes, mesmo para os avós inválidos. É preciso que o pai e os filhos já crescidos 'ganhem'. A cultura dessas explorações minúsculas – que não são mais que acessórios da casa – assemelha-se ao lar do proletário, onde os resultados mais miseráveis são obtidos à custa do maior desperdício do trabalho e do mais completo esgotamento da mulher. (KAUTSKY, 1972, p. 10-11, v. 2)

Desse modo, os camponeses passam a depender de forma crescente dos rendimentos do trabalho acessório para o pagamento de impostos, o consumo de bens industrializados e até mesmo para a aquisição de produtos alimentares anteriormente obtidos em suas explorações. Em sua maioria, evidenciam que transitaram da condição de vendedores de alimentos para a de vendedores de força de trabalho e compradores dos alimentos de que necessitavam. Em outras palavras, as pequenas propriedades tornam-se fornecedoras de trabalho assalariado às grandes explorações, das quais começam também a comprar alimentos. Apesar da relação que mantêm com a propriedade, os pequenos camponeses encontram-se em condições semelhantes às dos operários industriais, constituindo-se alvo da exploração dos empresários capitalistas.

Lênin (1982), com base em observações relacionadas com as mudanças na sociedade russa a partir da segunda metade do século XIX, também postula a ideia de que o desenvolvimento do capitalismo no campo conduzirá ao desaparecimento do campesinato, mediante um processo de diferenciação social em seu interior que resultará em sua proletarização.

Com efeito, uma análise sistemática da economia e da organização social do campesinato tornava-se de extrema importância para o pensamento marxista, no final do século XIX, em face das transformações provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa. No entanto, esta tarefa mostrava-se necessariamente diferenciada conforme a realidade de cada país. Na Alemanha, Kautsky (1972) procurava demonstrar que a expansão do capitalismo nas áreas rurais levaria ao fim do campesinato, devido à sua incapacidade de competir com as grandes explorações agrícolas. Na Rússia, contudo, o que Lênin (1982) colocava em questão era como a transformação do campesinato poderia acelerar ou retardar o próprio desenvolvimento do capitalismo. Enquanto na Alemanha as relações de produção capitalistas disseminavam-se no campo, na Rússia ainda persistiam as relações servis, abolidas oficialmente em 1861. (PAULO NETTO, 1982) Entretanto, em ambos os países evidenciava-se uma questão em comum, qual seja a de como o conhecimento das condições sociais de existência dos camponeses poderia contribuir para promover alianças políticas consistentes entre este grupo e o proletariado urbano. É neste contexto que irão tomar corpo duas vertentes do pensamento social russo, tendo de um lado os populistas e do outro, os marxistas.

Os populistas entendiam que sendo a Rússia um país predominantemente agrário, existia a possibilidade de sua transição para o socialismo sem passar necessariamente pelo capitalismo. Desde que a principal forma de organização social era a comunidade camponesa, tornava-se necessária sua emancipação das relações servis para que esta transição ocorresse. Para tanto, fazia-se necessário promover a conscientização dos camponeses e mobilizá-los para combater a autocracia e os latifundiários, cujas terras deveriam ser tomadas e redistribuídas. As instituições sociais baseadas na comunidade careciam de ser preservadas. O capitalismo é que deveria ser evitado. Os camponeses também eram considerados como um grupo social homogêneo e o principal sujeito do processo revolucionário.

De acordo com os populistas, o desenvolvimento do capitalismo na Rússia seria extremamente difícil, em razão da falta de um mercado interno. O fato de o processo produtivo apoiar-se, em grande parte, em atividades agrícolas realizadas por camponeses e de estarem voltadas praticamente para sua sub-

sistência, limitaria intensamente a aquisição de produtos industrializados. Por outro lado, a alternativa de produzir e de exportar estes produtos também estaria comprometida em face do domínio dos mercados mais importantes por parte dos países mais industrializados. Desse modo, a implantação do capitalismo industrial na Rússia dependeria do deslocamento de uma grande quantidade de recursos gerados por uma economia de base agrícola, o que prejudicaria os camponeses, mesmo que sem nenhuma possibilidade de acesso aos mercados externos.

É em resposta a estas premissas do pensamento populista que Lênin irá elaborar a sua teoria sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e do envolvimento do campesinato neste processo. Lênin caracterizava o pensamento populista como uma construção teórica reacionária, na medida em que considerava o capitalismo na Rússia como uma regressão, capaz de destruir os “pilares” da comunidade aldeã. Por outro lado, os populistas compreendiam estas comunidades como o aspecto mais importante da economia russa, ignorando o desenvolvimento da produção capitalista, das diferenças entre as classes e os conflitos inerentes a tal situação. Por fim, não se davam conta das determinações sociais que influenciavam seu próprio pensamento (Paulo Netto, 1982).

Assim, de acordo com a necessidade de compreender a formação do capitalismo na Rússia e, com base nessa compreensão, orientar a organização e as alianças dos camponeses com o proletariado, o que passava pela crítica do pensamento populista, Lênin elaborou um dos estudos mais importantes e controversos do marxismo, no qual trata da questão do campesinato. Neste trabalho, intitulado *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, a análise efetuada por Lênin sobre o campesinato está diretamente relacionada com o estudo da formação do capitalismo russo. Assim, procura dar conta das contradições que se estabelecem entre as necessidades de acumulação de capital no conjunto da sociedade e a persistência das relações de produção servis na agricultura, bem como das consequências desse processo para a reordenação do sistema de classes. Lênin considera que a possível extinção do campesinato dependerá da necessidade do capital de transformá-lo em força de trabalho livre, indispensável à geração de mais-valia. Desse modo, a massa camponesa proletarizada, longe de constituir uma ameaça à formação de um mercado de consumo interno de bens industrializados, representaria uma das condições essenciais para sua realização.

Tomando por base as mudanças no campesinato russo no final do século XIX, Lênin entendia que ocorreria uma tendência a uma diferenciação interna em sua composição, que resultaria na formação de uma classe minoritária de-

tentora dos meios de produção, e de outra constituída por um grande número de produtores destituídos desses meios, cuja única opção seria a venda de sua força de trabalho para assegurar sua sobrevivência. Com base nessas observações, Lênin delineou duas vias para o desenvolvimento do capitalismo a serem seguidas pelo campesinato: a prussiana e a democrática. Na via prussiana, o processo de desenvolvimento seria conduzido pelos grandes proprietários, que transformariam suas explorações em empresas capitalistas, mantendo os meios de controle da força de trabalho preexistentes, o que implicaria em uma passagem mais lenta para o capitalismo. Por outro lado, a via democrática decorreria de um processo revolucionário liderado pelos camponeses, que destruiria as antigas relações de servidão, o que promoveria a aceleração do processo de diferenciação interna do campesinato, tendo em vista o rápido desenvolvimento das forças produtivas na direção do capitalismo.

A contribuição de Lênin é de grande importância, na medida em que assinala a relevância da luta de classes na transformação dos modos de produção pré-capitalistas. No entanto, o modelo por ele elaborado é de generalização limitada, desde quando os casos da Inglaterra e da França são bem diferenciados do que foi previsto em sua concepção. (DORE, 1988)

Por sua vez, a contribuição de MAO-TSÉ-TUNG para a discussão sobre o campesinato não pode ser dissociada da realidade chinesa na primeira metade do século XX. No início deste século, a China encontrava-se em um estado de desagregação política muito acentuado. Era governada por um império em decadência e tinha partes do seu território ocupadas por vários países imperialistas, que extraíam recursos naturais valiosos e controlavam amplas parcelas do seu comércio com exterior. A maioria de sua população estava localizada nas áreas rurais, vivendo em condições de pobreza muito grande, fruto da exploração a que era submetida pelos proprietários de terra e por caudilhos militares.

As insatisfações decorrentes dessa situação resultaram na derrubada do Império e na instalação de um regime republicano, em 1912, empenhado na realização de uma revolução democrático-burguesa, tendo como principais objetivos a recuperação econômica do país, a expulsão dos países imperialistas e a formação de um sistema político democrático. O Partido Comunista Chinês - PCC participava da coalizção de forças que apoiavam este regime, buscando ampliar os espaços políticos para a luta dos operários industriais, a quem se creditava o papel de liderança revolucionária na construção do socialismo. Desse modo, integrava-se ao *Kuomintang*, partido de sustentação do novo regime, que reunia interesses bastante heterogêneos, o que dificultava uma aliança mais duradoura entre as forças políticas que o compunham.

Com efeito, as tensões que abrigavam tal projeto eram de tal monta que os comunistas, após serem quase que totalmente massacrados pelas facções dominantes e reacionárias do *Kuomintang*, em 1927, o abandonaram e assumiram uma condução própria do processo de transformação revolucionária da China. MAO-TSÉ-TUNG tornou-se uma figura central nessas divergências, em virtude da concepção que tinha do campesinato e do seu potencial revolucionário. No entanto, isto somente se concretizou após um período de luta interna muito intensa dentro do PCC, tendo em vista a visão fortemente arraigada de suas principais lideranças políticas sobre o papel de vanguarda do proletariado na consecução do movimento revolucionário rumo ao socialismo.

MAO-TSÉ-TUNG defendia que os camponeses eram os principais aliados dos operários, e que as ações revolucionárias deveriam se concentrar nas áreas rurais. Esta posição, apesar de contrariar concepções clássicas do marxismo sobre o campesinato, com o tempo mostrou-se inteiramente correta, o que lhe acarretou prestígio e poder dentro do PCC e, mais tarde, uma liderança quase que absoluta. De fato, tal posição era coerente com a realidade chinesa, na qual o operariado representava uma parcela bem diminuta da população de trabalhadores e se concentrava em poucas cidades. Segundo suas próprias palavras:

O proletariado industrial moderno compreende aproximadamente dois milhões de pessoas. O atraso econômico da China explica a razão de essa cifra ser assim tão reduzida. Estes dois milhões de operários industriais estão empregados principalmente em cinco setores: estradas de ferro, minas, transporte marítimo, indústria têxtil e estaleiros. Grande parte deles acha-se sob o jugo do capital estrangeiro. Apesar de numericamente fraco, o proletariado representa as novas forças produtivas da China; é a classe mais progressista da China moderna e se converteu na força dirigente do movimento revolucionário. (MAO-TSÉ-TUNG, 1926, p.131)

O campesinato, por sua vez, representava a maioria da população chinesa e vivia sob um sistema de exploração e de opressão exercido pelos proprietários de terra e grupos militares. De acordo com Hobsbawm (1995, p. 449):

O explosivo social que alimentou a revolução comunista foi a extraordinária pobreza e opressão do povo chinês, inicialmente das massas trabalhadoras nas grandes cidades costeiras do centro e do sul da China, que formavam enclaves sob controle imperialista estrangeiro e, às vezes, da própria indústria moderna – Xangai, Cantão e Hong Kong –, e, depois, do campesinato, que formava 90% da vasta população do país. Sua con-

dição era muito pior até mesmo que a da população urbana chinesa, cujo consumo, per capita, era qualquer coisa tipo duas vezes maior. A simples pobreza da China já é difícil de imaginar para leitores ocidentais. Assim, na época da tomada comunista (dados de 1952), o chinês médio vivia essencialmente com meio quilo de arroz ou grãos por dia, e consumia pouco menos de 0,08 quilo de chá *por ano*. Adquiria um novo par de calçados a cada cinco anos, mais ou menos (China Statistics, 1989, tabelas 3.1, 15.2, e 15.5).

A transformação da sociedade chinesa, portanto, dificilmente se concretizaria diante desse perfil da distribuição espacial e de classes de sua população, bem como das condições sociais a que a maioria era submetida, se o lócus da revolução não fosse transferido para as áreas rurais. Por outro lado, MAO-TSÉ-TUNG operou uma adaptação do marxismo às condições da realidade chinesa, atribuindo um papel central ao campesinato e, sobretudo, acreditando firmemente em seu potencial revolucionário. Neste sentido, conferia grande importância à sua organização e mobilização, bem como à sua educação política. O campesinato era visto como uma classe social que comportava uma variada estratificação interna, que expressava, de modo geral, o vínculo dos membros de cada estrato com os meios de produção e o seu nível de consciência política.

Desse modo, MAO-TSÉ-TUNG (1926), afirmava que as classes sociais existentes na sociedade chinesa eram a classe latifundiária e a burguesia compradora, a burguesia média, a pequena burguesia, o semiproletariado e o proletariado. Assinalava, ainda, a existência de um numeroso lumpemproletariado. De acordo com esta classificação, os camponeses proprietários ou camponeses médios estavam localizados na pequena burguesia ao lado dos artesãos proprietários de oficinas, camadas inferiores da intelectualidade e pequenos comerciantes. Juntamente com os artesãos, proprietários dedicavam-se à produção em pequena escala. Por sua vez, os camponeses semiproprietários e os camponeses pobres estavam incluídos no semiproletariado, ao lado dos pequenos artesãos, empregados assalariados do comércio e os vendedores ambulantes. Por suas condições econômicas, os camponeses semiproprietários e os camponeses pobres eram, ainda, divididos em estratos superiores, médios e inferiores.

Essa tipologia elaborada por Mao, apesar de considerada simplista, afastava-se de um esquema bipolar das classes, prevalecente no marxismo, refletindo a pluralidade de agrupamentos e de camadas sociais existentes na sociedade chinesa, permitindo considerar com maior flexibilidade política a composição das forças sociais revolucionárias e contrarrevolucionárias, contribuindo para a fundamentação das estratégias e táticas a serem utilizadas no processo de luta contra o feudalismo e o imperialismo. (SADER, 1982) Embora postulando con-

ceitos e elaborando análises que estavam distantes das formulações clássicas do marxismo, foi com base nestas construções teóricas que MAO-TSÉ-TUNG liderou uma das mais amplas transformações sociais do século XX.

Por fim, vale salientar que baseado nas determinações sociais decorrentes da estrutura de classes tal como ele as pensava, Mao elaborou uma classificação das formas de dominação social existentes e de suas implicações para o desenvolvimento da consciência revolucionária na China. Assim, afirmava que:

Na China, os homens vivem, em geral, submetidos a três sistemas de autoridade: 1) o sistema estatal (a autoridade política), estruturado em órgãos de poder a nível nacional, provincial, distrital e de *xiang* [unidade administrativa básica, situada abaixo do distrito]; o sistema de clã (a autoridade de clã), que compreende desde os templos ancestrais do clã e da linhagem até os chefes de família; 3) o sistema sobrenatural (a autoridade religiosa), constituída em seu conjunto pelas forças subterrâneas (o rei dos infernos, o deus protetor da cidade e as divindades locais) e pelas forças celestiais (deuses e divindades, desde o Imperador dos Céus até os mais diversos espíritos). As mulheres, além de estarem submetidas a estes três sistemas de autoridade, estão ainda dominadas pelos homens (a autoridade dos maridos). Estas quatro formas de autoridade – política, de clã, religiosa e marital – encarnam a ideologia e o sistema patriarcal-feudal e representam quatro fortes cordas que mantêm amarrado o povo chinês, especialmente o campesinato. (MAO-TSÉ-TUNG, 1927, p. 54)

Tais afirmações evidenciam que as principais formas de dominação social também refletiam a ampla diversidade de situações existentes na China pré-revolucionária, que determinavam as fortes contradições presentes nesta fase do seu desenvolvimento histórico. Dentre elas, destacavam-se as intervenções imperialistas, o controle institucional exercido pelos proprietários rurais e grupos armados remanescentes do Império, manifestado em todos os níveis da sociedade chinesa, além das estruturas de dominação tradicional existente ao nível dos clãs e da religião, que perpetuavam hábitos e atitudes de submissão milenares. Por outro lado, nota-se que a China passava por um processo de transição interna em que se entrecruzavam o declínio do modo de produção feudal e a ascensão do modo de produção capitalista, no qual se observava o surgimento de uma burguesia nacional que despontava como uma classe potencialmente habilitada para conduzir a liquidação das estruturas feudais e a formação de um Estado democrático. Por fim, pode-se assinalar, ainda a percepção de MAO-TSÉ-TUNG da dimensão de exploração e dominação de gênero, quando ressalta a necessidade das mulheres de lutar contra a forte tradição de dominação patriarcal na sociedade chinesa.

Como pode ser observado, as formulações de pensadores clássicos marxistas que analisaram a existência do campesinato estão associadas a processos de transformação sociais, como os que antecedem a constituição da sociedade capitalista, os que se desenvolvem a partir de sua consolidação e os que marcam sua transição para o socialismo. De acordo com Abramovay, (1992, p. 48-49):

Não só na obra teórica de Marx não é possível encontrar um *conceito* de camponês, como categoria social do capitalismo, mas também será vã – e provavelmente desembocará numa atitude pouco fértil para o conhecimento – a tentativa de buscar esse aparato conceitual na obra dos grandes clássicos marxistas que trataram do tema. Qualquer tentativa de absolutizar as formas como Lênin, Kautsky ou Engels trataram a questão camponesa, isto é, de imprimir a seus resultados o estatuto de categorias objetivas da realidade social, não leva em conta que, no marxismo, dada a função que a questão da produção familiar preenche nas lutas políticas de cada época, o camponês não pode ser senão uma categoria socialmente construída.

Essa observação não se aplica a todas as categorias do pensamento marxista: é legítima sob o ângulo da lógica d'O *Capital*, a atribuição à classe operária, à classe capitalista e à classe dos proprietários fundiários o estatuto de categorias objetivas da vida social. Neste sentido, é que não é possível encontrar um *conceito* de camponês no pensamento marxista, embora o campesinato esteja presente e seja permanentemente elaborado na prática política de partidos de orientação marxista. Isto significa que as indicações teóricas dos clássicos marxistas voltados à questão camponesa serão tanto mais bem entendidas quanto mais situadas nos contextos históricos e intelectuais dos quais derivam e que lhes dão significado.

De modo geral, observa-se que, embora as diferentes conceituações apresentadas salientem aspectos distintos de sua organização social, o campesinato constitui um grupo social localizado na base das sociedades das quais faz parte, exercendo funções essenciais para a reprodução social dessas sociedades, quais sejam as de produção de alimentos e as de pagamento em trabalho de obrigações que lhe são atribuídas, sendo fortemente explorado, de diversas maneiras, pelos grupos dominantes. Nos momentos em que a exploração a que são submetidos se acirram, os camponeses tornam-se protagonistas ou participantes de rebeliões e revoluções decisivas para a ocorrência de mudanças nas sociedades agrárias e em sua transição para as sociedades capitalistas, isoladamente ou em aliança com outros grupos.

Desse modo, as análises sobre o campesinato ressaltam, a partir de perspectivas acadêmicas e políticas distintas, aspectos básicos sobre sua orga-

nização social, tais como sua posição no processo produtivo, suas estratégias de reprodução social, o caráter de suas relações com outros grupos e os padrões socioculturais comunitários que definem um modo de vida diferente, baseado na tradição. Certamente, sua extensa trajetória ao longo de diferentes modos de produção e de formações sociais na história, associada à extrema diversidade que tal condição acarreta, impõe dificuldades para uma definição unitária do campesinato.

Com efeito, nota-se que no interior do pensamento marxista como fora dele, os estudos sobre o campesinato estão relacionados ao papel potencialmente conservador ou revolucionário que ele tem desempenhado, às condições em que se processa sua integração nas sociedades capitalistas e sua participação na construção do socialismo. Tais estudos também se situam em relação a um propósito de conhecimento da realidade agrária ou de intervenções nela realizadas com o objetivo de transformá-las. Neste caso, a preocupação prevaiente é a de compreender de que maneira os camponeses permanecem na sociedade capitalista, como estruturam suas atividades produtivas de modo a atender as demandas que lhes são impostas, como funcionam aspectos de sua cultura, qual é a natureza política de suas reivindicações mais importantes, sua participação em movimentos sociais, etc. De modo geral, são estudos técnicos e de cunho acadêmico que ora apresentam uma perspectiva favorável aos interesses dos camponeses, ora defendem e definem meios de proporcionar o seu ajustamento aos interesses dominantes, sobretudo aqueles representados por intervenções realizadas pelo Estado. Do conjunto desses trabalhos é que emergem os estudos clássicos que dão suporte às reflexões atuais sobre o campesinato.

Por sua vez, uma visão contemporânea do campesinato exige, ainda, a requalificação dessas temáticas a partir das mudanças geradas pela mundialização do capital, podendo-se identificar situações que aceleram os processos de expropriação e violência que conduzam à sua extinção, ou que favoreçam sua reprodução social. Dois requisitos apresentam-se para a realização dessa tarefa: primeiro, o de abandonar-se o enquadramento dos principais aspectos da questão agrária a partir da análise da realidade nos limites do Estado nacional, em face das determinações postas pela mundialização do capital; segundo, o de reconhecer-se a intensa interpenetração dos espaços rurais e urbanos como lócus de sociabilidade, de realização do processo produtivo e das relações entre as classes sociais.

## **2 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CAMPESINATO**

Assim, para melhor compreender-se as atuais reivindicações de realização de mudanças nas estruturas de posse e uso da terra, torna-se necessário efetuar algumas considerações sobre a emergência de realidades históricas que estão relacionadas com o aparecimento do campesinato enquanto um grupo social específico, localizado em um meio social distinto, no qual desenvolve suas atividades sociais e produtivas, no âmbito de sociedades que apresentam níveis de desenvolvimento histórico diferenciados. Isto contribuirá, ainda, para a compreensão de outros aspectos relevantes do seu modo de vida, bem como das condições sociais e políticas em que ocorre o seu desenvolvimento histórico.

Neste sentido, seguindo-se a tipologia de sociedades proposta por Queiroz (1969), verifica-se que as sociedades humanas percorrem, de modo geral, uma linha evolutiva que passa pelas sociedades tribais, evoluem para as sociedades agrárias e se transformam, posteriormente, em sociedades urbanas. Segundo esta autora, as sociedades tribais se distinguiriam por serem pouco desenvolvidas socialmente e se concentrarem na produção de alimentos, configurando, por conseguinte, uma organização social em que o atendimento das necessidades de sobrevivência se colocava em primeiro plano.

Justamente quando a geração de novos conhecimentos e técnicas de exploração dos recursos naturais permite que se produza uma quantidade de alimentos acima das estritas necessidades de reprodução dos grupos sociais existentes é que se inicia o processo de diferenciação e transformação das sociedades tribais em sociedades agrárias. De fato, é a produção de excedentes que possibilita a formação de pequenos núcleos populacionais formados por pessoas que não vivem mais do trabalho da terra. A apropriação dos excedentes produzidos permitem-lhes desenvolver atividades comerciais, funções administrativas e religiosas que lhes conferem uma aparente superioridade sobre os grupos que se dedicam às atividades agrícolas. Os pequenos núcleos formados por pessoas que se diferenciam dos grupos ocupados com a exploração da terra constituem o que se passará a denominar de agrupamentos urbanos. Os que permanecem trabalhando na terra, por sua vez, serão identificados como grupos rurais.

É importante assinalar que, de modo geral, os grupos urbanos guardavam relativa dependência dos habitantes do campo, na medida em que as possibilidades do seu crescimento encontravam-se determinadas pela disponibilidade de excedentes agrícolas, principalmente de alimentos, que viabilizassem o aumento de sua população. Em que pese desenvolverem atividades sociais e produtivas em níveis de conhecimento mais avançados e especializados do que

aqueles existentes no campo, a exemplo do artesanato e do comércio, ou mesmo das funções administrativas e religiosas, os núcleos urbanos encontravam na reduzida produção de alimentos e de matérias-primas os limites para o seu desenvolvimento, o que se devia, por sua vez, às tecnologias rudimentares utilizadas na exploração das atividades agrícolas.

Com efeito, quando se considera a forma como a agricultura se encontrava organizada no modo de produção feudal na Europa, observa-se que a terra era dividida em três folhas (faixas), visando a permitir uma exploração alternada e rotativa dos cultivos considerados necessários. Em cada uma dessas folhas, as famílias camponesas dispunham de uma quantidade igual de terra para o seu cultivo individual. Os camponeses plantavam as mesmas lavouras, em determinados períodos do ano. O calendário agrícola baseava-se nas possibilidades e limitações inerentes às estações do ano. Estas eram as terras compartilhadas. Fora delas, existiam as que eram utilizadas em comum, que compreendiam as pastagens, as florestas e as terras em pousio, destinadas, respectivamente, à alimentação dos animais, à caça e extração de lenha e à recuperação dos solos. Deve-se mencionar, ainda, a existência de uma atividade manufatureira doméstica, através da qual os camponeses produziam as roupas, móveis e utensílios que necessitavam. Este sistema distinguia-se por sua autossuficiência, produzindo todos os bens necessários à organização social camponesa. Devido a sua própria estrutura, resultava em um arranjo do processo produtivo fortemente conservador, legitimado por uma divisão rígida das terras disponíveis para a agricultura, o que impossibilitava a realização de experimentações agrícolas e impedia a introdução de inovações tecnológicas. O desenvolvimento da indústria e do comércio promoveria, gradativamente, a sua destruição.

Adotando uma linha de argumentação semelhante, Bernstein (2011) assinala que as sociedades de subsistência são aquelas que se reproduzem mantendo um nível constante de consumo, o que não significa a existência de carências acentuadas. Eram formadas por grupos de caçadores e coletores ou por grupos que praticavam uma agricultura itinerante e um pastoreio nômade. As sociedades agrárias de classes surgem com a descoberta da agricultura sedentária e da domesticação dos animais, o que permite a produção de bens que excedem as necessidades dos grupos. A expansão das forças produtivas possibilita o aumento da população e de sua densidade, bem como do aparecimento das cidades e a constituição das primeiras formas de Estado. Baseando-se em Wolf (1970), Bernstein (2011) menciona que a reprodução dessas sociedades passa a depender, portanto, da preservação de uma parte do excedente gerado para a formação dos fundos de consumo, de substituição e cerimonial, necessários à

constituição e renovação de suas atividades sociais e produtivas. A apropriação das terras, por sua vez, irá determinar o aparecimento de classes que passam a cobrar pelo seu uso através da cobrança de impostos, gêneros e trabalho gratuito, o que se transforma em um mecanismo de transferência do excedente gerado. Isto se dá sob a forma de um fundo de arrendamento, que obriga os camponeses a produzir um excedente superior àquele necessário aos fundos de consumo, de substituição e cerimonial, sob pena de passar por privações juntamente com o seu grupo familiar. O esforço produtivo despendido pelos produtores diretos, quer sejam escravos, camponeses ou artesãos, convergem para a sustentação dos grupos dominantes, formados por nobres, religiosos e militares, que se convertem em um grupo de não produtores dentro da sociedade. (BERNSTEIN, 2011, p. 26-27)

Por conseguinte, observa-se que as sociedades agrárias, quer estejam organizadas sob a forma de escravidão ou de estamentos, consolidam as bases de um processo social de exploração que irá desenvolver-se de forma mais completa e dinâmica na sociedade capitalista. Nas sociedades agrárias, a exploração do trabalho não se encontra vinculada a um processo de poupança de uma parte do excedente extraído dos produtores diretos, que, posteriormente, pudesse vir a ser reinvestido no processo produtivo. Pelo contrário, o excedente obtido, além da sustentação de um modo de vida faustoso dos grupos dominantes, era utilizado para a construção de grandes monumentos, de catedrais e para o financiamento de atividades artísticas que, dentre outras funções, constituíam representações ideológicas do seu poder político. A propriedade da terra e os mecanismos de extração dos excedentes nela produzidos mediante processos de controle do trabalho eram, portanto, os fundamentos mais importantes de sua dominação política. (BERNSTEIN, 2011, p. 28)

Com efeito, a sociedade capitalista é a primeira em que a exploração do trabalho está relacionada com as necessidades de expansão da produção em grande escala com a finalidade de lucro. A forma clássica de apropriação do excedente de trabalho nas sociedades capitalistas é a da extração da mais-valia. Neste caso, a apropriação dos excedentes gerados nas atividades produtivas destina-se, originalmente, a um processo de poupança com o objetivo de reinvesti-los na produção. Esta utilização do excedente implica na necessidade da reprodução ampliada do capital no âmbito do processo produtivo. Por conseguinte, a sociedade capitalista extrapola o ciclo de produção, consumo e reprodução ao incluir a acumulação de capital como um dos aspectos mais importantes do seu desenvolvimento. Desse modo, a acumulação e a exploração do trabalho tornam-se os seus principais fundamentos. No que tange aos camponeses, de acordo com Bernstein (2011, p. 9):

Com o desenvolvimento do capitalismo, muda o caráter da agricultura em pequena escala. Primeiro os ‘camponeses’ se tornam pequenos produtores de mercadorias que têm de gerar a subsistência com a integração às divisões sociais mais amplas do trabalho e do mercado. Essa ‘mercantilização da subsistência’ é uma dinâmica central do desenvolvimento do capitalismo. [...] Em segundo lugar, os pequenos produtores de mercadorias estão sujeitos à diferenciação de classe. [...] Afirmo que, em consequência da formação de classes, não há uma ‘classe’ de ‘camponeses’ nem ‘lavradores familiares’, mas sim classes diferenciadas de lavradores capitalistas em pequena escala, pequenos produtores com sucesso relativo e mão de obra assalariada.

Ao abordar a maneira como essas transformações marcaram a passagem das sociedades feudais europeias para o capitalismo e como elas afetaram o campesinato, Kautsky (1972) assinala que o crescimento das cidades e das indústrias nelas existentes gerou a necessidade de uma maior circulação de dinheiro, tanto para o consumo de bens industrializados, quanto para o atendimento das demandas por alimentos e matérias-primas. Por sua vez, a comercialização desses produtos passou a realizar-se no âmbito do mercado, sendo mediada pelo uso do dinheiro. Isto atingiu duplamente os camponeses. De um lado, aumentava a sua exploração pelos nobres que também precisavam de mais dinheiro para manter o seu modo de vida. De outro, eram obrigados ao pagamento de impostos ao Estado absolutista que começava a se fortalecer. Assim, a autossuficiência das aldeias foi afetada, pois a conversão dos produtos agrícolas em mercadorias que deveriam ser comercializadas no mercado criava a exigência de sua livre circulação, o que se chocava com as proibições de trocas fora dos limites da aldeia, estabelecidas pelo direito consuetudinário. (KAUTSKY, 1972, v. 1) A crescente diversificação dos produtos demandados também ia de encontro ao sistema da cultura de três rotações, através do qual obrigava-se o cultivo dos mesmos produtos, na mesma época, além de impedir o uso de inovações que possivelmente contribuiriam para a elevação da produtividade. A lógica da produção camponesa, voltada para a autossuficiência, chocava-se com a lógica da reprodução do capital, evidenciada nos mecanismos de funcionamento do mercado que passavam a predominar.

Ao lado dessas transformações de ordem estrutural, os camponeses eram proibidos de caçar, extrair lenha, estabelecer roças nas florestas e até mesmo de matar os animais que destruíam suas plantações. Os campos que constituíam propriedade comum foram apropriados pelos nobres e as terras dos camponeses também se tornaram alvos de expropriação. O limite de expulsão dos camponeses nas grandes propriedades rurais inglesas que começavam a

explorar suas atividades em bases comerciais foi estabelecido pela necessidade de manter a utilização do trabalho ainda regulado em bases feudais, sobretudo pela utilização da corveia. Tais limitações afetavam as condições de existência do campesinato bem antes do aumento de população, o que iria requerer o incremento da produção agrícola para o seu abastecimento. (KAUTSKY, 1972, v. 1)

A sequência de mudanças decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista acarretava crescentes tensões entre os camponeses e os proprietários de terra que modernizavam a exploração dos seus domínios. Cabe mencionar, como exemplo, os conflitos relativos às sobras de pastagens. Estas eram de grande importância para os camponeses para a obtenção de estrume. A divisão dos campos comuns limitava sua produção de estrume, pois os obrigavam a reduzir o número de animais que podiam possuir. Os camponeses que dispunham de melhores condições contestavam a disponibilidade das terras em comum para esta finalidade, arguindo a lucratividade do seu uso alternativo. Eles já haviam se separado das comunidades territoriais, adaptando o seu modo de produzir às necessidades do mercado. O que estava por trás desses conflitos era a superação do sistema da cultura de três rotações, em face dos avanços do modo de produção de mercadorias e da formação de uma agricultura moderna. Este processo tinha como requisito central a dissolução das formas de propriedade tradicionais e constituição da propriedade privada em sua plenitude. (KAUTSKY, 1972, v. 1)

Assim é que, por um longo período da história da humanidade, a maior parte dos contingentes populacionais encontrava-se concentrada no campo, vivendo em condições precárias. Além dos fatores mencionados, a grande vulnerabilidade à fome, ocasionada por calamidades naturais, e a rápida expansão de doenças e pestes, devida à inexistência de condições adequadas de saneamento e de hábitos de higiene saudáveis, provocavam elevadas taxas de mortalidade que se mantinham próximas às de natalidade, gerando, dessa maneira, índices bastante reduzidos de crescimento populacional. (SAWYER, 1980) Por outro lado, o desenvolvimento limitado dos meios de transportes também se constituía em um obstáculo de grande importância para o desenvolvimento das sociedades agrárias.

Vale salientar que no momento histórico em que os espaços sociais se diferenciam em urbano e rural, este é identificado como o ambiente da produção de bens diretamente extraídos da natureza, mediante a exploração da terra e da criação de animais, bem como da extração de recursos naturais, o que constitui a principal base material de sustentação dos grupos sociais existentes. É nas sociedades agrárias e nos espaços rurais que os camponeses aparecem enquanto

grupos sociais diretamente ocupados com a produção agrícola, na maioria das vezes subordinados a outros grupos. Segundo Shanin (1996), em uma primeira aproximação os camponeses podem ser definidos como:

[...] pequenos produtores agrícolas que, com a ajuda de equipamentos simples e o trabalho de suas famílias, produzem na maior parte para o seu próprio consumo, direto ou indireto, e para o cumprimento de obrigações com os detentores do poder público. (SHANIN, 1996, p. 54)

Assim, nas sociedades pré-industriais do Ocidente, os camponeses encontravam-se vinculados à terra por um sistema de obrigações e de lealdades. Para o seu uso, estavam sujeitos ao pagamento de tributos, realização de trabalhos gratuitos nas terras dos senhores feudais e participação em seus exércitos, o que caracterizava sua condição de servo, objeto de intensa exploração e coerção social.

Apesar das grandes limitações enfrentadas pelas sociedades agrárias para o seu desenvolvimento, a aglomeração de pessoas em núcleos urbanos, associada aos avanços da divisão social do trabalho, gerava novas necessidades. Por sua vez, as possibilidades de atendimento dessas necessidades estavam relacionadas com a realização de investimentos orientados para a produção de conhecimentos que favorecessem e viabilizassem os interesses dos grupos sociais que ocupavam as posições dominantes nesses núcleos. A disponibilidade de novos conhecimentos, originados no contexto do desenvolvimento científico e tecnológico, favoreceria, posteriormente, os grupos que comandavam o desenvolvimento das forças produtivas, a partir de uma perspectiva da reprodução ampliada do capital.

Ao abordar estas transformações, Kautsky (1972) salientou o aparecimento de um conjunto de inovações que foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo agrário na Europa e nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, articula tais inovações com os interesses de classe envolvidos, com as exigências decorrentes da urbanização e com os avanços do conhecimento científico, o que confere o real significado da profundidade dessas mudanças para a reconfiguração do campesinato na sociedade capitalista moderna. A transição da produção camponesa para a agricultura capitalista moderna ocorre sob os influxos do modo de produção de mercadorias, que desencadeia uma série de mudanças necessárias à sua constituição. A crescente dominância do capital sobre os demais modos de produção que o precede implica na tendência a subordinar todos os ramos da produção à sua lógica reprodutiva. Neste sentido, o autor acentua, seguida-

mente, a superioridade que essas tecnologias conferem ao processo produtivo realizado nas grandes propriedades, devido à divisão do trabalho e à exploração racional da agricultura que elas possibilitavam. Ao analisar as condições sociais e tecnológicas que formaram a base da agricultura moderna, também mostrou as diferenças entre a Inglaterra, a França e a Alemanha, enfatizando a grande superioridade tecnológica da primeira sobre as demais. Ressaltou o papel desempenhado pelos avanços do conhecimento científico no desenvolvimento da agricultura, principalmente em relação aos resultados obtidos na mecânica, na biologia, na química e na ótica. Em relação a esta última ciência, destacou o uso do microscópio para o estudo do solo. (KAUTSKY, 1972, v. 1) Também demonstrou como a aplicação dos resultados da ciência contribuiu para a divisão do trabalho, o surgimento do assalariamento e a formação de um excedente de força de trabalho no campo.

Dentre as inovações mencionadas, destacou o aparecimento de novas máquinas, tais como o arado movido a vapor, a debulhadora e a ceifadeira. No que tange às melhorias das plantas, ressaltou as novas espécies de forrageiras, que produziam mais em uma área menor, o que permitia a liberação da terra não utilizada para a exploração de outros cultivos. Quanto aos rebanhos, observou que a melhoria genética das raças existentes proporcionou o aumento do número dos animais e a especialização das criações para fins específicos, como a força de tração, o transporte, a produção de carne, de leite e de lã. Como resultado dos estudos sobre o solo, descobriu-se que a produção de fertilizantes químicos poderia impedir o seu esgotamento, facultando, assim, o cultivo contínuo de diferentes espécies vegetais, mesmo com o plantio de produtos exigentes em nutrientes. O uso do microscópio também possibilitou o conhecimento da composição dos diferentes tipos de solo, bem como da maneira de utilizá-los racionalmente sem exauri-los. Tais descobertas provocaram inúmeras consequências em relação à agricultura, promovendo a elevação da produtividade dos cultivos, a produção em larga escala, a redução da força de trabalho ocupada nas tarefas agrícolas e uma crescente dependência da agricultura do mercado. Enquanto a cultura das três rotações estava organizada visando ao atendimento das necessidades dos camponeses e dos senhores feudais, a agricultura moderna procurava dar conta das demandas do mercado, passando assim, a depender cada vez mais de sua dinâmica. (KAUTSKY, 1972, v. 1)

O capital penetrava crescentemente na estrutura produtiva do campo, subordinando-a e moldando-a de acordo com os seus interesses. As relações de produção preexistentes tornavam-se incompatíveis com o desenvolvimento capitalista do campo e eram, gradativamente, eliminadas. Expropriados de suas terras e apartados de seus instrumentos de trabalho, os camponeses não

encontravam nenhuma ocupação e eram obrigados a migrar para as cidades. Convertiam-se, neste caso, em uma força de trabalho livre cuja única opção era a de oferecê-la em troca de um salário que possibilitasse sua reprodução social, embora na Inglaterra, mesmo nas grandes propriedades capitalistas, existissem situações em que a força de trabalho que permanecia no campo era explorada conforme as relações de trabalho feudais de modo a aumentar ainda mais os rendimentos obtidos com sua vinculação às atividades agrícolas.

Assim, um dos efeitos mais importantes das transformações das condições tecnológicas para a organização das atividades produtivas foi a geração de uma grande quantidade de trabalhadores excedentes nas atividades agrícolas, desde que o uso das inovações científicas implicou em uma considerável elevação da produção e da produtividade das tarefas desenvolvidas no campo. O que antes muitos homens faziam para manter poucas pessoas nas cidades, agora era possível de ser realizado por um contingente bem menor de trabalhadores, cuja produtividade permitia o abastecimento de um número bem maior de pessoas em áreas urbanas.

Desse modo, na Inglaterra, grande parte dos camponeses que permaneceram no campo transformava-se gradativamente em agricultores, caracterizando-se como agentes econômicos especializados em determinados produtos que utilizavam os recursos obtidos com a sua venda para adquirir os bens necessários à sua subsistência. Isto porque ao orientar com maior intensidade suas atividades produtivas para o mercado, deixavam de produzir os bens necessários a sua própria subsistência (móveis, roupas, bebidas, etc.), passando a adquiri-los sob a forma de produtos industrializados.

Ao analisar o processo de proletarianização dos camponeses em países europeus, notadamente na Alemanha e na Bélgica, Kautsky (1972) lembra que a ruína das indústrias domésticas no campo gerava um tempo livre que podia ser transformado na venda de sua força de trabalho em outras atividades. Esta indústria produzia para as necessidades dos pequenos camponeses. Na falta dela era preciso suprir estas necessidades de outra maneira. Por outro lado, a própria natureza do trabalho agrícola nas unidades familiares implicava na exigência de uma maior intensidade de uso de mão de obra apenas em determinadas etapas do ciclo vegetativo das culturas e dos cuidados com as criações. No entanto, ao ocupar-se de um trabalho acessório, o camponês tendia a dedicar menos atenção a sua unidade e limitar-se a obter o indispensável à sua subsistência com a sua exploração. Desde que tais unidades não produziam para o mercado, a diminuição de sua importância para a exploração dos cultivos e criações conduzia-nos a vender as parcelas de terra não utilizadas. Isto iria provocar,

de modo geral, a tendência a um processo de fragmentação das propriedades, ao contrário do que acontecia com as grandes explorações onde o dinamismo das atividades produtivas concorria para sua concentração.

Por outro lado, a grande massa de camponeses expulsos das terras em que trabalhavam e sem outras possibilidades de encontrar outro trabalho no campo, não dispunha de alternativa, senão a de migrar para as cidades, onde o desenvolvimento das atividades industriais poderia lhes proporcionar uma ocupação produtiva. Não é por outra razão que, pela primeira vez na história da humanidade, presenciou-se uma monumental transferência de pessoas do campo para as cidades, que a esta altura já tinham assegurado as condições de abastecimento de alimentos e matérias-primas, em face das transformações que ocorreram na estrutura produtiva das áreas rurais.

De fato, os grandes contingentes populacionais que se deslocaram do campo para as cidades encontraram nas manufaturas e nas fábricas as oportunidades de trabalho esperadas, à custa de um padrão brutal de exploração de sua força de trabalho, conduzida mediante a implantação de relações de assalariamento. A terra que até esse período era considerada a base das instituições sociais, transformou-se em uma mercadoria passível de processos impessoais de compra e de venda que não mais inspiravam os valores de honra e de lealdade, tão caros aos grupos dominantes nas sociedades agrárias. Por sua vez, a tecnologia e o sistema fabril converteram-se em vetores de profundas transformações da ordem social, revolucionando as relações do homem com a natureza e proporcionando possibilidades de expansão, até então impensáveis, das atividades produtivas. Referindo-se a essas mudanças, Hobsbawm (1977) afirma que:

A grande camada de gelo dos sistemas agrários tradicionais e das relações sociais do campo em todo o mundo cobria o solo do crescimento econômico. Ela tinha que ser derretida a qualquer custo, de maneira que o solo pudesse ser arado pelas forças da empresa privada em busca de lucro. Isto implicava três tipos de mudanças. Em primeiro lugar, a terra tinha que ser transformada em uma mercadoria, possuída por proprietários privados e livremente negociável por eles. Em segundo lugar, ela tinha que passar a ser propriedade de uma classe de homens desejosos de desenvolver seus recursos produtivos para o mercado e estimulados pela razão, i. e., pelos seus próprios interesses e pelo lucro, estes dois objetivos esclarecidos. Em terceiro lugar, a grande massa da população rural tinha de ser transformada de alguma forma, pelos menos em parte, em trabalhadores assalariados, com liberdade de movimento, para o crescente setor não agrícola da economia. (HOBSBAWM, 1977, p. 167-168)

Com efeito, este é o momento em que se configuram os elementos essenciais da transição das sociedades agrárias para as sociedades urbanas. Os antigos e pequenos núcleos que constituíram seu embrião fortaleceram-se e impuseram sua hegemonia sobre o campo, sobretudo a partir de uma base produtiva própria, a indústria. O pano de fundo dessa nova fase do desenvolvimento histórico é, portanto, o da formação do capitalismo industrial, que iria determinar os aspectos básicos do desenvolvimento das áreas rurais e das atividades que nela se desenvolveriam, moldando a natureza das relações sociais de produção. A consolidação da sociedade urbana e industrial, originada no modo de produção capitalista, traz consigo, portanto, novas significações para as áreas rurais e para o campesinato, dentre elas a de um setor da sociedade subordinado e dependente da dinâmica das cidades, tendo como funções mais importantes a produção de alimentos e de matérias-primas para a indústria.

Contudo, é necessário salientar que esse processo não seguiu um padrão homogêneo para todos os países e regiões, embora tenha como traço fundamental uma intensa diferenciação entre o campo e a cidade. Dentre os países da Europa Ocidental impulsionados pela Revolução Industrial, observa-se situações variadas, desde a predominância da grande propriedade na Inglaterra até o fortalecimento dos pequenos estabelecimentos agrícolas na França. Isto levou Kautsky (1972) a considerar que o fato das pequenas explorações agrícolas não desaparecerem rapidamente com o desenvolvimento capitalista, constituía-se no cerne da questão agrária, ou seja, implicava na discussão sobre o que fazer, em termos políticos, diante da constatação de que as grandes explorações econômicas não se expandiam nem proletarizavam de forma acelerada os trabalhadores rurais. A sobrevivência do campesinato na sociedade capitalista moderna e a possibilidade de sua aliança política com o operariado urbano eram, portanto, a principal colocação que se impunha ao movimento revolucionário alemão e, por extensão, ao europeu, no final do século XIX.

Além disso, evidenciava-se que o desenvolvimento da indústria e a modernização da agricultura nos países capitalistas europeus e nos Estados Unidos lhes proporcionaram uma supremacia considerável sobre outros países e regiões do resto do mundo, criando uma nova configuração internacional de poder, que implicava no fortalecimento e ampliação de desigualdades sociais preexistentes muito acentuadas. Nesse contexto, tal diferença de poder condicionou trajetórias de desenvolvimento desiguais, extremamente desfavoráveis aos países localizados na periferia desses centros de poder, cujas populações eram em grande parte formadas por camponeses e concentradas em áreas rurais.

Esta situação repercutiria intensamente no decorrer do século XX, quando movimentos sociais e revoluções que mais uma vez modificariam o quadro de poder existente, contariam com uma intensa participação do camponato. Conforme é assinalado por Shanin (1996), a partir de 1950, a emergência dos processos de descolonização de países situados na periferia das sociedades capitalistas mais avançadas colocava as populações camponesas no centro de preocupações com questões relacionadas com a fome e o desenvolvimento econômico. Isto irá estimular a realização de estudos que focalizarão diversas temáticas sobre sua condição social, a exemplo de sua cultura, atividades produtivas, relação com o meio ambiente, lutas políticas e articulação com outros grupos sociais.

Desse modo, a variedade de situações presentes no desenvolvimento histórico do camponato, bem como das diversas abordagens utilizadas para reconstruí-las, ressaltam a importância de se considerar as diferentes formas de sua participação nas trajetórias de formação das sociedades modernas, de suas principais reivindicações e lutas políticas no decorrer desses processos.

#### **THE PEASANTRY IN THE FORMATION OF MODERN CAPITALIST SOCIETY**

##### **Abstract**

In this article we intend to initially discuss the complexity of the concept of peasantry, given the diversity that this social group takes in its historical path, as the changes that occur in capitalist social formations in which it is inserted. To do so, we start from a presentation and discussion of the concept, taking as a base some propositions of classical thinkers. Then it analyzes the main aspects that characterize the peasantry in agrarian societies, as well the changes affecting their way of life when their transition to capitalist society, emphasizing its incorporation into productive structures governed by processes of accumulation capital from the countries where the Industrial Revolution is originated. This article is part of a larger study, which seeks to discuss the involvement of the Brazilian peasantry in the agrarian reform process.

**Keywords:** Peasantry. Capitalism. Rural sociology.

#### **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS, 1992.

BERNSTEIN, H. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: UNESP, 2011.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.133-163.

- DORE, E. Campesinato. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 42-44.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, E. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Porto: Portucalense, 1972. 2 vol.
- LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MAO TSE-TUNG Informe sobre a pesquisa feita no movimento camponês de Hunan (março de 1927). In: SADER, E. (Org.). *Mao-Tse-Tung*. São Paulo: Ática, 1982. p. 37-57.
- MAO TSE-TUNG Análise das classes da sociedade chinesa (março de 1926). In: SADER, E. (Org.). *Mao-Tse-Tung*. São Paulo: Ática, 1982. p. 126-133.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro: Escriba, 1968.
- MINTZ, S. A note on the definition of peasantries. *Journal of Peasant Studies*, v. 1, n. 1, p. 91-106, 1973.
- PAULO NETTO, J. Introdução. In: LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- QUEIROZ, M. I. P. Introdução: porque uma sociologia dos grupos rurais? In: QUEIROZ, M. I. P. (Org.). *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- SADER, E. (Org.). *Mao-Tse-tung*. São Paulo: Ática, 1982.
- SAWYER, D. O. Mortalidade. In: SANTOS, J. L. F.; LEWY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SHANIN, T. Campesinato. In: OUTWHITE, W.; BOTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 54-57.
- WOLF, E. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.



---

## **GRAMSCI E O SENTIDO DA POLÍTICA: MATERIALISMO HISTÓRICO, RECUSA DOS DOGMAS ECONOMICISTAS E DAS ILUSÕES “IDEOLOGISTAS”**

### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns dos principais conceitos do pensador italiano Antonio Gramsci, em especial a noção de hegemonia. A partir de uma discussão teórica, este trabalho pretende discutir como o pensamento engendrado por Gramsci tem raízes solidamente fundadas no materialismo histórico elaborado por Marx e Engels e renovado por Lênin. Para tanto, partindo da epistemologia marxiana, procura organizar a apresentação dos conceitos partindo de elementos mais simples e abstratos em direção à totalidade da realidade social, objetivando a construção de um concreto pensado. Assim, compreende que embora Gramsci tenha introduzido novos e importantes elementos a esse campo de pensamento, a fundamentação teórico-metodológica do seu pensamento permanece materialista, herdeira, portanto, da tradição marxista. Este artigo pretende também focar nos aspectos metodológicos da operacionalização empírica dos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, discutindo as dimensões e indicadores necessários para a constatação dos fenômenos da hegemonia e contra-hegemonia na realidade social. Como inovações do pensamento gramsciano, o artigo destaca também a sua virada teórica em direção à consideração das ideologias e concepções de mundo como elementos de cultura, por onde a ação política deve ter início, e não como falsa consciência. Ademais, destaca-se também a importância da sua crítica ao marxismo que considerava mecanicista, buscando aprofundar dialeticamente as relações entre a infraestrutura econômica e a superestrutura, a economia, a sociedade civil e a sociedade política, o que o permitiu renovar a teoria política marxista, se tornando um dos principais pensadores desse campo teórico/político.

**Palavras-chave:** Gramsci. Teoria Política. Materialismo histórico. Hegemonia.

---

1 Sociólogo, mestre e doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência de pesquisa, com ênfase em Sociologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: metrópoles, segregação e desigualdades socioespaciais. Atualmente é assistente de pesquisa do núcleo Salvador do Observatório das Metrópoles.

2 Cientista política, mestre e doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência de pesquisa, com ênfase na área de comportamento político na Bahia. Atualmente é professora substituta do departamento de ciência política da UFBA e membro do grupo de pesquisa Instituições Políticas Subnacionais – CRH/UFBA.

## 1 INTRODUÇÃO

O erro que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, o contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes. Num caso, tem-se excesso de ‘economicismo’ ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de ideologismo. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro exalta-se o elemento voluntarista e individual. (GRAMSCI, 2000, p. 37)

Este artigo tem por objetivo apresentar alguns dos principais conceitos do pensador italiano Antonio Gramsci, em especial a noção de hegemonia. Passando por elementos subjacentes a esses conceitos, suas relações com a estrutura econômica, com a construção da política (o partido e os intelectuais), passando pelas dimensões da sociedade civil e do Estado, e chegando aos seus objetivos e/ou consequências (o sistema hegemônico e o bloco histórico). Inicialmente, o artigo pretende discutir como o pensamento engendrado por Gramsci tem raízes solidamente fundadas no materialismo histórico elaborado por Marx e Engels e renovado por Lênin em suas análises da realidade do capitalismo do século XX. Embora tenha introduzido novos e importantes elementos a esse campo de pensamento, como uma virada em direção à consideração das ideologias e concepções de mundo não como falsa consciência, mas como elementos de cultura, a fundamentação teórico-metodológica do pensamento gramsciano é materialista, herdeira, portanto, da tradição marxista. Esta interpretação se afasta, assim, de outras análises, notadamente de pensadores do campo liberal, que utilizam os conceitos gramscianos de modo mais desprezado e sem vínculos tão fundamentais, como aqui se quer demonstrar, com o materialismo histórico.

Por outro lado, ao longo da descrição e do debate acerca dos conceitos, o artigo pretende também focar nos aspectos metodológicos da sua operacionalização nas análises de fenômenos histórico-sociais concretos, discutindo as dimensões e indicadores necessários para a constatação dos fenômenos da hegemonia e contra-hegemonia na realidade social, de modo que conceitos tão importantes não sejam traduzidos sem fidelidade ao pensamento original do autor. Não se pretende, evidentemente, engessar os conceitos gramscianos, mas apenas balizá-los de modo que determinadas distorções possam ser evitadas.

Fundamentando-se no método marxiano expresso em *Para a crítica da economia política*, este artigo procura organizar a apresentação dos conceitos

gramscianos partindo de elementos mais simples e abstratos em direção à totalidade da realidade social, objetivando a construção de um concreto pensado. Assim, o artigo discutirá as dimensões do pensamento gramsciano a partir do que concebe como o mais simples e, portanto, mais fundamental, ao mais complexo e, dessa forma, do que se aproxima mais da realidade como totalidade – das classes economicamente fundamentais ao bloco histórico. Embora seja uma tentativa, esse empreendimento soa bastante complexo na medida em que o próprio autor não os organizou de forma sistemática e como na sua própria construção é profundamente dialética e orgânica (nos seus dizeres), ou seja, os conceitos e noções vão e voltam e suas premissas fundamentais estão expressas em todos eles, de modo que é bastante difícil falar do que se considera fundamental sem utilizar ideias que, na interpretação aqui expressa, estariam mais adiante. Antes, entretanto, como forma de compreender os elementos subjacentes, será feita uma breve contextualização histórica do autor.

## **2 CONTEXTO HISTÓRICO**

Antonio Gramsci nasceu na Sardenha, em 22 de janeiro de 1891, filho de uma família pobre dessa ilha italiana. Fez estudos universitários em Turim, onde ingressou no Partido Socialista Italiano em 1913, começando a escrever artigos para jornais socialistas. Em 1921, participou da fundação do Partido Comunista Italiano, trabalhando também na Internacional Comunista. Gramsci foi um grande organizador político italiano, tendo sido eleito deputado pelo PCI e militado entre as bases, junto à classe trabalhadora, em mobilizações operárias, em especial o levante dos conselhos operários de Turim, em 1919. (SADER, 2005)

Sua obra é um libelo sobre a situação política italiana e tem como objetivo subjacente compreender os motivos pelos quais o movimento operário não conseguia levar adiante seu projeto de sociedade. Por que a classe subalterna não se unia em torno dos ideais de sua emancipação? Por que permanecia defendendo as teses de seus inimigos? Esses questionamentos se mantêm como os principais móveis do pensamento de Gramsci, que estava fundamentalmente preocupado em fazer a classe operária superar seus horizontes corporativos e assumir seu papel de dirigente político da luta. Como afirma Hobsbawn (1975, p. 67) citado por Germano (1992, p. 125):

Não foi senão com o colapso das esperanças revolucionárias, no início dos anos 20, que se tornou premente, mais uma vez, a necessidade de uma reflexão sistemática sobre a política. Ela deveria abranger tanto a natureza

dos regimes socialistas quanto a natureza de luta pelo poder, no decorrer de um período em que uma 'longa guerra por posição' fosse mais provável do que uma batalha decisiva. A derrota da revolução soviética na Europa, a necessidade de analisar e explicar esta derrota e de encontrar uma estratégia alternativa, mais promissora, constituíram o ponto de partida do pensamento maduro de Gramsci.

Na tentativa de refletir sobre essa estratégia, Gramsci criou um dos mais notáveis e fecundos arcaouços da teoria política que vai muito mais além do contexto italiano e introduz notáveis contribuições à própria tradição marxista, especialmente no que se refere às ideias de cultura e ideologia como componentes permanentes da práxis da classe trabalhadora.

### **3 AS CLASSES FUNDAMENTAIS E SUAS FRAÇÕES**

Gramsci é conhecido nos estudos da política como o teórico da cultura, um autor da superestrutura e, por vezes, é interpretado como se suas concepções não estivessem tão intrinsecamente relacionadas com os eventos da estrutura, como se referia aos movimentos do campo econômico. De fato, Gramsci não se detém nos estudos de economia política, mas em vários momentos deixa entrever claramente sua perspectiva acerca dela e de sua relação com os elementos propriamente da política.

Em primeiro lugar, é importante notar a utilização frequente que o autor faz dos trechos do prefácio de 1859 de *Contribuição à crítica da economia política* de Marx. A partir da sua ruptura com a dialética hegeliana e o movimento de virá-la “de ponta cabeça” elaborado nos seus primeiros escritos filosóficos, Marx segue em direção ao materialismo, com a aderência às premissas naturalistas, realizada nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, tendo concretizado essa nova forma de pensar de modo mais acabado em parceria com Engels em *A ideologia alemã* de 1845/1846. Este livro teve o objetivo manifesto de passar a limpo o materialismo histórico dialético, mas terminou por não ser publicado, tendo ficado apenas “às críticas roedoras dos ratos”. O livro foi redescoberto e publicado em Moscou apenas em 1933.<sup>3</sup> Nesse aspecto, um dos mais importantes balizadores acerca da compreensão materialista dialética da história foi o prefácio

---

<sup>3</sup> Sabe-se hoje que o livro *A ideologia alemã* não se configurou como um livro definitivo, mas como uma obra incompleta, “composta por uma série de notas inconclusas, esparsas, dispersas”. (AGUIAR, 2012) Neste sentido, deve ser analisada com as ressalvas relativas à sua condição. A despeito disto, consideramos que essas ressalvas não anulam o objetivo declarado de Marx e Engels de esclarecer suas questões e críticas frente a pensadores como Hegel e Feuerbach, por exemplo.

de 1859 da *Contribuição à crítica da economia política*, onde Marx explica, de forma esquemática, as premissas que compunham sua interpretação. Eis alguns trechos importantes do prefácio:

O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes [...] E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização. (MARX, 2008, p. 47)

Considerado uma referência da interpretação materialista dialética da história, Lênin utiliza trechos do prefácio de 1859 no seu livro *As três fontes*. Gramsci também os utiliza recorrentemente, em especial o último parágrafo citado, principalmente a ideia de que uma sociedade não se coloca questões que ela mesma não possa resolver, ou seja, as contradições imanentes a uma perspectiva dialética da história nunca engendram um momento de superação quando não estão dadas as condições para a realização desse salto qualitativo. Nesse aspecto, a política teria um papel complementar na construção de uma realidade que já teve suas condições esquadrihadas (não determinadas) por um elemento mais subjacente, a base concreto-material sobre a qual se dá a construção do próprio ser social e, portanto, da sociedade. Pode-se dizer, portanto, que para Gramsci, a política não é algo que se dá de modo desenraizado da realidade concreto-material do mundo, como uma realidade independente e ontologicamente autônoma; senão esta análise estaria caindo no que chamou de “ideologismo”, superestimando elementos individuais e voluntaristas. No entanto, a política tem suas características próprias, seu tempo e movimento e se configura como uma realidade fenomenal que mantém relações mediatas com aquela realidade concreto-material.

Conforme expressa na citação que abre esse artigo, Gramsci observa um erro frequente nas análises histórico-políticas: a incapacidade de se compreender o que é orgânico e o que é ocasional. Ele tece sua crítica afirmando que, na maioria das vezes, as análises prendem-se demasiadamente, de um lado, nos elementos fenomênicos da questão, explicando-a a partir de causas imediatas e indutivamente identificáveis, caindo em um “ideologismo”. Por outro lado, as análises dão muita ênfase aos elementos estruturais, dando peso exacerbado à causas que deveriam ser consideradas como atuantes apenas de forma mediata, ou seja, “em última análise”, caindo no economicismo e no doutrinário pedante. É interessante notar que em uma de suas notas, Gramsci chama atenção para a inadequada interpretação dada às palavras de Engels.

Deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em ‘última análise’ é o motor da história [...] que deve ser diretamente conectada ao trecho do prefácio à *Crítica da economia política*, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias. (ENGELS apud GRAMSCI, 2000, p. 49-50)<sup>4</sup>

Esse equívoco contribuiu para diversas distorções do pensamento de Marx e Engels, que caíram no que Gramsci chamou de economicismo; interpretação que dava ênfase demasiada aos elementos econômicos na análise dos fenômenos superestruturais, em especial à política. Gramsci critica a perspectiva dogmática segundo a qual a aparência é interpretada como uma falsa realidade, na medida em que para ele representa apenas o que quer dizer literalmente, algo “aparente”. Dizer isso é assumir a validade histórica e a necessidade do sistema ideológico, pois é no terreno ideológico que os homens adquirem consciência das relações sociais. “Como disse Engels, é cômodo para muitos acreditar que possam ter no bolso, a baixo preço e sem nenhum esforço, toda a história e toda a sabedoria política e filosófica concentrada numa formulazinha.” (GRAMSCI, 2000, p. 52)

Tentando fugir dos opostos do “ideologismo”, que não considera nada mais do que questões imediatas, e do economicismo, que engessa as relações políticas interpretando-as como epifenômenos das relações de produção, e tentando manter uma interpretação de cunho materialista dialética, Gramsci utili-

4 Segundo notas de Carlos Nelson Coutinho, organizador dessa edição dos *Cadernos do Cárcere*, em uma carta a Bloch, Engels sublinha que o fator econômico é relevante apenas “em última análise”: “Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o *único* fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda”. (ENGELS apud GRAMSCI, 2001, p. 368)

za recorrentemente a ideia de relações orgânicas. A metáfora orgânica dá uma noção de totalidade, na qual as partes se relacionam de modo complementar; dá ainda uma compreensão de todo, que é mais do que a mera justaposição de suas partes. Essa metáfora, acredita-se aqui, é bastante ilustrativa de uma realidade social constituída por uma totalidade dialética, na medida em que os elementos que a compõem, base e superestrutura e suas diversas partes mais simples (não existentes na realidade social a não ser através de uma abstração teórica) se relacionam de modo complementar, construindo uma realidade caracterizada pela unidade dos contrários. Assim, a relação entre estrutura econômica e fenômenos superestruturais não se dá de forma retilínea e direta, como se a primeira determinasse imediatamente o desenrolar da segunda, mas de forma orgânica, ou seja, em uma configuração onde todos os elementos, seres humanos, condições materiais de existência, produção econômica, classes, política, cultura, entre outros, se relacionam entre si, configurando uma totalidade social constituída em torno de contradições ontológicas. Assim, Gramsci define bem o que Marx e Engels já haviam considerado desde *A ideologia alemã*:

Essa concepção de história assenta, portanto, no desenvolvimento do processo real da produção, partindo logo da produção material da vida imediata, e na concepção da forma de intercâmbio intimamente ligada a esse modo de produção e por ele produzida, ou seja, a sociedade civil<sup>5</sup> nos seus diversos estágios, como base de toda história, e bem assim na representação da sua ação como Estado, explicando a partir dela todos os diferentes produtos teóricos e formas de consciência [...] estudando a partir destas o seu nascimento; desse modo, naturalmente, a coisa pode também ser apresentada na sua totalidade (e por isso também a ação *recíproca* dessas diferentes facetas umas sobre as outras). (MARX; ENGELS, 2009, p. 57-58, grifo nosso)

Assim, para Gramsci, é fundamental pensar na diferença entre o que é orgânico e o que é conjuntural, pois se trata precisamente de melhor definir as relações entre estrutura e superestrutura, de modo que seja possível chegar a uma justa análise das forças que atuam na história.

---

5 Segundo os tradutores, o termo alemão para “sociedade civil” é *bürgerliche gesellschaft*, cuja tradução literal é sociedade burguesa. Para Marx e Engels, sociedade burguesa tanto pode significar a sociedade burguesa capitalista, como a base material da sociedade, o intercâmbio (relações de produção) que os homens estabelecem entre si na produção dos bens materiais necessários à existência, em qualquer tipo de sociedade. Este é o sentido utilizado na *Ideologia Alemã* e nessa citação em específico, que é bastante diferente daquele dado por Gramsci, como se verá adiante.

Todavia, no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma ciência política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente. Quando se estuda um período histórico, revela-se grande a importância dessa distinção. (GRAMSCI, 2000, p. 36-37)

A teoria gramsciana tem por objetivo fazer essa grande crítica histórico-social, analisando os grandes agrupamentos que se originam no terreno da estrutura. Nesse aspecto, Gramsci utiliza a ideia de grupos sociais, embora trabalhe com essa perspectiva em torno desses grandes agrupamentos estruturais. Embora fale também em diversos momentos das classes tradicionais, se referindo principalmente aos camponeses e rurais, classes dirigentes e classes subalternas, se refere sempre no plural, lembrando que a existência desses grandes demarcadores não implica em um monolitismo e/ou de uma unicidade advinda apenas do terreno da estrutura. Por isso, utiliza expressões como “diversos estratos da população” e “camadas sociais”, assumindo que as classes econômicas estão divididas em diversas frações e isso fica bastante visível nas suas análises históricas substantivas, como em *O resurgimento*. Vale lembrar, no entanto, que se trata de uma análise orgânica das relações de força na sociedade e que, portanto, estão balizadas em torno da constituição de grupos sociais na esfera da produção econômica, conforme será visto logo abaixo. Por isso, embora fale no plural, o pensamento de Gramsci sempre se vê às voltas com termos como “grupos sociais mais importantes”, “grupo social essencial” e “classes históricas”.

#### **4 AS RELAÇÕES DE FORÇA NA CONSTRUÇÃO POLÍTICA**

Considerando, portanto, os elementos da economia política do capitalismo esclarecidos por toda a obra de Marx, chamada por ele de “filosofia da práxis”, em associação às atualizações de Lênin sobre o capitalismo contemporâneo, Gramsci detém suas análises fundamentalmente em torno dos fenômenos da superestrutura, em especial a política. Como os grupos se constituem politicamente? Como se organizam para ter influência sobre a sociedade e sobre

o Estado? Segundo Gramsci, para que um grupo atinja a esfera política no seu mais elevado grau qualitativo, i.e., com potencial para dirigir e dominar a sociedade, ele precisa passar por fases de seu desenvolvimento, ou, nos seus dizeres, “momentos ou graus das relações de força”. Poder-se-ia dizer que os grupos que pretendem ter esse potencial passam por três grandes momentos: o momento estrutural; o momento da relação das forças políticas e o momento da relação das forças militares.

Mantendo a perspectiva da “filosofia da práxis”, o primeiro momento das relações de força é aquele estrutural, referente às relações de produção econômica. Ainda não estão envolvidos quaisquer elementos de relação política, uma vez que a relação das forças sociais está estreitamente ligada à estrutura objetiva, independente das vontades dos homens. “Com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, têm-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na própria produção”. (GRAMSCI, 2000, p. 40)

O segundo momento, referente às relações de forças políticas (avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais), pode ser dividido em três graus que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva. A primeira delas é o momento econômico-corporativo. Nele, o agrupamento estrutural já se reconhece como um mesmo grupo, que tem os mesmos interesses e as mesmas condições de vida. Assim, nasce o grupo profissional, em torno de sua homogeneidade. Nesse momento, a consciência da unidade se dá ainda de forma limitada, em torno de uma mesma unidade produtiva, por exemplo, a união dos trabalhadores de uma fábrica, e ainda não se tem a unidade do grupo social mais amplo. No segundo momento, o da consciência de solidariedade de todos os membros do grupo social, os indivíduos já se reconhecem como parte de um mesmo grupo social que transcende os limites da unidade produtiva. Eles se reconhecem, por exemplo, como operários, independente do ramo industrial. Segundo Gramsci, essas duas fases das relações das forças políticas ainda estão implícitas meramente no campo econômico, uma vez que a perspectiva dos grupos que se enquadram nelas ainda se restringe a uma relação com o Estado na busca de uma igualdade político-jurídica fundamentada em reformas nos quadros fundamentais existentes, com a reivindicação de participação nas legislaturas e na administração. Os grupos que ainda estão nessa fase não buscam o controle do Estado e o seu gerenciamento por seus membros e/ou aliados.

Na fase estritamente política, por sua vez, há a passagem para as superestruturas mais complexas. A disputa política passa a se dar em torno da esfera

do Estado, com o objetivo de dominá-lo, mas também em torno da sociedade como um todo, em vistas de dirigi-la. As ideologias se transformam em partidos políticos e a luta passa a se dar em torno de relações de força que têm por objetivo fazer com que uma ideologia ou uma combinação delas venha a prevalecer e se irradiar por toda a área social, estabelecendo, além da unicidade de fins econômicos e políticos, a unidade intelectual e moral, colocando as questões da luta não em um plano corporativo, mas em um plano universal.

Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. (GRAMSCI, 2000, p. 41)

É importante observar que os grupos sociais que estão nessa fase não têm por objetivo apenas reconhecimento e a realização de reformas pontuais. Sua relação não se dá unicamente com o Estado e, com ele, não apenas no sentido de conseguir recursos. Os grupos que estão em uma fase estritamente política têm uma ideologia definida e têm por objetivo lutar para que essa ideologia se irradie pelo tecido social, ou seja, fazer com que sua visão de mundo seja também a visão de todo o corpo social. Ter uma dimensão ético-política, uma visão de mundo e um projeto político específico, é um dos indicadores fundamentais que permite enquadrar um grupo nessa fase estritamente política, em torno de superestruturas mais complexas, como o terreno da política, do Estado e das organizações da sociedade.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI, 2000, p. 41-42)

O terceiro momento é da relação das forças militares. Embora um grupo que tenha chegado ao momento estritamente político, trabalhe em primeiro lugar e fundamentalmente no âmbito do convencimento e da ideologia, procurando produzir consensos em torno da irradiação da sua concepção de mundo por toda a sociedade, Gramsci pressupõe que em algum momento essa relação política chegará (ou poderá chegar) a um conflito aberto com aqueles grupos que não aderiram a essas teses e que, portanto, permanecem como inimigos. Nesse aspecto, o momento da relação das forças militares pode ser também concebido em duas etapas. Na primeira, a técnico-militar, ainda não se tem aquele elemento estritamente político, de partido, ideologia, concepções de mundo, teses e projeto e político e se refere, portanto, apenas a uma questão puramente militar no sentido técnico. A segunda, por sua vez, a etapa político-militar, se refere especificamente ao que foi descrito sobre o grupo que conseguiu se impor no seio das organizações da sociedade e do Estado e que, para concretizar esse seu domínio, em sentido amplo, chega às vias militares e/ou coercitivas contra aqueles que não aderiram ao seu projeto. Assim, essa segunda etapa, que não necessariamente significa uma guerra ou confrontos abertos, mas pelo menos o poder de coerção sobre outros grupos, advém de uma ação propriamente política que tem a virtude de determinar reflexos de caráter militar, que são decisivos em cada oportunidade concreta.

Desses três grandes momentos da constituição de grupos estritamente políticos depreendem-se várias questões importantes para o pensamento gramsciano. Destaca-se, em primeiro lugar, a questão da estrutura. Gramsci analisa e teoriza sobre grupos sociais que se formam no terreno da produção econômica. Não está ele, no início do século XX, falando de grupos de identidade e/ou étnicos, mas de classes sociais no seu sentido clássico, embora não de forma monolítica. Por outro lado, o elemento mais latente de toda essa descrição das relações de força é a importância da construção política. A existência da classe em si no campo da estrutura não garante a existência da classe para si capaz de dirigir e dominar o corpo social. Não existe no pensamento gramsciano essa condição de necessidade histórica. O que existe é uma forte ênfase em um processo de construção política, que é também cultural e que advém da capacidade de os grupos sociais se reconhecerem enquanto tal e se organizarem; de elaborarem concepções próprias de mundo e de projetos de sociedade (ou de se associarem a concepções e projetos de grupos próximos) e de, mais importante, procurarem universalizar essas concepções dentro do tecido social. A função de construção da classe, de criação de concepções próprias e de sua universalização Gramsci creditava ao partido político e aos intelectuais.

## 5 O PARTIDO POLÍTICO E O PAPEL DOS INTELLECTUAIS

Falar do partido político e dos intelectuais em Gramsci remete exatamente a uma mesma questão, na medida em que ele compreende o partido como um grande intelectual coletivo e analisa essa categoria como os grandes operadores culturais das ideologias, concepções de mundo, do consenso e do convencimento. Embora um grupo que almeje ser dominante e dirigente na sociedade tenha que chegar às relações de forças militares, o papel dos intelectuais se dá fundamentalmente no campo das ideias. Nesse aspecto, portanto, Gramsci não teoriza sobre a forma institucional-burocrática dos partidos modernos, mas a de um grande intelectual coletivo organizado de alguma forma que o permita exercer sua função de construção cultural da classe e de universalização da sua concepção de mundo.

Segundo Gramsci, o partido político deve ser “o príncipe moderno”, na medida em que precisa ser o *condottiero* (o condutor da vontade coletiva) que Maquiavel preconizava no século XV.

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (GRAMSCI, 2000, p. 16)

O príncipe moderno deveria ter as mesmas características do *condottiero* de Maquiavel, *virtú* e *fortuna*, ou seja, deveria ser capaz de unificar qualidades de força (autoridade) e consenso, iniciativa e habilidade política, organização suficiente para aproveitar os contextos favoráveis e sorte para que esses contextos venham a existir. Como explica Sadek (2004, p. 21) ao analisar a relação entre *virtú* e *fortuna* na teoria política de Maquiavel, a atividade política é uma prática do homem livre de freios extraterrenos (do homem sujeito da história), que exige *virtú*, o domínio sobre a *fortuna*. Este poder que nasce da própria natureza humana e encontra seu fundamento na força é diferente, pois não se trata mais apenas da força bruta, da violência, mas da sabedoria do seu uso, da utilização virtuosa desta força.

Nesse sentido, o partido político, como o príncipe moderno, tem como principal objetivo fazer uma verdadeira reforma moral e intelectual na sociedade, construindo vontades coletivas em torno de uma concepção de mundo. Con-

forme dito, a principal e mais fundamental função do partido político é fazer a construção cultural da classe e de buscar irradiar seu modo de pensar, inicialmente, para grupos próximos, trazendo-os para sua órbita, e, posteriormente, para os grupos mais distantes, de forma mais ampliada possível. Claro está que esse critério de proximidade e distância é dado pelos interesses de classe gerados em torno das relações estruturais e que, portanto, chegará um momento em que a função do partido político não se restringirá a uma construção puramente política e chegará às relações de força militares.

O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (e só é favorável na medida em que esta força exista e seja dotada de ardor combativo). Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si. (GRAMSCI, 2000, p. 46)

Gramsci considerava que todos os seres humanos são intelectuais, na medida em que na mais braçal das funções, sempre há a necessidade de atividade intelectual. No entanto, na sociedade, apenas alguns homens exercem a função de intelectual. São aqueles que, precisamente, operam a construção ético-política-cultural no seio das organizações da sociedade, ou seja, entre os diversos grupos sociais.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. (GRAMSCI, 2001, p. 15)

Assim como na ideia de partido, a noção de intelectuais em Gramsci assume uma conotação bastante abrangente. Podem ser chamados assim todos aqueles que trabalham em torno da organização e da educação da classe, fundamentalmente dentro do terreno das superestruturas, dos quais são, nas palavras de Gramsci, precisamente seus “funcionários”. Diversas funções podem ser realizadas dentro desse objetivo mais amplo. Assim, existem os grandes intelectuais que constroem as próprias teses da classe, sua ideologia e concepção de mundo. Existem também os intelectuais médios, que fazem a interpretação dessas teses para o corpo social da classe e os “pequenos” intelectuais, aqueles

que cuidam das ações mais pragmáticas de convencimento cotidiano, das atividades administrativas e que estão na ponta de capilaridade de uma organização onde todos têm suas funções e importância. “No mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos administradores e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada”. (GRAMSCI, 2000, p. 20)

Conforme dito, uma das funções fundamentais dos intelectuais, além de organizar e educar a própria classe, é buscar universalizar para o máximo possível de grupos as teses defendidas pela sua classe. Todos os grupos que se pretendem dominar e dirigir uma sociedade têm seus intelectuais atuando na sociedade. Dessa forma, uma disputa entre as diversas classes pode também ser observada através da disputa e das relações que são travadas entre seus intelectuais. Como o objetivo de todos eles é universalizar suas premissas, há momentos que um grupo social consegue impor sua visão de mundo aos intelectuais de outro grupo. Seja porque motivo for, um grupo que tem uma dimensão ético-política-cultural começa a desmoronar no momento em que seus intelectuais aderem às teses de grupos inimigos. A esse movimento Gramsci chamou de transformismo, ou seja, uma decaptação intelectual. Na metáfora, significa que as cabeças do partido e/ou do grupo foram convencidas pelo projeto de outro grupo.

É possível observar através da metáfora da decapitação, a importância dada por Gramsci ao papel dos intelectuais. São eles que realizam aquela construção política descrita nos momentos das relações de força. São os intelectuais, em sentido amplo conforme dito, os principais elementos que fazem a ponte entre a existência de um grupo na estrutura, a classe em si, e a sua existência enquanto grupo na esfera ético-política, a classe para si, que mantém relações com outros grupos na esfera do que Gramsci chamou de sociedade civil e de sociedade política. São os intelectuais que fazem a amálgama entre esses três elementos fundamentais da realidade social: a estrutura econômica, a sociedade civil e o Estado.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato, da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista da história, sem a qual permanece ‘especialista’ e não se torna ‘dirigente’ (especialista + político). (GRAMSCI, 2000, p. 53)

Essa amálgama, no entanto, é realizada sempre a partir da sociedade civil, uma vez que Gramsci considera os intelectuais como seus atores por excelência, aqueles que, por sua função, são os mais autônomos em relação às esferas da sociedade, em especial a esfera estrutural.

## **6 A SOCIEDADE CIVIL E A SOCIEDADE POLÍTICA – O ESTADO AMPLIADO**

Na construção clássica de Marx e Engels, há uma separação cognitiva entre a chamada base material ou infraestrutura (campo da produção da vida material concreta, esquematicamente associada às relações econômicas quando na prática se refere a algo muito mais complexo, associada às necessidades materiais de reprodução das condições de sobrevivência) e a superestrutura (formas de consciência, linguagem, as teorias puras, filosofia, teologia, moral – a ideologia – e a estrutura jurídica, o Direito e o Estado). O termo sociedade civil em Marx que no alemão é representado pela expressão *bürgerliche gesellschaft*, que pode significar também sociedade burguesa, conforme visto na nota um, remete à base da sociedade, campo onde se realizam as contradições básicas, de onde emergem as classes e a produção econômica. É por isso que é possível observar em alguns de seus textos a ideia de que o Estado se assenta na sociedade civil e é construído a partir de suas características. Em resumo, isso quer apenas demonstrar que o Estado não é um ente autônomo frente às condições reais de existência das classes sociais e que emerge de suas contradições.

Embora mantenha o esqueleto geral dessa concepção (separação entre estrutura e superestrutura), em Gramsci, a ideia de sociedade civil ganha outros contornos. Em geral, a concepção de que a sociedade pode ser dividida para fins cognitivos em uma estrutura econômica e uma superestrutura ideológica e jurídica permanece, uma vez que na realidade elas se relacionam organicamente. O que muda é que a superestrutura passa a ser composta fundamentalmente por dois planos abstratos: a sociedade civil e a sociedade política. Em geral, sociedade civil passa a ser entendida como o elemento superestrutural no qual se situam as diversas organizações privadas da sociedade, instituições que expressam diversas e contraditórias concepções de mundo, sindicatos, igrejas, jornais, associações, entre outras tantas. O elemento que caracteriza em essência a sociedade civil é a difusão de ideias, valores e concepções de mundo. Ela é relativamente autônoma em relação ao campo econômico, no sentido de que não se traveste simplesmente como seu epifenômeno; é construída pelas interações contraditórias entre os diversos valores e ideologias, ou seja, como o campo de criação e

circulação dos fenômenos culturais, balizada pelas grandes contradições fundamentais da sociedade. Em Gramsci, diferente da perspectiva marxista clássica, as diversas ideologias não são compreendidas simplesmente como falsas ideologias, mas como verdadeiras concepções de mundo dos diversos grupos sociais. Assim, é importante notar como a ideologia e a cultura ganham certa autonomia no pensamento gramsciano, pois para ele, considerando inclusive uma das frases de Marx do prefácio da *Contribuição à crítica da economia política*, o terreno ideológico, embora aparência, não representa uma falsidade, mas o terreno sob o qual o homem adquire consciência da história e da realidade social, ou seja, um elemento importante e que mantém sua validade.

Do outro lado da abstração está o plano da superestrutura que Gramsci chamou de sociedade política. Essa dimensão diz respeito especificamente àquilo que a tradição liberal chamou de Estado, ou seja, o aparelho jurídico-político-repressivo. Essa dimensão ganha a aceção no pensamento gramsciano de Estado restrito, na medida em que representa apenas a instituição formal. No entanto, conforme tem sido frisado, essa divisão entre sociedade civil e sociedade política tem apenas um conteúdo cognitivo, na medida em que se as duas não são a mesma coisa e têm características e funções diferentes, na realidade se expressam como um par dialético, de modo que uma não existe sem a outra, pelo menos nas sociedades que estavam sendo analisadas. Assim, emerge a concepção gramsciana do Estado ampliado, uma configuração complementar e contraditória entre a sociedade civil e a sociedade política. Não podem existir elas na realidade social de forma separada, visto que compõem uma totalidade complexa, uma arena de disputas de posições e de concepções de mundo que começa na sociedade civil e se espalha pela sociedade política, institucionaliza-se no Estado, reverberando-se depois novamente na e pela sociedade civil. Não há no pensamento marxista e no pensamento gramsciano espaço para a concepção liberal que separa como dois entes as esferas pública e privada, como se o público não emanasse daquelas relações estruturais e pudesse ser algo completamente autônomo frente à realidade da *bürgerliche gesellschaft*. Se sociedade civil e sociedade política, as esferas privadas e públicas não são, a rigor, a mesma coisa, não podem ser elas menos do que um par dialético.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no gover-

no 'jurídico'. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2000, p. 21)

O Estado ampliado, portanto, é uma arena onde os grupos sociais disputam hegemonia, ou seja, procuram universalizar sua visão de mundo, construindo alianças e atraindo outros grupos para sua órbita, e procuram obter o aparelho de dominação para que consiga impor seu projeto político aos grupos que não conseguiram fazer aderir às suas teses. É no Estado ampliado, portanto, que se consolidam as funções do *condottiero*, a *virtú* e a *fortuna*, a força e o consenso, conforme destaca Coutinho (1985, p. 62)

Gramsci registra assim o fato novo, historicamente novo de que a esfera ideológica ou simbólico-axiológica, nas sociedades capitalistas mais avançadas, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado *stricto sensu* e isso é verdade não apenas diante dos novos organismos criados pelo protagonismo político das massas (partidos, sindicatos, etc.), mas inclusive em face de velhas instituições herdadas pela sociedade capitalista (como as Igrejas ou o sistema escolar). A necessidade de conquistar o consenso como condição de dominação impõe a criação e/ou a renovação de determinadas objetivações sociais, que funcionam como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência-material – base da autonomia relativa assumida pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil – uma esfera específica, dotada e legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito.

Assim, pode-se dizer que Gramsci foi um autor que deu muita ênfase à importância da sociedade civil. Isso pode ser explicado por vários motivos. O primeiro, e mais fundamental, diz respeito ao fato de que ele estava procurando respostas para o fato de o movimento operário não ter alcançado ainda a revolução nas sociedades ocidentais. Encontrou Gramsci a resposta na estadalatria. Segundo ele, todo o pensamento emancipatório estava direcionado para a derubada do aparelho do Estado *estrito senso*, quando deveria estar preocupado em obter hegemonia na sociedade civil, pois observava ele que nas sociedades ocidentais, a sociedade civil era bastante densa.<sup>6</sup>

6 Segundo Gramsci, nas sociedades orientais, a sociedade civil não era tão densa quanto nas sociedades ocidentais, devido à própria tradição autocrática desses países. Assim, como foi o caso da Rússia, o problema de se tornar hegemônico se referia muito mais ao Estado *estrito senso* do que à sociedade civil. Desse modo, poder-se-ia tentar uma revolução a partir do assalto à fortaleza e à instituição burocrático-legal da sociedade política.

A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resiste às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. Assim como nesta última ocorria que um implacável ataque de artilharia parecia ter destruído todo o sistema defensivo do adversário (mas, na realidade, só o havia destruído na superfície externa e, no momento do ataque e do avanço, os assaltantes defrontavam-se com uma linha defensiva ainda eficiente) [...]. (GRAMSCI, 2000, p. 73)

Assim, antes de se tentar uma investida sobre o Estado e superestimar os impactos de uma crise econômica, todo e qualquer grupo que tem por objetivo se tornar dirigente e dominante na sociedade deve conseguir exercer sua influência sobre a sociedade civil, universalizando suas concepções de mundo, através do trabalho dos intelectuais, do partido e de suas organizações, ou seja, os grupos deveriam ter chegado, dentro das relações de força da política, ao momento estritamente político, i.e., trabalhar às voltas com a perspectiva de universalização ético-política-cultural. Gramsci alertava para a necessidade de superar a fórmula da “revolução permanente” em direção à fórmula da hegemonia civil.

## **7 O QUE É HEGEMONIA?**

Talvez esse seja o conceito mais fecundo e criador de Gramsci, pois é uma síntese e centraliza todos os elementos discutidos pelo autor. O termo hegemonia tem sido utilizado das mais diversas maneiras, com os mais diferentes significados conjunturais, significando supremacia, prevalência, dominação, domínio, controle, etc. Aqui será considerada a interpretação totalizante do conceito, ou seja, aquela dada pelo autor no contexto global de sua obra. É devido a essa perspectiva que se tentou apresentar antecipadamente outros conceitos importantes, e teoricamente subjacentes, para a compreensão do conceito de hegemonia.

Compreende-se aqui que a dimensão mais totalizante dada por Gramsci à ideia de hegemonia diz respeito a um movimento orgânico de construção política de um grupo social, que começa na sociedade civil (universalizando sua concepção de mundo, construindo consensos e dirigindo outros grupos sociais) e termina na sociedade política (com a possibilidade da dominação). A obtenção da hegemonia tem um objetivo específico, que é a aplicação de um projeto polí-

tico para todo o conjunto da sociedade. Da mesma forma que sociedade civil e sociedade política se constituem como um par dialético, também a hegemonia que, fundamentalmente, diz respeito à sociedade civil, só pode culminar com a chegada ao Estado, com a conquista da possibilidade da dominação.

Em primeiro lugar, é interessante notar que o próprio Gramsci dá os créditos do conceito de hegemonia a Lênin. Segundo ele, a ideia de que uma classe precisa dirigir seus aliados e dominar seus inimigos está implícita em várias reflexões leninistas, em especial quando fala da formação do bloco operário-camponês e da direção que o proletariado deve exercer sobre esta outra classe. A formação de um bloco constituído por classes aliadas em torno de um projeto em comum, sob hegemonia da classe mais fundamental, está, de fato, subjacente aos escritos políticos de Lênin, notadamente naqueles posteriores à Revolução Russa. No entanto, é inegável o desenvolvimento, a clareza e a centralidade que Gramsci dá ao conceito e às táticas políticas inspiradas em sua compreensão.

Assim, várias dimensões estão implícitas na definição gramsciana da hegemonia, a começar por uma relação dialética que perpassa de forma totalizante as dimensões da estrutura econômica, da sociedade civil e do Estado. Em poucas palavras, hegemonia nada mais é do que a capacidade que um grupo social tem de dirigir (elemento relacionado à sociedade civil que se refere à criação de consenso) e dominar (elemento relacionado ao Estado que se refere ao uso da força). No entanto, um grupo só consegue alcançar o *status* de hegemônico ou, pelo menos, o potencial para se constituir como hegemônico (e, portanto, contra-hegemônico, como se verá mais abaixo) se tiver se constituído politicamente através de um movimento orgânico, que começa na estrutura econômica. Assim, mais uma vez, Gramsci está se referindo às classes sociais e suas frações e todo o seu processo de constituição de classe em si para classe para si, resumido naqueles momentos das relações de força. Dominar e dirigir são entendidos como dois momentos:

[...] o da 'dupla perspectiva' na ação política e na vida estatal. [...] que pode ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondente à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da 'igreja' e do 'Estado', da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 2000, p. 33)

Existem divergentes interpretações acerca da natureza própria da hegemonia. Para alguns autores, ela se exerce fundamentalmente na sociedade civil, através das organizações e dos intelectuais, ou seja, através das ideias da direção, consenso, civilidade, etc. Para outros intérpretes, não é possível haver hegemonia fora da dupla perspectiva apontada acima e ela supõe tanto direção na sociedade civil, quanto dominação no Estado. Na perspectiva aqui adotada, considera-se que a leitura dos textos de Gramsci, de fato, dá a sensação de que a hegemonia se exerce fundamentalmente na sociedade civil e que o momento da força faz parte do passo seguinte, mas não necessariamente estaria dentro de uma concepção de hegemonia. No entanto, na medida em que se considera que no seu pensamento orgânico Gramsci estava interessado, de fato, na ação política e como essa ação não pode acontecer apenas no âmbito da sociedade civil, uma vez que ela está dialeticamente vinculada ao Estado, será considerada a perspectiva da hegemonia como uma forma de ação política que tem por objetivo configurar um sistema hegemônico, que articula as dimensões da direção e da dominação, da sociedade civil e da sociedade política, embora se acredite que a ação da hegemonia em si se dá, por princípio, fundamentalmente na sociedade civil. Esquemáticamente, portanto, hegemonia se dá na sociedade civil através da direção e, na medida em que avança em busca da autoridade, da conquista do Estado, culmina de forma a constituir um sistema hegemônico.

No que concerne à aplicação do conceito de hegemonia/sistema hegemônico em outros contextos históricos e em pesquisas empíricas que não ganham a grande dimensão da crítica histórico-social de Gramsci, pressupõe-se alguns elementos fundamentais, que podem ser separados de forma cognitiva nos campos da: a) sociedade civil: projeto político para toda a sociedade, universalização da concepção de mundo, direção, consenso, convencimento; b) sociedade política: força, autoridade e dominação. As dimensões e indicadores do primeiro campo dizem respeito a toda aquela construção ético-política-cultural realizada pelos intelectuais, pelos partidos e pelas organizações da classe. É interessante notar, no entanto, as peculiaridades que esses elementos indicam. Em primeiro lugar, no sentido clássico gramsciano, não é qualquer grupo social que tem o potencial para se tornar hegemônico. Gramsci não observou essa possibilidade para grupos identitários e/ou étnicos, por exemplo, na medida em que a hegemonia se remete a projetos políticos que devem representar interesses universalizantes, de modo que apenas as classes fundamentais que caracterizam determinada fase de evolução ou determinado modo de produção têm potencial para produzir. Os esquemas universalizantes se referem ao elemento fundamental da realidade social, econômica e política, i.e., a essência de determinada fase histórica e/ou

modo de produção, pois embora as diversas frações de classe possam se pretender hegemônicas sobre classes antagônicas e também sobre as outras frações de sua própria classe, o que nunca poderá ser transformado é o elemento que caracteriza o interesse comum e, portanto, a própria classe enquanto tal. Dessa forma, não é qualquer ideologia e/ou concepção de mundo que pode ser hegemônica, apenas aquelas que representam projetos políticos para toda a sociedade, que se expandiram para além dos seus interesses econômico-corporativos, não apenas com fins pontuais, imediatistas e restritos.

A hegemonia, na perspectiva que aqui se defende, está na alçada do que Gramsci chamou de grande política, em detrimento da política miúda. Está associada a uma extensa crítica histórico-social e por isso está vinculada fundamentalmente às classes fundamentais, aqueles agrupamentos que nascem no terreno da produção econômica.

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. (GRAMSCI, 2000, p. 21)

Maquiavel examina, sobretudo, as questões da grande política: criação de novos Estados, conservação e defesa de estruturas orgânicas em seu conjunto; questões de ditadura e de hegemonia em ampla escala, isto é, em toda a área estatal. (GRAMSCI, 2000, p. 22)

Por outro lado, para além de representar um projeto para a toda a sociedade, ele precisa se tornar uma concepção universal no seio da sociedade, pois, caso contrário, o grupo em questão, ainda que possa se constituir como dominante, não terá alcançado o poder de direção sobre outros grupos sociais. Ter direção sobre outros grupos sociais é conseguir fazer com que eles orbitem em torno de si e do seu projeto político. Não se trata de uma simples aliança, temporária e com objetivos imediatos, mas de uma verdadeira aliança programática, em torno dos núcleos centrais do projeto político. Nesse aspecto, construir hegemonia pressupõe a construção de consensos com os grupos sociais subalternos que orbitam em torno do mais fundamental. A construção dessa unidade, no entanto, requer que os grupos abram mão de alguns de seus interesses, sem jamais perder os núcleos centrais do projeto, em especial os núcleos

centrais dos seus interesses econômicos. A direção, portanto, inclui elementos de simples convencimento e construção de consensos em torno de elementos fundamentais, que deverão se generalizar pelo corpo social.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2000, p. 48)

Por outro lado, a complementação da hegemonia, ou seja, dos objetivos da própria ação política que se realiza na consolidação de um sistema hegemônico, pressupõe a sociedade política, a força e a autoridade que constituem a dominação. Gramsci viveu já em uma época histórica em que o Estado já se constituía como ampliado não apenas pela sua relação dialética com a esfera da sociedade, mas também pelas características que foi tomando ao longo do tempo. Determinadas funções que, originalmente, eram realizadas pela sociedade civil, pelas instituições privadas, como a educação, por exemplo, começaram a ser realizadas pelo Estado. Nesse aspecto, seria impossível pensar em uma verdadeira universalização das concepções de mundo de um grupo que não detivesse o controle sobre esses meios de criação e difusão de ideias. Nos seus escritos, Gramsci dá muita ênfase à importância da educação na emancipação. Assim, a própria direção só se complementa quando o grupo social consegue se tornar dominante e detém o poder do Estado. O Estado também é um educador, na medida em que tende a criar um novo tipo ou nível de civilização.

A universalização das concepções de mundo jamais pressupõe um monolitismo de ideias. Dificilmente um grupo social será dirigente a ponto de conseguir impedir que outras concepções potencialmente hegemônicas surjam, principalmente pelo fato de que as contradições permanecem vivas no seio da estrutura econômica. Nesse aspecto, um grupo para ser hegemônico e chegar ao seu objetivo, colocar em prática seu projeto político, precisa garantir que isso seja realizado, inclusive a despeito dos interesses dos grupos sobre os quais ele não conseguiu construir sua direção, i.e., notadamente os grupos antagônicos no terreno da produção. Deste modo, o Estado ganha papel relevante no aprofundamento da hegemonia e na constituição do sistema hegemônico.

Direção e dominação precisam estar articulados para que a hegemonia se configure de forma total, na consolidação do sistema hegemônico. Assim, não é possível dizer que um grupo que dirige a sociedade civil e tem garantida a universalização das suas teses é hegemônico se não consegue impor seu projeto aos grupos que lhe são antagônicos, visto que ainda não detém os meios de coerção, o controle sobre as leis, etc., ou seja, o Estado. É possível, entretanto, que esse grupo esteja em vias de chegar ao Estado ou esteja pronto para se tornar verdadeiramente hegemônico. Por outro lado, e muito menos, não pode ser considerado hegemônico aquele que apenas é dominante e não consegue dirigir a sociedade civil. Neste caso, o potencial para se tornar hegemônico é ainda menor (embora as instituições do Estado possam ser utilizadas muito bem para a consolidação de concepções de mundo), pois essa dominação pode se assemelhar a uma ditadura (sociedade política sem sociedade civil). Assim, hegemonia é um fenômeno que se desenvolve na esfera do Estado ampliado e é organicamente impossível concebê-la aquém dessa perspectiva dialética.

Pensar em hegemonia de maneira dialética e dentro do esquema totalizante de Gramsci é pensar que ela está, inevitavelmente, associada a possibilidades de contra-hegemonia. Esta nada mais é do que o fenômeno dialeticamente natural de qualquer processo hegemônico, o potencial sempre presente de que outros grupos sociais antagônicos se constituam politicamente e procurem também dirigir e dominar a sociedade. Nesse aspecto, falar em contra-hegemonia pressupõe os mesmos indicadores necessários para a definição da hegemonia. Assim, é importante diferenciar as ações contestatórias que, embora evidentemente políticas, ainda não alcançaram aquele elemento das relações estritamente políticas, daquelas de caráter contra-hegemônico que, por definição, tem um projeto político universal e duradouro, busca universalização das concepções de mundo, disputa na sociedade para estabelecer consensos em torno dos núcleos centrais de sua ideologia, construção de alianças para que grupos sociais orbitem em torno de si e busca da garantir da aplicação de suas teses através da chegada ao poder do Estado.

## **8 O BLOCO HISTÓRICO**

O bloco histórico é o conceito de Gramsci considerado mais totalizante, dentro da dimensão adotada neste artigo. Apenas com a sua definição é possível compreender de forma orgânica e dialética, ou seja, em movimento, todos os conceitos estabelecidos anteriormente, pois o bloco histórico é a abstração que mais se aproxima do concreto pensando e, portanto, da realidade empírica.

Na interpretação aqui adotada, compreende-se o bloco histórico como a construção histórico-territorial da dominação de classe. Ele expressa uma realidade historicamente mais complexa, pois engloba eventos de longo prazo e as variadas relações construídas pelos diversos grupos sociais ao longo da sua vigência. Ele é macro-estrutural, pois não depende das vontades individuais, mas apenas do projeto político fundamental que articula a estrutura econômica, a sociedade civil e a sociedade política.

O bloco histórico também é uma construção política de um grupo social que teve início na estrutura econômica e seguiu em direção às sociedades civil e política. Sua duração de longo prazo, entretanto, permite que a dominação de classe ganhe várias facetas e/ou momentos. Em seu momento “normal”, o bloco histórico é constituído pelo sistema hegemônico, ou seja, um verdadeiro bloco intelectual, moral, político e econômico configurado em torno de uma articulação orgânica entre a estrutura, a sociedade civil e a sociedade política. Por outro lado, em um momento transitório, o bloco histórico pode tomar a faceta de um sistema ditatorial, constituído em torno da dominação, ou seja, do poder da sociedade política sobre a sociedade civil. Nesta, cria-se uma falsa hegemonia em torno da coerção e não do consenso. Em resumo, um bloco histórico pode ter várias formas, mas representa a permanência histórica da dominação de uma classe social histórica.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A concepção expressa aqui da noção de hegemonia em Gramsci pode soar bastante rígida, na medida em que busca estabelecer os indicadores necessários para a classificação dos fenômenos dentro das categorias de hegemônica e contra-hegemônica. Embora não se tenha por objetivo engessar conceitos tão criadores e fecundos, é importante salientar que a construção teórica gramsciana é marcada pelo caráter geral e totalizante da tradição marxista que, conforme se tentou mostrar, articula organicamente os elementos da estrutura econômica, da sociedade civil e da sociedade política, construindo uma linha de pensamento originalmente materialista. Dessa forma, Gramsci deixa um legado conceitual que se remete a análises de realidades sociais complexas, de fenômenos históricos de longo prazo, ou seja, aquela grande crítica histórico-social. Nesse aspecto, embora adaptações possam ser elaboradas, visto que a ciência e a interpretação da realidade social não podem se furtar de evoluir em prol da produção de análises mais fecundas, parece importante ter em mente que o ar-

cabouço gramsciano deve ser utilizado com parcimônia e critério, sob o risco de que ele perca a riqueza do seu caráter e não caia em esquemas simplificadores. Aplicar os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia na análise de fenômenos contemporâneos exigiria, inclusive, alguma reflexão sobre a atual situação social e política das classes e suas frações no capitalismo contemporâneo.

Na perspectiva aqui adotada, mais interessante do que buscar a classificação de grupos e eventos em termos de hegemônico ou contra-hegemônico, seria buscar analisá-los a partir da dimensão do que Gramsci chamou de acúmulo de forças (uma dimensão da construção processual em busca de hegemonia), uma vez que aquele empreendimento se apresenta bastante complexo, sem antes haver uma verdadeira consideração sobre o macroprocesso histórico, a situação das classes, da estrutura econômica, etc.

É importante frisar, entretanto, que a interpretação de cada autor é livre e que existem outras leituras bastante diferentes acerca do legado de Gramsci, tanto da perspectiva da tradição liberal, que tenta dar mais autonomia à sociedade civil e mais liberdade ao conceito de hegemonia do que foi exposto aqui, quanto dentro da própria tradição marxista que, por vezes, indica caminhos diversos para essa interpretação. No que tange à interpretação defendida nessas páginas, tentou-se demonstrar como o pensamento de Gramsci é profundamente materialista dialético, sem, contudo cair no que o próprio autor chamou de economicismo e doutrinário pedante, e que a noção de hegemonia é construída sobre essas premissas. Ela, portanto, mantém uma lógica que faz com que certos elementos fundamentais sejam levados em consideração para a sua utilização em outros contextos histórico-sociais, sob o risco de cair no que o próprio Gramsci chamou de “ideologismo”, ou seja, em uma análise que peca por considerar em excesso os aspectos individuais e voluntaristas.

#### **GRAMSCI AND THE MEANING OF POLITICS: HISTORICAL MATERIALISM, REJECTION OF “ECONOMISTIC” DOGMAS AND “IDEOLOGUES” ILLUSIONS**

##### **Abstract**

This paper aims to present some of the main concepts of the Italian thinker Antonio Gramsci, in particular the notion of hegemony. Through a theoretical discussion, this paper will discuss how the thinking engendered by Gramsci has roots solidly grounded in historical materialism developed by Marx and Engels and renovated by Lenin. Therefore, through the Marxian epistemology, this paper seeks to organize the presentation of concepts starting from the simplest elements and abstract toward the totality of social reality, aiming at the construction of a concrete thought. So understand that while Gramsci has introduced important new elements to this field of thought, the theoretic-

cal-methodological basis of his thought remains materialist, heir, so the Marxist tradition. This article also intends to focus on the methodological aspects of the empirical operationalization of the concepts of hegemony and counter-hegemony, discussing the dimensions and indicators necessary for the realization of these phenomena in social reality. As innovations of Gramscian's thinking, the article also highlights the theoretical turn toward consideration of ideologies and worldviews as elements of culture, where political action must begin, and not as false consciousness. Moreover, there is also the importance of their critique of Marxism which considered mechanistic, dialectically seeking to deepen relations between the superstructure and the economic infrastructure, the economy, civil and political societies, which enabled him to renew Marxist political theory, if becoming one of the leading thinkers in this theoretical/political field.

**Keywords:** Gramsci. Political Theory. Historical Materialism. Hegemony.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Flávio. *O antigo jovem Marx e o novo velho Marx renascem em Berlim*. 4 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FCultura%2FO-antigo-Jovem-Marx-e-o-novo-Velho-Marx-renascem-em-Berlim%2F39%2F29724>>. Acesso em: 11 dez. 2013, às 16:11h.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A dualidade de poderes: introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- GERMANO, José Willington. Gramsci: igreja e intelectuais (acerca da formação do estado burguês na Itália). *Educação em Questão*, Natal, RN, v. 4, n.1/2, jan./dez. 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. Organização e tradução: Carlos Antônio Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Organização e tradução: Carlos Antônio Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.
- GRAMSCI, Antonio. *O ressurgimento*. In: GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. v. 2, 339 p. (Coleção Teoria).
- LENIN, Vladimir. *As três fontes*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2001.
- LENIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.
- MARX, Carl. Prefácio. In: MARX, Carl. *Contribuição da economia política*. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. p. 45-50.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. In: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. A guerra civil na França. In: MARX, Karl. *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: WEFFORT, Francisco C. *Os clássicos da política I*. São Paulo: Ática, 2004.

SADER, Emir. *Gramsci – poder, política e partido*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.



## **CULTURA E IDEOLOGIA: RELEITURAS A PARTIR DA TEORIA SOCIAL CLÁSSICA**

### **OBSERVATIONS ABOUT CULTURE AND IDEOLOGY: READINGS FROM CLASSICAL SOCIAL THEORY**

#### **RESUMO**

O objetivo deste texto é discutir as noções de cultura e ideologia a partir de releituras dos três autores clássicos da sociologia quais sejam, Marx, Weber e Durkheim. Parte-se da hipótese que para definir como se concebem estas noções nos clássicos é fundamental precisar quais os sujeitos dos processos ideológicos ou culturais identificado por cada autor e quais os principais antagonismos. Para isso, contextualiza-se o debate sobre ideologia e cultura, em seguida, apresenta-se a relevância e atualidade dos clássicos nas Ciências Sociais, para daí recuperar os conceitos chaves que ajudam a “pôr os clássicos em diálogo”, demarcando no pensamento de cada autor quem são os sujeitos de um processo cultural ou ideológico e quais os antagonismos. Conclui-se que, coloca-se a possibilidade da emancipação humana de modo implícito nos três autores, pois o ponto de partida mais elementar é colocar o sujeito cognoscente como sujeito consciente da ideologia – tomada como herança de ver e agir dentro de relações sociais concretas.

**Palavras-chaves:** Cultura. Ideologia. Teoria Social Clássica.

#### **1 INTRODUÇÃO**

Este ensaio<sup>2</sup> tem como objetivo discutir as noções de cultura e ideologia a partir de releituras da teoria social clássica. Parte-se do pressuposto de que o sistema capitalista ainda precisa da cultura para ajudar a inculcar a lição da violência da expropriação do trabalho e, na mesma operação, reprimi-la no fetiche da mercadoria. No capitalismo tardio, o fetichismo parece ter-se descolado dos objetos e dado um passo além na escala da abstração: agora ele utiliza imagens e, não exclusivamente objetos, como suporte material. É como se o fetiche assumisse como forma de sua existência uma ilusão: as imagens. (CEVASCO, 2005, p. 3)

---

1 Doutoranda em Ciências Sociais PPGCS/UFBA. Mestre em Direito e Estado (UnB). Professora da UFBA. Endereço Eletrônico: saranq1@gmail.com

2 Este ensaio é foi elaborado como trabalho final da disciplina Teoria Social Clássica no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFBA, em outubro de 2012, a partir de notas de aulas ministradas pela professora Graça Druck.

Para orientar o debate questiona-se: qual a importância e atualidade nas Ciências Sociais do modo comparativo das noções de cultura e ideologia em Marx, Weber e Durkheim em uma época denominada de “a hora do consenso pós-ideológico”? Em que medida a demarcação dos sujeitos nos clássicos e seus antagonismos ajudam a fugir dos rótulos e ortodoxias? Como estes sujeitos aparecem no pensamento dos autores clássicos e como estes percebem os antagonismos? Levanta-se aqui a seguinte hipótese: para definir como se concebem as noções de cultura e ideologia nos clássicos é fundamental precisar quais os sujeitos dos processos ideológicos ou culturais identificado por cada autor e quais os principais antagonismos caracterizam estes processos. A tese aqui defendida é de que na percepção de Weber, os sujeitos são indivíduos ou grupos e o antagonismo central, a concorrência; na elaboração de Marx, os sujeitos são as classes sociais na luta de classes e em Durkheim, o sujeito é a própria, em seus descompassos entre o progresso material e moral refletido nas tensões do que o autor denomina de *homo duplex*.

Inicialmente importa refletir sobre a importância e atualidade do tema, em seguida, apresentar a relevância e atualidade dos clássicos nas Ciências Sociais, para daí recuperar os conceitos-chave que ajudam a “pôr os clássicos em diálogo” demarcando no pensamento de cada autor quem são os sujeitos de um processo cultural ou ideológico e quais os antagonismos.

## **2 IMPORTÂNCIA E ATUALIDADE DO TEMA**

No contexto atual da teoria social, pode-se afirmar que uma das consequências do relativo abandono da categoria trabalho é a desvalorização da noção de classe social e também de ideologia, por muitos autores<sup>3</sup> considerados críticos, o que reforça a ideia de que vivemos em uma época denominada de “a hora do consenso pós-ideológico”. (ZIZEK, 2002, p. 168)

Denomina-se aqui “consenso pós-ideológico” um conjunto de ideias que garantam que interpretações conflitantes do mundo convivam lado a lado sem que se privilegie nenhum ponto de vista, todos são válidos. Pode-se ilustrar essa encenação na indecidibilidade pós-moderna, travestida de democracia. Este

---

3 Jürgen Habermas (2000) aponta um “envelhecimento do paradigma da produção” que explica apenas o trabalho e não a interação social, e que a perspectiva da emancipação não se origina deste paradigma, mas do paradigma da ação orientada para o entendimento recíproco. Defende que o paradigma da produção restringe o conceito de práxis – ao não articular o trabalho a outras formas restantes de exteriorização cultural dos sujeitos capazes de agir e falar – e oferece ao conceito de práxis um significado empírico tão claro, que cabe perguntar se ele perde sua plausibilidade com o fim, historicamente previsível, a sociedade do trabalho.

pode ser um dos elementos do enfraquecimento da política ou do agir político, pois é mais difícil agir no campo da política, enfrentando os medos e ameaças sem certezas, ou sem uma consciência de si independente, capaz de agir sobre si e sobre o outro, ou se quisermos, sem uma consciência de classe. A indecidibilidade sobre um projeto para um mundo melhor tem levado a uma paralisia política sem esperança. Nosso tempo aprendeu a utilizar os instrumentos da razão para criticar a realidade, sofisticamos na análise, empobrecemos no agir. E o agir forma a consciência.

A fluidez ideológica é embalada pela sensação de imaterialidade onde “os corpos parecem existir em um plano não material de existência.” (CEVASCO, 2005, p. 4) Uma das características mais citadas da globalização é a de fluxo, expressão que se usa para designar tanto a crescente mobilidade do capital quanto a das elites mundiais, assim como a fluidez correspondente da vida sociopolítica, fluxo que experimentamos em nossa vida diária. Do mesmo modo em que há uma fluidez do capital contemporâneo ainda sustentada pelo trabalho material, há uma a fluidez das interpretações, das posições e das ideologias em uma velocidade muito grande permitida pela tecnologia. O que de fato parece dar unidade estrutural e articular todos diferentes aspectos em diversas áreas da vida é o uso competentíssimo da tecnologia. Se suprimirmos a tecnologia, não mais reconheceremos os espaços em que vivemos; nesse sentido, ela é o verdadeiro herói da história, o que conduz e motiva cada tomada de decisão.

Ao encenar a fluidez, teorias contemporâneas sobre o estágio atual de nosso modo de produção, têm muitas vezes o caracterizado como o período do “capitalismo flexível”, da “modernidade líquida”, “sociedade pós-moderna”, “sociedade de risco”, “sociedade pós-industrial”, “sociedade informacional”. A insistência nessa caracterização, que se manifesta na repetição incessante das qualidades do sistema, sua “variabilidade, mutabilidade, volatilidade, fluidez” pode muito bem estar trabalhando para reprimir a experiência que não pode ser nomeada, ou seja, o fato de que vivemos em um sistema muito bem ordenado, cujo aspecto essencial não varia: sua base continua sendo a exploração do trabalho e o lucro, exatamente, como sempre foi.

Jesus Raniere (2010, p. 12) aponta que em outras épocas estava tudo mais exposto, sabia-se que havia um lado, pois

O componente ideológico da economia política já era vislumbrado por Marx, na medida em que o lugar da mediação efetiva do trabalho como elemento universal da socialização da humanidade era substituído na visão da economia política pelo imperativo da atividade produtiva capitalista como uma lei absolutamente natural.

Nossa situação é oposta às dificuldades do século XX, como alerta Slavoj Žižek (2011, p. 13), quando sabíamos o que fazer – estabelecer a ditadura do proletariado, esperar o melhor momento – agora não sabemos o que temos de fazer, mas temos que agir, nos arriscar no abismo do novo, mesmo em situações que pareçam inadequadas.

Neste contexto atual de crise que arriscamos reversamente denominar de pós “fim da história” desponta uma característica paradoxal: a perda da força social e teórica da alternativa socialista fortalece e enfraquece ao mesmo tempo, a justificativa do capitalismo. Fortalece por ser afirmada como única alternativa civilizatória que pretensamente compatibiliza progresso material, eficácia na satisfação de necessidades e modo de organização social favorável ao exercício das liberdades econômicas e regimes políticos liberais. Por outro lado, enfraquece, pois uma das justificativas do capitalismo era conter a “onda socialista”, conter o comunismo e para se justificar, indicava as mazelas do socialismo real. Sabe-se que os dois principais valores prometidos pelas duas tradições que estão em tensão na modernidade – capitalismo e socialismo são exatamente liberdade e igualdade. Ocorre que o duplo da igualdade na onda pós-moderna não seria mais a liberdade prometida e não cumprida pela tradição capitalista, mas sim a diferença. Esta pode ser uma das causas e consequências da naturalização do abandono da noção do trabalho, logo de classe social e de ideologia com força crítica na teoria social, pois as possibilidades de emancipação passariam não mais pela liberdade ou igualdade, mas pela diferença. A resposta neoconservadora à filosofia da práxis abusa desse conceito ao apontar o fracasso de qualquer tentativa de introduzir o princípio da igualdade, perguntando de modo quase irônico “Como se pode administrar coletivamente o que não constitui um todo acabado e a cada dia se configura e se cria novamente na produção infinita e infinitamente diversificada dos indivíduos?” (OPPENHEIM, 1962 apud HABERMAS, 2000, p. 100)

Em um contexto teórico, apontado por Habermas, de um neoconservadorismo hoje, sobretudo nas Ciências Sociais, em um cenário de desapontamento com o marxismo, propomos realizar um esforço de síntese comparativa entre os três autores clássicos através da temática da cultura e ideologia, e apresentar alguns usos teóricos destas noções relevantes para explicar as contradições do movimento real.

### **3 CONCEITOS CHAVES NA TEORIA SOCIAL CLÁSSICA PARA COMPREENDER CULTURA E IDEOLOGIA**

Pode-se perguntar por que buscar nos clássicos fundamentos para refletir sobre um estatuto teórico metodológico nas ciências sociais hoje. Busca-se aqui responder, seguindo uma pista deixada por Theodor Adorno (ADORNO, 1994 apud ZIZEK, 2011, p. 18) que não se trata de perguntar o que um clássico ainda pode nos dizer, o que está vivo ou morto no pensamento dele, o que ainda pode significar para nós, mas o oposto, isto é, o que nós somos, o que nossa situação contemporânea pode ser para ele, como nossa época aparece aos seus olhos. Neste sentido, pretende-se recuperar conceitos-chave e (re)leituras dos clássicos que coloquem ou não a ideologia como noção presente na formação da consciência humana e produção das condições materiais de vida, pois ainda acreditamos no uso público da razão e na inteligibilidade da realidade como pressuposto para intervenção e transformação desta, apesar de não ser consequência automática. Dentre os conceitos aqui discutidos destacam-se: fetiche, alienação, totalidade, dominação, hegemonia, anomia, divisão social do trabalho.

A atualidade das questões colocadas pelos autores nos mostra que são determinadas condições históricas e sociais de existência que tornam a sociologia necessária, em uma leitura materialista da sociologia feita por Florestan Fernandes. Para este autor, a sociologia constitui-se em um produto cultural das fermentações intelectuais provocadas pelas revoluções industriais e político-sociais que abalaram o mundo ocidental moderno (FERNANDES, 1992, p. 12) e, neste contexto, voltar aos clássicos significa fugir dos conceitos híbridos que insistem em falar de fim da história ou sociedade pós-moderna, como vimos acima.

Do ponto de vista epistemológico, pode-se apontar uma intersecção entre os autores clássicos, pois exigem do sociólogo que penetre no mundo social como mundo desconhecido. Em especial, Durkheim reconhece a Marx o mérito de ter rompido a ilusão da transparência: “Julgamos ser fecunda a ideia de que a vida social deve ser explicada, não pela concepção que tem a seu respeito os que participam nela, mas por causas profundas que escapam à consciência.” (DURKHEIM, 1930 apud BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 25) A busca deste desconhecido, (dessa essência), pode ser compreendida pela construção de uma teoria, a busca da gênese, do conceito, sendo assim estaria também em Weber, cada um a partir do seu aporte metodológico.

Sabe-se que o pensamento sociológico nascente identificava a verdade com a máxima diferenciação entre sujeito e objeto, exposta paradigmaticamente na obra de Émile Durkheim. (SADER, 2007, p. 11) Filiamo-nos neste

trabalho à ideia de que o aporte da filosofia hegeliana marca uma diferenciação fundamental sobre esta perspectiva na teoria social clássica e contemporânea. As novidades da dialética hegeliana do ponto de vista epistemológico seriam: 1) enfrentamento da lógica formal, colocando a contradição, não como falsidade, mas reivindica o conceito de contradição como meio de apreensão do movimento real dos fenômenos; 2) questionamento da concepção de objetividade ou dito de outro modo: por que o mundo nos aparece como alheio? Para responder a estas questões, Hegel introduz no pensamento filosófico a noção de trabalho, “uma noção altamente corrosiva” para as pretensões a-históricas e sistemáticas do pensamento tradicional. Importa lembrar que para Hegel, o trabalho é o vir a ser para si do homem no interior da exteriorização ou como homem exteriorizado. O trabalho que Hegel unicamente conhece e reconhece é o abstratamente espiritual.

Sendo assim, Hegel (2002) introduz a importância do agir na formação da consciência, pois que o indivíduo não pode saber o que ele é antes de se ter levado à efetividade através do agir. Traz a dialética do senhor e do escravo como a forma mais evidente da relação de independência das determinações aparentemente opostas, mas que estão incluídas uma na outra. Apreender a contradição dessa relação é a apreender a essência da cada pólo e o sentido de sua relação mútua. (SADER, 2007)

É o conceito de trabalho recuperado por Marx que permite rearticular a relação entre sujeito e objeto, mediante a versão de que os homens produzem a realidade inconscientemente – “Eles fazem, mas não sabem”, na fórmula sintética de Marx no prefácio de *O capital* – significa que não se reconhecem. Assim Marx reconstrói a noção de trabalho e introduz a de alienação, critica o ponto de vista dos modernos economistas que apreendem o trabalho como a essência do homem que se confirma; e somente veem o lado positivo do trabalho, não seu lado negativo. Neste sentido, explica Antônio Câmara (2007) que a objetivação, enquanto materialização do ser humano, ainda que de forma alienada, encontra apoio nos manuscritos econômico-filosóficos, quando Marx, ainda profundamente influenciado pela filosofia hegeliana, discute a alienação do trabalho. O rompimento do homem com a natureza através do trabalho é seu primeiro ato de alienação, separando-se do todo indeterminado no qual foi gerado, provendo através da exteriorização da sua força de trabalho, os meios necessários a sua sobrevivência. A este ato, continua Câmara, segue-se a alienação do próprio trabalho, quando dado o desenvolvimento das forças produtivas este deixa de ser genérico para bifurcar-se em trabalho material (produtivo) e trabalho intelectual (improdutivo) à qual correspondem formas determinadas de apropriação dos meios de produção.

A partir deste momento, a alienação humana se duplica: “alienação da natureza, alienação de si mesmo”. Esta segunda seria autoalienação do trabalhador, como explicitado na síntese feita por Antônio Câmara (2007, p. 277)

A relação das formas de alienação com o desenvolvimento material da sociedade apresenta, em Marx, um duplo aspecto: positivo, na medida em que apenas através desta alienação as forças produtivas se desenvolveram, a sociedade acumulou riqueza; negativo na medida em que isto implicou na exploração da maioria dos seres humanos. [...]. A superação da alienação, que em Hegel é fruto do trabalho intelectual, em Marx será resultante da luta consciente dos indivíduos historicamente organizados.

Para Marx, na sociedade capitalista, uma relação social entre homens assume a forma de uma relação entre coisas. Sendo assim, explica o autor, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantém relações entre si e com seres humanos, é o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Marx chama a isso de fetichismo que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. Esse fetichismo decorre do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias. (MARX, 2001)

Conclui então o autor que os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores por considerá-los simples aparência material de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta como valores, seus diferentes produtos igualam seus trabalhos diferentes de acordo como sua qualidade comum de trabalho humano. (MARX, 2001)

Marx (2001, p. 101) questiona então:

A economia política analisou, de fato embora de maneira incompleta o valor e sua magnitude, e descobriu o conteúdo que ocultam. Mas nunca se perguntou por que ocultam esse conteúdo, por que o trabalho é representado pelo valor do produto do trabalho e a duração do tempo de trabalho, pela magnitude deste valor. Fórmulas que pertencem claramente a uma formação social em que o processo de produção domina o homem e, o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo. Por isso, dão as formas pré-burguesas de produção social o mesmo tratamento que os santos padres concedem às religiões pré-cristãs.

Por certo o próprio Marx admite que a descoberta de os produtos dos trabalhos serem meras expressões do trabalho dispendido em sua produção é

importante na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa de nenhum modo a fantasmagoria que apresenta como qualidade material dos produtos, o caráter social do trabalho. Apenas revela que “o valor é uma relação entre pessoas oculta sobre um invólucro material”. (MARX, 2001, p. 96) O fetiche da mercadoria não é nenhuma ilusão, o trabalho social se corporifica efetivamente na mercadoria.

Também no surgimento da sociologia na abordagem de Durkheim temos que “Os fatos tem uma forma de ser constante, uma natureza que não depende da arbitrariedade individual e de onde derivam relações necessárias”. (DURKHEIM, 1930 apud BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 24) O mesmo afirma Marx quando definia que “na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”. Ou ainda Weber, quando não aceitava reduzir o sentido cultural das ações às intenções subjetivas dos atores, pois considera que a dominação (elemento fundamental para compreender não só a relação social, mas a ação social) tem uma estrutura e funcionamento, nas palavras do autor

E nem toda dominação se serve para sua fundação e conservação, de meios coativos econômicos. Mas na grande maioria das formas de dominação, e precisamente nas mais importantes, este é, de alguma maneira, o caso, e muitas vezes numa proporção tão grande que, por sua vez o modo como os meios econômicos são empregados para conservar a dominação influencia, decisivamente, o caráter da estrutura da dominação. (WEBER, 1999, p. 188)

Por certo que não podemos esquecer que Weber (1999, p. 189) parte de supostos anunciados por ele mesmo como “formais” ou “aparentes” para definir dominação em

[...] seu tipo puro, fundamenta-se, exclusivamente, nas influências que pode fazer valer, em virtude de uma propriedade garantida de alguma forma (ou habilidade disponível no mercado) e que exerce sobre a ação formalmente ‘livre’ e aparentemente voltada para interesses próprios dos dominados.

É inevitável, segundo o autor, a pesada formulação que recorre ao “como se” os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações, como nas palavras do autor ao definir “dominação”

Por ‘dominação’ compreendemos, então aqui uma situação de fato, em que uma vontade manifesta (‘mandado’) do dominador ou dos ‘dominadores’ quer influenciar as ações de outras pessoas (do ‘dominado’ ou dos ‘dominados’) e de fato as influencia de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizem **como se** os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações (obediência). (WEBER, 1999, p. 191, grifo nosso)

Ou seja, para Weber, não basta para fins sociológicos o resultado puramente externo, cumprimento efetivo do mandado, em si, ou a motivação concreta psicológica. No caso individual, o mandado pode ser cumprido por convicção de sua conformidade, por um sentimento de obrigação, por medo, por mero costume, sem que a diferença tenha necessariamente importância sociológica. Busca-se o sentido da aceitação como norma vigente – a cadeia causal que existe entre o mandado e seu cumprimento que pode apresentar formas muito diversas, mas “[...] o caráter sociológico da dominação revela traços diferentes conforme certas diferenças básicas nos fundamentos gerais da vigência da dominação.” (WEBER, 1999, p. 192) Interessa notar que Weber diferencia a noção de dominação da noção de hegemonia na qual ele reconhece que há “dominação” em sentido amplo, mas no sentido do poder condicionado por situações de interesses, particularmente de mercado que por toda parte se baseia no livre jogo dos interesses.

Por certo que há diferentes aportes metodológicos. Em Weber, vê-se a tese de afinidades eletivas no caso entre o sujeito (grupo protestante) e conduta (espírito capitalista). Em Marx, a ideia de totalidade indica que o pressuposto histórico para o ser do capital é a apropriação dos meios de produção pela burguesia e então a classe trabalhadora “formalmente livre” para alienar sua força de trabalho no mercado. Mas ambos reconhecem os condicionamentos e os interesses conformando a dominação e a ideologia.

Fundamental para diferenciar a saída metodológica de Marx para penetrar este mundo social desconhecido é ideia de totalidade. Como explica Atílio Boron ao citar Lukács “a dialética afirma unidade concreta do todo”, o que não significa reduzir “seus vários elementos a um a uniformidade indiferenciada, à identidade.” Com efeito, Lukács explica que

[...] não é a primazia dos motivos econômicos na explicação histórica que constitui a diferença decisiva entre o marxismo e o pensamento burguês, e sim o ponto de vista da totalidade. A categoria de totalidade, a penetrante supremacia do todo sobre as partes, é a essência do método que Marx

tomou de Hegel, e brilhantemente o transformou nos alicerces de uma nova ciência. (LUCKÁS, 1971 apud BORON, 2006, p. 46-47)

A ideia de totalidade resta explicitada em Marx (2011, p. 5),

A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Marx faz uso da ideia de totalidade não como totalidade abstrata, pois o concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, sendo assim a totalidade concreta como totalidade pensada, concreto pensado, é, de fato, um produto do pensamento, do ato de conceber, logo, o sujeito real subsiste, tanto depois como antes, em sua autonomia fora da mente.

Ainda sobre a atualidade dos clássicos, importa ainda lembrar que há uma percepção geral da influência de Marx e do pensamento marxista mais forte na América Latina, apesar da atualidade do pós-marxismo. Neste contexto questiona Atilio Boron (2006, p. 38)

Hoje, podemos dizer que o capitalismo enquanto sistema altamente dinâmico apresenta mecanismos de exploração e, portanto de extração de mais-valia mais complexos e diversificados que os existentes no tempo de Marx e Engels. Mas tudo isso significa que os capitalistas não compram mais força de trabalho (se bem que de características bem diferentes às de antes, e mediante processos não exatamente iguais)? Ou se o fazem, pagam um preço distinto ao que a dita reprodução da mesma, pondo deste modo fim à relação salarial examinada criticamente por Marx em *O Capital*? Ademais, o que faz o capitalista quando adquire esta força de trabalho? Retribui ao trabalhador a totalidade do produzido em sua jornada de trabalho, ou fica com uma parte? Desaparece a exploração, ou persiste sob renovadas formas?

No mesmo sentido inspirados em Weber ao analisar a situação da França, Boltanski e Chiapello (2009, p. 53) conceituam espírito do capitalismo como a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo, problematizando que

O capitalismo é provavelmente, a única, ou pelo menos a principal forma histórica ordenadora de práticas coletivas perfeitamente desvinculadas da esfera moral, no sentido de encontrar sua finalidade em si mesma (a acumulação do capital como fim em si), e não por referência não só ao bem comum, mas também aos interesses de um ser coletivo, tal como povo, Estado, classe social. A justificação do capitalismo, portanto, supõe referência a constructos de outra ordem, da qual derivam exigências complementares diferentes daquelas impostas pelo lucro. Para manter seu poder de mobilização, o capitalismo, portanto deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inseridas no contexto cultural que ele evolui.

Pode-se concluir que Marx estuda o capitalismo como modo de produção e como modo de vida das classes sociais, e Weber, como conduta cultura e moral de indivíduos e grupos. Há autores marxistas (HOBBSAWM, 1985 apud GERTZ, 1997, p. 11) que indicam que as questões são as mesmas, ou, em verdade, Weber buscou respostas não-marxistas a questionamentos marxistas, havendo muito mais em comum. Outros afirmam que a sociologia compreensiva de Weber é uma alternativa conservadora a Marx, é um projeto de oposição teórica e prática a Marx. (LUKÁCS, 1968 apud CARLI, 2013, p. 2)

Como já afirmamos, a atualidade das indagações dos clássicos se mostra em especial neste momento de aprofundamento da crise do capitalismo e maior visibilidade da crise de justificação do capitalismo pelos seus próprios atores<sup>4</sup> (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 40) e evidenciam por que os clássicos são clássicos: porque falam vozes que nos ajudam a compreender os dias de hoje, pois não há como compreender uma cultura teórica contemporânea ou construir modelos explicativos sem passar por estes.

#### **4 SOBRE CULTURA E IDEOLOGIA**

Sabe-se que o termo ideologia assim como o de cultura, são polissêmicos. O termo ideologia surgiu na Revolução Francesa de modo já polêmico – ora como ciência das ideias, e ideia como representação obtida sensivelmente (fundamento de toda filosofia), ora como forma de pensamento com pretensões ile-

---

<sup>4</sup> Estes autores afirmam que da posição weberiana consideram, sobretudo, a ideia de que as pessoas precisam de razões morais para aliar-se ao capitalismo, não parecendo muito realista a hipótese do empenho forçado crescente diante da ameaça de fome e desemprego, valendo pelo menos aos países desenvolvidos.

gítimas e validade prática, na crítica de Napoleão. Marx, apesar de não ter uma teoria geral da ideologia, retoma o termo dando um sentido muito diferente – ideologia como sistema de ideias e representações que domina a mente de um homem ou grupo social.

John Horton ao escrever em *Anomia e alienação* nos mostra como termo tem sido evitado também por falta de precisão

Na falta de palavras mais precisas, empreguei ideologia em três sentidos: 1) ideologia como qualquer perspectiva socialmente determinada; 2) ideologia como um pensamento identificado com as condições sociais existentes, oposto ao pensamento utópico, ou ao pensamento identificado com ideais ou pelo menos a condições sociais não existentes 3) ideologia no sentido marxista de falso pensamento, representando o pensamento socialmente determinado como livre da determinação social. (HORTON, 1992, p. 106)

Podemos afirmar que ideologia, assim como alienação e práxis, fazem parte das categorias do pensamento crítico. Em geral, há uma aposta na crítica como elemento de fuga da ideologia, concebendo a ideologia como aparência que substitui o real. Para Marx, o ideal é o material, ou seja, ideologia como falsa consciência (aparência) pode ser exemplificada na economia política na relação valor e mercadoria. Mas, mesmo na tradição marxista não há consensos sobre o termo ideologia.

Louis Althusser (1996, p. 105) explica que toda formação social ao mesmo tempo que produz, tem que reproduzir as condições de sua produção, logo tem que reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes. Assim, o autor separa os aparelhos repressivos do Estado que funcionam pela violência física, inclusive, e aparelhos ideológicos do Estado que funcionam pela ideologia. Estes últimos que não têm estatuto público são os aparelhos: religioso, escolar, familiar, jurídico, partidário, sindical, das comunicações da imprensa e cultural; tomando, textualmente, Gramsci como “marxista consciente”. Althusser explica que para Marx, a ideologia é puro sonho, vazio e fútil, não tem história, e para ele, ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, ou seja, toda ideologia representa em sua deformação necessariamente imaginária não as relações de produção, mas, acima de tudo, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que dela decorrem. Logo, as ideologias dependem do lugar social dos sujeitos e da sua relação imaginária com os antagonismos e com os aparelhos ideológicos de Estado. As ideologias seriam, assim, o produto síntese

se não da correlação de forças, mas do imaginário sobre a correlação de forças e neste sentido, aproxima-se da pluralidade cultural, pois, sujeitos submetidos materialmente aos mesmos antagonismos produziriam imaginários diferentes sobre estes.

Neste contexto, mesmo na tradição marxista, há estudos sobre cultura como a partir de Antônio Gramsci (1995, p. 16) que dá a ideologia “o significado mais alto de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletivas.” Neste sentido, fixa-se a ideia de disputas ideológicas; hegemonia como disputa ideológica que pode traduzir-se em “legitimidades” em disputa. Ideologias como concepção de mundo aproxima-se de Weber que estuda o capitalismo enquanto conduta cultural e social, por isso estuda os valores do protestantismo como forma de conduta social e cultural como causa do desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido, Antônio Gramsci (1995, p. 17) vai alertar que “o problema fundamental de toda concepção de mundo que se transformou em um movimento cultural, isto é, que produziu uma atividade prática e uma vontade” é o de “conservar a unidade ideológica de todo bloco social, que está cimentado e unificado justamente pela ideologia”.

Este também não seria o desafio da denominada dominação legítima em Weber? A ideia de legitimidade como vontade de obedecer é sempre uma probabilidade de obediência sustentada em uma crença na legitimidade. Quais são os elementos que motivam aquele agente ter vontade de obedecer – acreditando na legitimidade – ter interesse em obedecer? Isto define os tipos de dominação legítima racional; tradicional ou carismática. Considerando que a legitimidade da dominação refere-se àquilo que motiva, pode-se compreender que a ideia de hegemonia passa pela disputa de ideologias que é uma disputa de legitimidades – disputando a vontade dos sujeitos de seguir os mandados; disputando a crença que motiva o indivíduo, por isso Weber fala em dominação entendida como legitimidade – por isso são tipos de dominação legítima. Fixa-se aqui que há pluralidade de valores diferentes dentro das sociedades capitalistas e estas ideologias se confrontam, há sujeitos em disputa.

O que se quer chamar atenção neste texto é que no debate sobre a gênese da realidade social, não faz sentido opor trabalho e cultura, sendo que a cultura em si não engendra novas formas de sociabilidade como querem, por exemplo, teóricos do campo dos denominados novos movimentos sociais que inauguram, segundo Jeffrey Alexander: “Um novo movimento Teórico”. Nesta encruzilhada, propomos perguntar como aparecem os sujeitos e quais os antagonismos. Sendo assim, reconhecendo um contexto polissêmico, propomos, para refletir

sobre cultura e ideologia, demarcar duas diferenças centrais nos autores clássicos: quem são os sujeitos (a sociedade, o indivíduo e grupos, a classe) e qual o significado dos antagonismos entre os sujeitos para estes autores. Weber indica “descobrir” no grupo dos protestantes; Marx indica “descobrir” no proletariado, e Durkheim, na sociedade com solidariedade orgânica as chaves analíticas para ler os antagonismos.

## **5 COMO A QUESTÃO DOS SUJEITOS E ANTAGONISMOS É POSTA POR DURKHEIM, WEBER E MARX?**

A questão é posta por Durkheim, segundo Sérgio Adorno (2009, p. 135), nos seguintes termos: a sociedade moderna, justamente por suas características – a diferenciação interna e intensificação de ciclos temporais distintos entre a evolução do progresso material e a evolução moral correspondente – intensifica em escala desconhecida anteriormente as confrontações entre o homem físico e o homem moral, entre paixões e razão, entre corpo e alma. Valoriza dualidades, por exemplo, ao caracterizar o *homo duplex* em parte egoísta, autocentrado, anárquico e em parte um ser moral na medida de sua submissão à coerção da sociedade, que é a fonte de toda moralidade.

Com efeito, Durkheim, em diversas passagens, coloca o problema do descompasso do progresso moral e progresso material ao referir-se à atividade econômica que sempre acompanha a civilização, mas está longe de servir ao progresso moral. A moral, para o autor, é o “mínimo indispensável, o estrito necessário, o pão cotidiano sem o qual as sociedades não podem viver” (...) a moral nos obriga a seguir um caminho determinado em direção a um objetivo definido – “e quem diz obrigação diz com isso coerção”. (DURKHEIM 1995, p. 16) Ao referir-se à divisão do trabalho social diz que, nas diferenças que se completam mutuamente e não se opõem, criam-se entre os sujeitos um sentimento de solidariedade, sendo esta a fonte, senão única, pelo menos a principal da solidariedade social. Admite o autor que

É possível que a utilidade econômica da divisão do trabalho tenha algo a ver com este resultado, mas em todo caso, ele supera infinitamente a esfera dos interesses puramente econômicos, pois consiste no estabelecimento de uma ordem social e moral *sui generis*. (DURKHEIM, 1995, p. 25)

Considerada sob este aspecto, diz Durkheim (1995, p. 29) citando Comte, a divisão do trabalho

[...] leva imediatamente a encarar não apenas os indivíduos e as classes, mas também, sob muitos aspectos os diferentes povos, como participantes, ao mesmo tempo e de acordo com um modo próprio e um grau especial, exatamente determinados de uma obra imensa comum, cujo inevitável desenvolvimento gradual também liga, aliás, os atuais cooperadores à série de seus diversos sucessores. Portanto é a repartição contínua dos diferentes trabalhos humanos que constitui principalmente a solidariedade social e que se torna a causa elementar da extensão e da complicação crescente do organismo social.

Para isso, os sujeitos têm um “papel especial” não sem processos de conflito, antagonismos e contradições, pois a vida moral, como a do corpo e do espírito, corresponde a necessidades diferentes e mesmo contraditórias, em um antagonismo acentuado. (DURKHEIM, 1995, p. 7) Sempre em Durkheim há um acentuado antagonismo entre o progresso material e moral.

A questão é posta por Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* do seguinte modo:

Se é que é possível encontrar um objeto que dê algum sentido ao emprego desta designação (espírito do capitalismo), ele só pode ser uma ‘*individualidade histórica*’ isto é um complexo de conexões que se dão na realidade histórica e que nós encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista de sua significação cultural. (WEBER, 2004, p. 41, grifo nosso)

Vemos aqui que não há que se falar em atributos intrínsecos aos fenômenos que permitam o conhecimento da totalidade através de supostas evidências. Trata-se entender de história por afinidades eletivas, com reciprocidade e não causalidade de fenômenos. Para Pierre Bourdieu, o princípio epistemológico entre os clássicos seria o mesmo – instrumento da ruptura com o realismo ingênuo – que assim é formulado por Max Weber (1999, p. 188):

Não são as relações reais entre as coisas que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas as relações conceituais entre problemas. É apenas nos campos em que é aplicado um novo método a novos problemas em que são descobertas assim novas perspectivas que surge uma nova ‘ciência’.

Para Weber, como vimos, não há como reduzir o sentido cultural das ações às intenções subjetivas dos atores, havendo uma estrutura da dominação que caracteriza a ação social, condicionada também pela economia.

De outro lado, o estabelecimento de relações causais está relacionado à racionalidade das ações. Como a circunstâncias das ações terem “causas” não deriva de quaisquer atributos objetivos intrínsecos ao mundo, mas a própria capacidade dos homens de criarem a racionalidade como valor e orientarem suas ações em consonância com isso. Assim, fica de pé a ideia de que a causalidade não é marca da servidão dos agentes às exigências “objetivas”, mas de sua própria liberdade. O autor dá importância para compreensão à situação em que a ação se dá, e não somente a ação e ao agente. (COHN, 1979, p. 82)

Em Weber (2004, p. 47), tem relevância a ideia singular de profissão como dever – pouco importa se é pura valorização da força de trabalho ou então propriedades de capital – é essa ideia que é característica da ética social da cultura capitalista e, em certo sentido, tem para ela uma significação constitutiva, mas, atualmente, já há um cosmos, uma “crosta” que o indivíduo nasce não pode alterar. Na ordem econômica moderna, o ganho de dinheiro (não para satisfazer necessidades materiais ou para gozo imediato) – contanto que se dê de forma legal – é o resultado e a expressão da habilidade na profissão. Weber, para colocar a questão que pretende explicar, constata de forma resignada que o capitalismo hodierno cria para si mesmo, por via da seleção econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessitava. A questão é – e aí está o limite do conceito de seleção – para que este modo de vida e concepção de profissão pudesse ter sido selecionado e sobrepujado outras modalidades, primeiro eles tiveram que emergir não em indivíduos isolados, mas em grupos de pessoas (no caso, os protestantes). Portanto, é essa emergência de um modo de ver (uma concepção de mundo) que se trata propriamente de explicar. (WEBER, 2004)

Para Marx e para Weber, há que se reconhecer que a reforma protestante teve caráter revolucionário, prático. A liberação do lucro foi revolucionária; deixou portas abertas para acumulação do capital, neste sentido, para ambos, a cultura por si não produz novas sociabilidades de modo autônomo, mas tem relevância prática. Não é falsa consciência. Para Marx, o que era consequência virou causa para Weber. Acreditamos que a causa, assim a herança de um modo de ver e agir depende de longo tempo e está descrita na acumulação primitiva como um processo de violência e força prática do direito na expropriação dos meios de produção, em especial a terra.

Já para Weber, a reforma protestante muda completamente o agir, pois transforma o indivíduo em mundano. A ascese não é mais monástica, a ascese é mundana, pois a base é o livre arbítrio do protestantismo; o livre arbítrio está presente na reforma protestante, não há mais reclusão para ter contato com

Deus como no catolicismo. Este contato se dá exatamente na atividade, na ação, no trabalho – no exercício da “vocação”. Vocação entendida como uma disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo, uma disposição divina, pois que, ao menos durante o trabalho, esteja livre da eterna questão de como com um máximo de comodidade e um mínimo de esforço ganhar o salário de costume. (WEBER, 2004)

Em Marx (2011, p. 5), a emergência deste modo de ver, que Weber remete a religião é apresentada da seguinte maneira:

[...] o resultado geral a que cheguei e que serviu de fio condutor aos meus estudos foi que: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade. A totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica, a base real, sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, religiosa e artística ou filosófica em resumo – formas ideológicas   qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.

Para este autor, é preciso explicar a consciência a partir das contradições da vida material, ou seja, do conflito entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Daí, vê-se no *Manifesto Comunista* o caráter revolucionário da burguesia, pois

Em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta c nica e direta e brutal, a burguesia criou as condições materiais de existência que lhe corresponde a uma constituição política adequada para a revolução – criou as condições materiais da emancipação do proletariado. (MARX; ENGELS, 1977)

O aparecimento deste modo de ver é explicado por Marx historicamente pela presença violenta do Estado e do direito, no processo de acumulação primitiva. Não seria o suficiente *de per si* para que os sujeitos fossem obrigados a vender a força de trabalho voluntariamente, que as condições de trabalho estivessem concentradas em uma massa, na forma de capital, em um dos p los da sociedade, enquanto no outro, são agrupados massas de homens, que não têm nada para vender. Sendo assim, explica Marx (2001, p. 827, grifo nosso)

O avanço da produção capitalista desenvolve uma classe trabalhadora que, por **educação, tradição, hábito**, olha para as condições do modo de produção, como auto-evidentes, leis da Natureza. A organização do processo de produção capitalista, uma vez plenamente desenvolvida, quebra

toda a resistência. A geração constante de um aparente excedente populacional, mantém a lei da oferta e procura de trabalho, e, portanto, mantém os salários, em uma rotina que corresponde com as necessidades de capital. A compulsão maçante das relações econômicas completa a sujeição do trabalhador ao capitalista. Força direta, fora as condições econômicas, é claro, ainda usada, mas apenas excepcionalmente. É outra forma durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia, em sua origem, quer e usa o poder do Estado para 'regular' o salário, isto é, para forçá-los dentro dos limites adequados para a tomada de mais-valia, para alongar a jornada de trabalho e manter o trabalhador se no grau normal de dependência. Este é um elemento essencial da chamada acumulação primitiva.

Explicita ainda o autor que

O sistema capitalista pressupõe a separação completa dos trabalhadores de todos os bens nos meios pelos quais eles podem realizar o seu trabalho. Tão logo a produção capitalista é uma vez em suas próprias pernas, não só mantém esta separação, mas a reproduz em escala continuamente de extensão. O processo, portanto, que abre caminho para o sistema capitalista, não pode ser outro do que o processo que leva longe o trabalhador a posse de seus meios de produção, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores imediatos em trabalhadores assalariados. A chamada acumulação primitiva, portanto, nada mais é do que o processo histórico de se divorciar do produtor dos meios de produção. Ele aparece como primitivo, porque forma o estágio pré-histórico do capital e do modo de produção que lhe corresponde. (MARX, 2001, p. 828)

Marx (2007, p. 33) busca a base terrena para o sujeito, pois o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, é o de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história” e não fazem recebendo uma herança escolhida.

Este autor, ao explicitar o processo de divisão do trabalho como fixação de um campo de atividade social exclusivo, articula a uma potência estranha,

Esse fixar-se da atividade social, essa consolidação de nosso próprio produto num poder objetivo situado acima de nós, que foge ao nosso controle, que contraria nossas expectativas e aniquila nossas conjeturas, é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até aqui realizado. O poder social, isto é, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos condicionada pela divisão do trabalho aparece a estes indivíduos, por que a própria cooperação não é voluntária mas na-

tural, não como seu próprio poder unificado, mas sim como uma potência estranha, situada fora deles, sobre a qual não sabem de onde veio nem para onde vai, uma potência, portanto, que não podem mais controlar e que, pelo contrário [...] independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir. (MARX; ENGELS, 2007, p. 38)

A crítica da divisão do trabalho em Marx se dá pela crítica da divisão em trabalho manual e trabalho intelectual que aliena pelo estranhamento, pela separação do produto, pela falta de controle do processo produtivo e por fim, pela alienação do homem de si mesmo. Em Durkheim, na conclusão – sobre a questão do descompasso do progresso moral ao progresso material, pela velocidade da especialização da divisão do trabalho que não é acompanhado pela regulamentação moral, social – a divisão do trabalho aparece como possível fator de coesão. Ambos criticam a sociedade industrial e a divisão do trabalho, mas para Marx, o conflito, a anomia pode ser revolucionária. Assim como a dominação carismática em Weber pode ser revolucionária, pois derruba o passado (detalhado na acumulação primitiva por Marx), exatamente, porque não conhece a apropriação do poder senhorial ao modo de uma comunidade de bens, seja pelo senhor, seja por poderes estamentais, pois o carisma puro é especificamente alheio à economia, do ponto de vista da economia racional. Para o autor

[...] o carisma pode ser uma transformação com ponto de partida íntimo, a qual, nascida da miséria ou entusiasmo, significa uma modificação da direção da consciência e das ações, com orientação totalmente nova de todas as atitudes diante de todas as formas de vida e diante do mundo em geral. (WEBER, 2000, v. 1, p. 160)

Por outro lado, explica que o destino inevitável do carisma é recuar – pois todo carisma encontra-se neste caminho que conduz a uma vida emocional entusiasmada, alheada da economia – a uma morte lenta por asfixia sob o peso dos interesses materiais, e isto em cada hora de sua existência e cada vez mais a medida que passam as horas.

Em Weber, o sujeito é o indivíduo em situação de concorrência para seleção dos melhores, esta luta é legítima, normal, passa pela concorrência que é algo racional, cotidiano, não é no sentido de conflito ou disputa, nem luta de classes. Em Marx, os sujeitos são as classes sociais na luta de classes: “A história de toda sociedade até aqui é a história da luta de classes” e “a luta de classes sempre terminou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou então com o aniquilamento comum das classes em luta”. (MARX, 1977) Em Durkheim, o sujeito é a própria sociedade como ordem cultural e moral, como

algo consensual e homogêneo que precede ao indivíduo obriga este. A sociedade é coercitiva e o indivíduo é livre quando aceita esta coerção, não sem os antagonismos do *homo duplex*.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acreditar no fato de que o sistema capitalista ainda precisa da ideologia e da cultura para ajudar a inculcar a lição da violência da expropriação do trabalho e, na mesma operação, reprimi-la no fetiche da mercadoria, retomou-se uma reflexão acerca da cultura e ideologia nos clássicos, porque estes autores contribuíram decisivamente para a elaboração das principais categorias teóricas para a explicação da nossa época de crise.

Dentre as fronteiras demarcatórias, vimos que Marx valoriza a noção de trabalho presente na dialética para afirmar a importância desta categoria como uma noção corrosiva, do ponto de vista epistemológico e ontológico. Weber enfatiza, em certa medida, a noção de valores e vontade do indivíduo e Durkheim valoriza a coerção moral da sociedade sobre o indivíduo, mas aponta os antagonismos do *homo duplex*.

Os três autores clássicos estudam a ordem, de um certo modo avaliam as ideias de progresso e desenvolvimento, sendo que Marx e Weber se debruçam, especialmente, sobre a gênese da ordem capitalista. Com efeito, pode-se afirmar que os três autores analisam o progresso e o desenvolvimento e de algum modo, criticam o tradicionalismo.

Sendo assim, podemos arriscar que Durkheim justifica a divisão de trabalho no “papel especial” ou “trabalho intensivo” necessário à complementaridade, e solidariedade social que contraditoriamente geram coesão e anomia; aquilo que Weber justifica pela ideia de “vocaçã”, naturalizando a luta – exercício da concorrência – para gerar a seleção dos melhores; e Marx chama de “potência estranha” que aliena, uma alienação que pode ser abolida somente por condições práticas.

Em Weber, o antagonismo é a concorrência, é natural, haverá uma seleção entre os melhores, em Marx, há luta de classes para não ser subjugado, que levará a uma revolução. Em uma simplificação, podemos dizer que a noção de cultura está vinculada à ideia de uma sociedade de indivíduos em que podemos falar em bem comum, interesse público, vontade geral; e a ideia de ideologia estaria inserida em uma sociedade de classes, na qual a avaliação do agir se dá pelos interesses de classe.

A ideologia, em Marx, passa pelo conceito de classe social, e de cultura, em Weber, passa pelos valores dos indivíduos ou grupos (como no caso dos protestantes) e, em Durkheim, passa pela ideia de *homo duplex*, em parte egoísta, autocentrado, anárquico e em parte, um ser moral na medida de sua submissão à coerção da sociedade, que é a fonte de toda moralidade.

A “resolução” das antinomias nos clássicos se dá do seguinte modo: em Durkheim, anomia – amoralidade, anarquia, como coerção cultural ineficaz – é superável apenas pelo estabelecimento do caráter coercitivo da norma. O conceito de *homem duplex* fixa a possibilidade de resgate da coesão, ou seja, a liberdade não termina com a coerção em Durkheim, e sim começa com esta. Em Marx, é o trabalho livre de exploração, indivíduos livres para realizar suas potencialidades históricas. E para Weber, a saída está no equilíbrio entre paixões e o senso de proporções.

Pode-se concluir por um lado, frente à intelecção do mundo social – como um mundo desconhecido, que coloca-se à possibilidade da emancipação humana de modo implícito nos três autores, pois o ponto de partida mais elementar é colocar o sujeito cognoscente como sujeito consciente da ideologia – tomada como herança de ver e agir dentro de relações sociais concretas (seja da mais-valia, da dominação, das crenças, do espírito do capitalismo, da anomia, da coerção). Todos contribuem para expandir os limites da razão quando convocada a dar conta das questões de fato e colocam o agir humano em debate.

Por outro lado, pode-se concluir que na teoria social contemporânea, o abandono da noção do trabalho como central por muitos autores contribui para perda da força crítica da teoria crítica para enfrentar os neoconservadores, pois afastou-se, simultaneamente, da noção de ideologia e classes sociais, substituindo por uma noção de cultura que abandona as nuances da existência material caminho que não pode ser justificado, como vimos nem em Weber, nem em Durkheim e muito menos, em Marx. Sendo a ideologia o produto síntese não da correlação de forças, mas do imaginário sobre a correlação de forças, logo, neste sentido, aproxima-se da pluralidade cultural. Finalmente, considerando que sujeitos, submetidos materialmente aos mesmos antagonismos produzem imaginários diferentes sobre estes, compreendemos que não há como analisar cultura ou diversidade cultural sem sua base material comum aos sujeitos, nem mesmo analisar classes e interesses materiais sem considerar elementos culturais.

## OBSERVATIONS ABOUT CULTURE AND IDEOLOGY: READINGS FROM CLASSICAL SOCIAL THEORY

### Abstract

The objective of this paper is to discuss the notions of culture and ideology by the effort of developing a comparative overview of three classic sociology authors namely, Marx, Weber and Durkheim. It starts with the assumption that, to define how these notions are conceived in the classics, it is essential to specify which subjects and antagonisms are identified by each author. For this, the debate on ideology and culture is contextualized. Then the relevance and contemporaneusness of classics in social sciences is presented to then retrieve the key concepts that help “bring the classics into dialogue”, highlighting, in the thought of each author, who are the subjects of the cultural or ideological process, and what are their antagonisms. We conclude that there is the possibility of human emancipation implicitly in the three authors, because the most basic starting point is to put the knowing subject as conscious subject of ideology – taken as a heritage of seeing and acting in concrete social relations.

**Keywords:** Culture. Ideology. Classical Social Theory.

### REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Anomia, um conceito, uma história, um destino. In: NASSELA, A. B.; FILHO, F. P.; AUGUSTO, M. H. O.; WEISS, R. *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 10., 1986, Campos do Jordão. *Anais...* Campos de Jordão, SP: ANPOCS, 1986. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_04/rbcs04\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm)>. Acesso em: 3 abr. 2013.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado: notas para uma investigação. In: SLAVOJ, Zizek. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Trad. Guilherme João de Freitas. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BORON, Atílio. Aula inaugural: pelo necessário (e demorado) retorno ao marxismo. In: BORON, A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Org.). *A teoria Marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2006. (Campus Virtual: Expressão Popular).
- CÂMARA. Antônio da S. Marx e Hegel: a contribuição da dialética para estudo da arte. In: NÓVOA, Jorge (Org.). *O incontornável Marx*. Salvador: Edufba; São Paulo: Editora UNESP, 2007.

- CÂMARA, Antônio da S. *O pós-modernismo e o liberalismo tardio: novo projeto de uma velha ideologia*. Salvador: APUB, 1996.
- CARLI, Raniere. *Gyrgy Lukács e as raízes históricas da sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- CEVASCO, Maria Elisa. E agora? O que ainda pode fazer a crítica cultural empenhada? *Crítica Marxista*, p. 129-140, 2005. Disponível em: <[http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo132129\\_merged.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo132129_merged.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da Sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FERNANDES, Florestan. A herança intelectual da Sociologia. In: MARTINS, J. de S.; FORACCHI, Marialice. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1992.
- GERTZ, René E. *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Trad. Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HEGEL, George Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Tradução de Paulo Menezes; com a colaboração de Karl-Heing Effen, e José Nogueira Machado, 7. ed. rev. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: UFS, 2002.
- HORTON, J. Anomia e Alienação: um problema na ideologia da sociologia, In: MARTINS, J. de S.; FORACCHI, Marialice. *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LTC, 1992.
- MARX, Karl. *O capital, livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.
- MARX, Karl. O manifesto comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- MARX, Karl. *Prefácio à contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Editora WMF: Martins Fontes, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- RANIERE, Jesus. Prefácio. In: MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. trad. Apresentação e notas: Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2010.

SADER, Emir. Apresentação. In: MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. *A ideologia alemã*. Supervisão Editorial, Leandro Konder; tradução Rubens Enderle, Nélcio Schineider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. rev. tec. Gabriel Cohn, 3 Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. v. 1

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. rev. tec. Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. v. 2.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZIZEK, Slavoj. *Primeiro como tragédia depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZIZEK, Slavoj. *Revolution at the Gates*. Londres: Verso, 2002.

---

## A PIXAÇÃO DOS JOVENS NO CONJUNTO TAQUARIL

### RESUMO

Este artigo propõe investigar o fenômeno da pixação e sua relação com a juventude que reside no Conjunto Taquaril, localizado na periferia da cidade de Belo Horizonte. Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar e perceber as relações estabelecidas entre os jovens, a constituição de identidades, a demarcação territorial e, por último, a transgressão da lei através de relatos da juventude local e de moradores da comunidade. De acordo com as entrevistas realizadas, a implantação de programas sociais pode minimizar os efeitos dessa prática na juventude. Foram investigadas duas áreas da comunidade denominadas Taquaril A e B: a quantidade de pixações, o estilo da letra utilizada nas mesmas e a apropriação do espaço público entre os jovens, objetivando a obtenção de fama e reconhecimento social.

**Palavras chave:** Pixação. Identidade. Território e transgressão da lei.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a relação entre as características socioeconômicas da população que vive no denominado Conjunto Taquaril<sup>2</sup> e a prática de pixação<sup>3</sup> realizada por jovens residentes nesse conjunto. Este aglomerado está localizado na região leste de Belo Horizonte, em uma área que pertencia à Companhia de Desenvolvimento Urbano de Minas Gerais (CODEURB) – que passou a ser ocupada em 1981. Após seis anos, a prefeitura de Belo Horizonte procedeu a regularização dos terrenos e iniciou a implantação de serviços públicos básicos, tais como: redes de água, saneamento, escolas públicas e postos de saúde. Contudo, com o decorrer dos anos, a região sofreu uma expansão desordenada, principalmente nas áreas não edificadas, como margens de córregos, áreas verdes e locais considerados de risco geológico eminente. De acordo com os dados

---

1 Especialista em Gestão Social pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: flaviasoares@waymail.com.br

2 Bairro situado no extremo leste de Belo Horizonte/MG e área limítrofe com o município de Sabará.

3 Segundo Pereira (2005, p. 9), “[...] a pixação com x, expressaria o modo com que se apropriam da cidade, que não teria relação com os significados apontados pelo dicionário *Aurélio* para o verbo pichar [...]”.

do censo demográfico de 2000, a área possui em torno de 12.306 habitantes e apresenta o pior índice de qualidade de vida dentre os principais aglomerados de Belo Horizonte, conforme observado na tabela 1. (ANDRADE; PEIXOTO; AZEVEDO, 2007)

Tabela 1: Condições socioeconômicas dos principais aglomerados de Belo Horizonte

Variáveis	BH sem favelas	Morro das Pedras	Cabana de Pai Tomás	Pedreira Prado Lopes	Alto Vera Cruz	Taquaril	Conjunto Felicidade	Ribeiro de Abreu
P. casa	0.668	0.931	0.947	0.916	0.941	0.948	0.926	0.899
P. apartamento.	0.319	0.053	0.014	0.037	0.004	0.042	0.023	0.078
P. comodo	0.013	0.016	0.039	0.047	0.055	0.010	0.052	0.023
P. abast. água	0.992	0.989	0.995	0.993	0.992	0.982	0.994	0.990
P. esgoto	0.932	0.920	0.969	0.976	0.880	0.567	0.870	0.825
P. banheiros	0.985	0.938	0.954	0.949	0.947	0.909	0.971	0.971
P. coleta lixo	0.987	0.943	1.000	0.997	0.991	0.834	0.994	0.931
P. 1 residente	0.116	0.092	0.098	0.113	0.100	0.081	0.046	0.073
P. 2 residentes	0.193	0.148	0.156	0.147	0.153	0.130	0.117	0.140
P. 3 residentes	0.223	0.191	0.220	0.181	0.201	0.191	0.190	0.218
P.4 residentes	0.232	0.224	0.216	0.203	0.217	0.214	0.234	0.231
P.5 residentes	0.137	0.145	0.139	0.151	0.151	0.174	0.185	0.171
P.mais de 6 residentes.	0.098	0.200	0.171	0.205	0.178	0.210	0.228	0.167
P.alfabetizados	0.943	0.846	0.848	0.865	0.854	0.834	0.882	0.882
P.alfab. de 15 a 29 anos	0.988	0.966	0.975	0.970	0.975	0.958	0.978	0.979
P. de homem	0.467	0.480	0.484	0.471	0.480	0.489	0.489	0.488
P. até 9 anos	0.142	0.213	0.206	0.197	0.210	0.239	0.194	0.202
P. de 10 a 14anos	0.079	0.105	0.097	0.104	0.100	0.129	0.113	0.104
P. de 15 a 19anos	0.095	0.114	0.107	0.109	0.108	0.120	0.140	0.116
P. de 20 a 24 anos	0.101	0.116	0.112	0.108	0.104	0.102	0.117	0.111
P. de 25 a 29anos	0.088	0.082	0.089	0.088	0.092	0.072	0.082	0.084
P. de 30 anos ou mais	0.494	0.370	0.388	0.395	0.387	0.337	0.353	0.382
P. sem renda	0.061	0.117	0.123	0.113	0.132	0.179	0.098	0.110
P. renda até 1 salário	0.094	0.247	0.248	0.305	0.243	0.233	0.211	0.181
P.renda – 1 a 3 salários	0.242	0.441	0.453	0.408	0.413	0.466	0.482	0.419
P.renda – 3 a 5 salários	0.152	0.100	0.116	0.106	0.120	0.087	0.140	0.165
P.renda– 5 a 10 salários	0.207	0.046	0.053	0.056	0.075	0.030	0.060	0.104
P.renda–mais de 10 sal.	0.244	0.049	0.008	0.012	0.017	0.005	0.009	0.022

Fonte: Andrade, Peixoto e Azevedo (2008).

\*P. significa *proporção*. O primeiro conjunto de variáveis se refere à proporção de domicílios, o segundo conjunto, à proporção de residentes e o terceiro conjunto, à proporção de responsáveis pelo domicílio. (ANDRADE; PEIXOTO; AZEVEDO, 2008; IBGE, 2001)

Também é possível constatar, nessa mesma tabela, que o percentual de jovens, no Conjunto Taquaril, com idade de 10 a 19 anos, representa uma das maiores populações, se comparadas aos demais aglomerados de Belo Horizonte. Os dados coligidos demonstram que o maior percentual de pessoas sem renda financeira também é predominante nessa área. (ANDRADE, PEIXOTO; AZEVEDO, 2008) Os outros índices de renda continuam baixos e não influenciam positivamente para uma melhoria significativa na qualidade de vida da região.

Tomando como perspectiva que os grupos de jovens pixadores – em potencial – se formam nas periferias das cidades, com a finalidade de tecer redes de sociabilidade (PEREIRA, 2005), é de fundamental importância investigar o discurso dos jovens em tal prática, além de mapear os aspectos sociais e econômicos relacionados ao indivíduo e ao espaço em que habita, para então se entender o processo de constituição de identidades.

O interesse em abordar o fenômeno da pixação foi suscitado pelo curso de gestores realizado pelo CRISP – Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública – no Núcleo de Prevenção à Criminalidade do Conjunto Taquaril<sup>4</sup>, em 2009. O curso era dividido em dez encontros sendo que, nos dois últimos, as lideranças comunitárias e os jovens formulavam o plano local de prevenção à criminalidade. Dentro desse plano, uma das ações propostas foi a intervenção nos grupos de pixadores, uma vez que a pixação estava provocando conflitos entre os jovens de regiões distintas da comunidade. Foi constatado entre os grupos de pixadores, ocorrência de tentativas de homicídios decorrentes de uma “rasura”<sup>5</sup>, realizada por um grupo rival. O CRISP então optou por intervir no Conjunto Taquaril por se tratar de área com alto índice de criminalidade violenta em Belo Horizonte. (BEATO, 2012) O Fica Vivo! – Programa de Controle de Homicídios – implantou oficinas de comunicação, grafite, axé e mobilização sociocultural, visando atender os jovens pixadores e, posteriormente, estabelecer uma aproximação com eles.

Dessa forma, o grupo de gestores desenvolveu o projeto Praça Viva, Cidadania Ativa com a finalidade de revitalizar a Praça Che Guevara. Com a aproximação dos jovens na oficina, foi possível contar com a presença dos pixadores no dia do evento. Os jovens elaboraram um material de intervenção na saúde, educação e instituições locais com o intuito de conscientizar a comunidade acerca da preservação dos espaços comunitários. Os participantes da oficina de grafite construíram moldes de desenhos que seriam estampados na praça. A oficina de comunicação editou um documentário que registrou o movimen-

4 O Núcleo de Prevenção à Criminalidade é composto pelos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos.

5 “Rasura” significa um nome pixado em cima de outro já pixado.

to das instituições, dos jovens e dos representantes da comunidade para alcançar com êxito o objetivo do projeto. A oficina de axé consolidou uma coreografia para que os jovens pudessem apresentar no dia da revitalização da praça. O registro dessas ações e a participação dos jovens nas oficinas promoveu o reconhecimento dos pixadores em outras práticas para além da pixação. O grupo de gestores ressaltava a importância de envolver os pixadores na revitalização deste espaço, pois os pixos representavam um aspecto de “sujeira na comunidade” e “provocava conflitos entre os jovens”. (SOARES, 2010)

No dia destinado à revitalização foi possível perceber a presença de grupos de territórios diferentes, que se encontraram para reconstruir a praça. A circulação de jovens vindos de regiões distintas da comunidade foi essencial para intervir nos conflitos entre os grupos, uma vez que o principal objetivo era a construção de um espaço a ser utilizado por toda a comunidade. Este momento marcou o cotidiano dos grupos de pixadores, observando entre eles o abandono das práticas violentas e dos conflitos para a participação nas atividades.

Para avaliar a intervenção, foi realizado um encontro com os participantes das oficinas, no qual um dos jovens relatou a dificuldade em “segurar os dedos” para não pixar a praça revitalizada. A partir desta intervenção proposta pelo grupo de gestores, pôde-se verificar que os jovens participantes das oficinas e do projeto não pixaram a praça revitalizada.

Sendo assim, quais seriam as intervenções possíveis na prática de pixação? Existiria uma relação estabelecida entre os grupos de pixadores e a constituição de identidades? Como se dá a demarcação territorial? Qual a relação entre estes jovens e a transgressão? O conhecimento acerca do fenômeno da pixação na comunidade investigada favorece a compreensão da dinâmica social do local, possibilitando a implantação de programas e projetos sociais que melhorem a qualidade de vida dos habitantes e, conseqüentemente, permite intervir nas causas deste fenômeno no Conjunto Taquaril.

A metodologia adotada para esta investigação partiu de uma revisão bibliográfica que contemplou os temas relacionados à pixação, identidade, território e transgressão. Para obter maiores informações, a pesquisa documental nas instituições localizadas na região foi fundamental para conhecer a história do bairro e o movimento da juventude, no que diz respeito às formações de grupos. As entrevistas semiestruturadas, realizadas entre o período de julho a outubro de 2009, contemplou seis jovens pertencentes ao grupo Possuídos pela Arte Maligna (PAM) localizado no Taquaril A e seis jovens pertencentes ao grupo Bonde dos Jacarés (BDJ) localizado no Taquaril B, abordando características da pixação e da juventude, além da relação dessa última com a comunidade, o que possibilitou colher dados relacionados aos grupos investigados. A escolha dos entrevistados

foi feita a partir dos jovens que participavam das oficinas oferecidas pelo Programa Fica Vivo!, no Taquaril A e B e que possuíam como principal característica a prática de pixação. Além dos jovens entrevistados, realizou-se um levantamento de líderes comunitários que conheciam os pixadores e possuíam um vínculo estabelecido com eles, expressando a relação da juventude com a pixação. Realizaram-se seis entrevistas semiestruturadas com moradores do Conjunto Taquaril A e mais seis entrevistas semiestruturadas com os moradores do Taquaril B.

## 2 IDENTIDADES

O fato de se estudar a prática da pixação no Conjunto Taquaril ajuda no entendimento da formação das identidades dos jovens, a partir da “leitura” e do “olhar interpretativo” dos pixos. Estabelecer uma conexão entre as características sociais e econômicas do local de moradia dos jovens e a pixação é importante para se compreender esta prática realizada pelos moradores do aglomerado e pela juventude localizada nas periferias das grandes cidades. Durante a pesquisa, foi possível verificar que, devido ao processo de ocupação, os jovens se agrupam de acordo com a separação territorial. A BHTrans<sup>6</sup> dividiu as linhas de ônibus, concomitantemente ao processo de ocupação, para atender ao Taquaril A, B e R, sendo esta última uma denominação incorporada pela própria comunidade. Na pesquisa, foi possível observar uma variedade de grupos envolvidos com a criminalidade local, porém, uma vez que o escopo do trabalho era investigar apenas aqueles ligados à pixação, optou-se por entrevistar jovens dos grupos chamados BDJ (Bonde dos Jacarés) e PAM (Possuídos pela Arte Maligna), pois seu objetivo definido era o ato de pixar.

A baixa renda e a segregação espacial observados no Conjunto Taquaril, aliados à sociedade de consumo – evidenciada principalmente nos grandes centros urbanos – propiciam o desenvolvimento do estigma e do preconceito imposto àquela região. Para Goffman (1975), os indivíduos se identificam pela formação de grupos, encontrando nesta categoria uma forma para se expressarem e reconhecerem enquanto pertencentes a uma determinada sociedade. Através do estigma, o indivíduo vivencia o próprio esmagamento pela sociedade sem ter consciência da sua condição de sujeito. Segundo o relato de um morador do Conjunto Taquaril:

*[...] se a gente for parar pra analisar a fundo, o que motiva um jovem a se tornar pixador – eu bato muito na tecla de que o que favorece a intenção do jovem em*

6 Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte/MG.

*grupo de pixação, até mesmo a desenvolver essa prática – é questão de afirmação. De uma forma ou de outra eu preciso mostrar que eu existo, né? Igual, eu consegui afirmar o meu potencial no meio social, né? Todo mundo, todo mundo, procura o seu lugar ao sol.*

Hall (2006) ressalta que o sujeito sociológico demonstra uma necessidade de interação entre o indivíduo e a sociedade, na qual a essência interior do sujeito se forma a partir das relações estabelecidas com o mundo exterior e as identidades que este mundo lhe oferece. Essa identidade preenche uma lacuna entre o mundo pessoal e o mundo público, suturando o sujeito à estrutura, tornando ambos unificados. O processo de constituição de identidades fortalece as identidades locais e a produção de novas identidades. Na pesquisa realizada com os jovens e os moradores do Conjunto Taquaril, eles descrevem o espaço de moradia como uma favela. Gomes (2003) destaca que a favela possui características marcantes, como a pobreza e a desorganização social. Estas características são fundamentais para se indagar o espaço do aglomerado na cidade e também considerar as formas de controle e coerção social como precárias e ineficientes. Para o autor, a favela e a cidade são dotadas de uma ruptura total que se divide entre a cidade formal e informal, “cada qual com sua moral, seus costumes e seus valores”. (GOMES, 2003, p.173) A falta de políticas públicas, de programas ou projetos sociais para oferecer aos jovens outras formas de constituição de identidades, fomenta a inserção deles na prática de pixação, na medida em que o fácil acesso à ilegalidade é uma característica fundamental dos espaços onde vivem. (BEATO, 2012) Coura (2009) destaca que os jovens dos aglomerados carregam em si mesmos a periferia nos espaços em que circulam, vivenciando os imperativos simbólicos da segregação urbana através da introjeção do estigma. Segundo o relato de um morador do bairro:

*[...] pelo contexto social do Taquaril A, os meninos da PAM... até meio irônico o que eu vou falar, mas foi uma ação assim... Eu vou ter um olhar mais cuidadoso, foi uma ação política que eu acredito que eles tiveram aqui no Taquaril. O que eu estou definindo como uma ação política? [É] aquela ação de falar assim: pô, o Taquaril A existe, ou seja, se não for possível da gente ter esse reconhecimento de forma passiva, de forma tranquila, [se] as pessoas [não] conseguirem nos enxergar como moradores, como pessoas que participam ativamente da vida da comunidade, a gente vai tentar fazer esse caminho de forma controversa do que a sociedade espera. Então, assim [é o modo] que eu compreendo. A PAM surgiu mais para dar um sinal de fogo, sinal de fumaça. Estamos aqui, existimos. E hoje a PAM é o grupo mais... com mais membros dentro da comunidade.*

A relação existente entre a formação de grupos de jovens para a prática da pixação e o processo de constituição de identidades se caracteriza pelo estilo de vida destes jovens com assinaturas elaboradas e uma preocupação estética com o seu próprio *tag*<sup>7</sup> e do grupo do qual será pixado nos muros da cidade. Pennachin (2003) estabelece uma conexão entre os grafismos urbanos e a produção da identidade, afirmando que o pixo é uma das maneiras pelos quais os jovens se tornam visíveis socialmente, superando a sensação de despertencimento ao meio em que vivem. Ela observa que os pixadores se expressam através dos rabiscos dos muros como forma de transformar as ruas em uma extensão da sua individualidade, criando identidades e participando da vida na cidade. Cada pixador cria um *nick* ou *signature*, ou seja, um código para reforçar sua singularidade e estabelecer uma marca que o diferencia e, ao mesmo tempo, o identifica perante a sociedade.

As investigações de Souza (2007) acerca dos traços característicos de jovens pixadores na cidade do Rio de Janeiro revelou que os pixos devem ser pequenos (de três a quatro letras) em função da rapidez exigida pela prática. A escolha do rabisco se deve à facilidade que os jovens possuem para estilizá-las, adotando uma estética da pixação. Estes estudos demonstraram que a palavra escolhida pelo pixador é a identidade que será reconhecida por outros grupos. Através da pesquisa de campo realizada por Souza (2007), ele destaca outra característica marcante dessa prática: reuniões feitas pelos pixadores – consideradas espaços de prestígio e de interação social – o que provoca o fortalecimento de laços sociais entre os jovens e fomenta o desenvolvimento da prática de pixação nas grandes cidades. Pode-se afirmar que a finalidade da pixação é a obtenção de fama e reconhecimento.

### 3 TERRITÓRIOS

Dentro do Conjunto Taquaril é possível perceber a demarcação territorial imposta pela juventude do local, ou seja, os membros dos grupos de regiões distintas da comunidade não pixam o local de moradia de outros grupos da mesma comunidade, uma vez que eles relatam o respeito e a demarcação de cada grupo. No contexto da cidade, os jovens ressaltam que possuem liberdade para pixar qualquer região. De acordo com *As marcas da cidade: a dinâmica da pixação<sup>8</sup> em São Paulo*, “as alianças com outros grupos de pixadores para se fazer um rolê em outras *quebradas* não impede, entretanto, que muitos deles dirijam-se

7 *Tag*, em inglês, significa rótulo.

8 O autor utiliza a expressão pixador com “x” fazendo referência à cultura de rua.

sozinhos a outras regiões da cidade, pois não há uma demarcação de territórios onde um grupo ou outro não possa pixar”. (PEREIRA, 2005, p. 151) Esse autor aponta que não se pode considerar que os pixadores sejam desterritorializados. A partir desse argumento, ele diz que a pixação está relacionada a uma cultura de valorização da periferia, no que tange ao pertencimento e ao reconhecimento destes jovens com o local de moradia. Então, pode-se considerar que a pixação realizada pelos jovens é hiperterritorializada, pois são as relações da periferia que estão sendo postas em prática. Em todo momento, os jovens estão reterritorializando a cidade através das pixações impressas nos muros. Segundo o relato de um pixador do Conjunto Taquaril:

*[...] você faz as pessoas verem, chegam e comentam... tem muito respeito, [se] você tem muita pixação, tem respeito. Em festa o camarada chega e fala ‘eu pixo e eu já vi preza sua’. [Eles ficam te] chamando para dar role aqui bairro [e se] você quer ficar conhecido por aqui. Lá onde você presta serviço comunitário tem uns menorzinho que ficam assim ‘Colé, Slim’. Eles ficam tipo seu fãzinho, tipo como se você fosse aqueles ator de novela [...] adrenalina, ibope... Dá uma sensação tão doida... Já fiz uma [pixação] na avenida Amazonas, uma grandona, que no outro dia eu passei lá e tinha um tanto de senhor mais velho olhando impressionado, o tamanho, fico doido. [Eles ficam só] olhando, não fala nada, passa direto, mas você fez alguma coisa que as pessoas prestaram atenção. Você acha que se tivesse só um desenho no vão lá eles iam ficar olhando pro teto? [Mas] quem entende de pixação vê lá no alto [e] pergunta como que o cara subiu? Aí viaja no cara, né? Mas já tem pessoa que não gosta. Tem gente que é doido pra pegar pixador.*

Ao estudar etnografia urbana, Magnani (1992) destaca os “pedaços”, as “manchas” e os “trajetos” realizados por membros de grupos que circulam pela cidade. O autor ressalta que “pedaço” é algo formado pelo elemento espacial caracterizado pela rede de relações, tendo o efeito de uma marcação territorial como, por exemplo, um bar, um terreiro, etc. Para ele, “ser do pedaço” implica situar-se em uma rede de relações similar à dos laços familiares, dos vínculos afetivos, da proximidade da moradia, ou da presença nos mesmos espaços, querendo, com isso, dizer que a rede de relações determina a classificação dos indivíduos. Esta noção designa o intermédio entre o espaço público e o privado.<sup>9</sup> O “pedaço” determina uma rede ampla em que os vínculos familiares são significativos em decorrência das relações formais impostas pela sociedade. Dessa forma, “pertencer ao *pedaço* significa também poder ser reconhecido em qualquer

9 Para Bignoto (2002), o espaço público é considerado como uma possibilidade de construir um objetivo comum para a sociedade. Já o espaço privado se refere a uma definição de privação em que o indivíduo é destituído das características essenciais da vida humana. (BIGNOTO, 2002, p. 286)

circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os ‘bandidos’ da vila, de alguma forma, acatam”. (MAGNANI, 1992, p.192) Este contexto possibilita verificar que a circulação de jovens nas regiões a que não “pertencem” provoca um sentimento de hostilidade por parte de outros grupos, podendo, inclusive, significar que o desconhecido naquele local pode se colocar em perigo.

A exposição desse autor contempla que os “pedaços” são disseminados pela cidade e possibilitam a formação de “manchas” pelos jovens. A circulação de jovens nos espaços através dos “trajetos” caracteriza uma aglutinação em torno dos estabelecimentos com uma implantação estável na paisagem e no imaginário. Essas aglutinações são denominadas “manchas”. Este termo remete à identificação dos indivíduos pelas áreas, ou seja, “uma *mancha* é recortada por *trajetos* e pode abrigar vários *pedaços*”. (MAGNANI, 1992, p. 195) Estas “manchas” são equipamentos que propiciam pontos de referência entre os jovens, resultando no estabelecimento de relações e transformando o lugar em um encontro entre os usuários.

Segundo o autor, o “trajeto” representa um sistema de compatibilidade. Este conceito fornece aos jovens a possibilidade de escolhas com a finalidade de se identificarem com as “manchas” e pertencerem a “pedaços”, provocando a circulação de pessoas no espaço urbano. (MAGNANI, 1992, p.196) É importante destacar que o autor considera a “mancha” enquanto uma delimitação de “trajetos”, observando a presença de “pedaços”. O relato de um jovem demonstra as marcas da pixação na cidade: “*não é só no Taquaril, tem muita pixação minha por aí. Muita pixação no Centro, no Oiapoque*”.

Durante a pesquisa de campo, foi possível compreender como os “pedaços”, as “manchas” e os “trajetos” possuem relação direta com os pixos. Os jovens dos grupos PAM e BDJ mostraram as pixações que estavam localizadas pela cidade. É importante destacar que os jovens pixam aqueles locais em que a comunidade possa reconhecê-los. Ou seja, os jovens deixam suas marcas nos trajetos feitos pelas linhas de ônibus até o centro da cidade, caminho realizado pelos moradores do bairro. Um morador comenta:

*Eu percebo fora do bairro, não é só no bairro, no centro da cidade, a gente consegue perceber, mas sempre em locais estratégicos no sentido de que alguém do bairro vai passar por esse local e vai ver, ou que seja o caminho do ônibus, ou que seja um ponto de ônibus, essas plaquinhas. [Se] estou sentado no Parque Municipal lá tem um PAM pequenininho escrito, rabiscado ou com corretivo, e eles vão para fora sim.*

#### 4 TRANSGRESSÃO

Os moradores do Conjunto Taquaril intitulam os pixadores como vândalos e relatam que eles possuem uma tendência para se inserirem no “mundo do crime”, como o tráfico de drogas. Neste artigo, considera-se importante utilizar o conceito de transgressão. Ao invés da noção de vandalismo e crime, a transgressão possui um caráter de “valorização desta ideia e de certa postura marginal, que está presente em diversos momentos de seu cotidiano e não apenas no ato de pixação”. (PEREIRA, 2005, p. 152) Segundo o relato de um morador do Conjunto Taquaril:

*[os jovens do PAM] não são temidos por ações de amedrontar a comunidade: eles são odiados! Talvez use essa palavra pela ação deles. Quando as pessoas moram na comunidade (e moram há mais tempo) existe um vínculo criado com essa comunidade. Tenho comigo uma revolta em relação a isso, até mesmo porque a minha casa é pixada. A relação que eu tenho é de incômodo, porque o problema maior não é a minha casa. [A pixação] não está ligada à minha casa, ela está ligada a um contexto maior. Então, o meu incômodo com relação a eles é esta ação num contexto geral. Eu me preocupo com o Taquaril, porque é o local que eu moro desde quando eu tinha 7 anos de idade, e eu vim criando vínculos com o bairro.*

Becker (1928) utilizou o termo *outsiders* para descrever aqueles que estão envolvidos em ações coletivas consideradas como erradas. Os grupos sociais tecem as regras de como os indivíduos devem constituir suas vidas e determinam o modo de imposição entre as ações certas e erradas. Assim, “quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como *outsider*”. (BECKER, 1928, p. 15) Para o autor, os *outsiders* podem ser considerados como desviantes, principalmente, das regras sociais impostas.

O desvio possui várias concepções. Em primeiro lugar, um comportamento só pode ser considerado como desviante através da estatística, ou seja, aquilo que varia em relação à média. Outra concepção é aquela em que o desvio é considerado como patológico, uma doença. Os sociólogos rotulam os desviantes como “sintomas de desorganização social” (BECKER, 1928, p. 20), ou como falhas em obedecer às regras do grupo dominante. Becker considera que o desvio é criado pela sociedade. Sendo assim, neste caso, o desvio não é uma qualidade do comportamento, mas uma interação entre o pixador, por exemplo, e aqueles que reagem contra ele. Deste modo, os indivíduos constituem identidades através do desvio como uma maneira de viver. O autor expressa que “o indivíduo

aprende, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular”. (BECKER, 1928, p. 41)

Em um contexto social, os pixadores são rotulados pela sociedade provocando uma identificação com o ato e com a postura de desviante, ou indesejável, para conviver entre os “normais”. Assim, Becker expõe que o jovem “é identificado como desviante, antes que outras identificações sejam feitas”. (BECKER, 1928, p. 44) O desvio para estes grupos de pixadores se transformam em algo dominante para reger a vida de cada um dos participantes. Após a pesquisa realizada com os grupos de jovens do Conjunto Taquaril, verificou-se que eles se identificam como pixadores que fazem parte de um grupo desviante organizado, o que provoca um impacto sobre a sua própria concepção de indivíduo, já que eles se misturam com a identidade do grupo. É nesse sentido que Becker (1928) ressalta a formalização de uma cultura desviante, conjunto de atividades rotineiras com um mesmo propósito. Assim, “o pertencimento a um grupo desse tipo solidifica a identidade desviante” (BECKER, 1928, p. 48), contendo um repúdio às regras morais do mundo convencional. Um morador do Conjunto Taquaril demonstra de maneira clara como os pixadores se organizam em torno da transgressão:

*Já teve caso de guerra por causa da pixação, mas não chegou a levar à morte. Mas troca de tiro, menino tomar surra, [isso] já. E ameaça. Recentemente, com esse movimento da praça, alguns traficantes chegaram a anunciar que ia pixar essa parte e que ia tomar. Foram ameaças indiretas, mas meio que não inibiu, não.*

Outro estudo interessante concretizado por Elias e Scotson (2000) foi demonstrado em seu livro *Os estabelecidos e os Outsiders*. A pesquisa de campo realizada pelo autor em uma cidade denominada Winston Parva no final dos anos 1950, ressalta aspectos como violência, discriminação e exclusão social, termos concebidos, também, para os pixadores. Nesta cidade, havia o grupo estabelecido e o grupo *outsider* – que ocupou a cidade num período posterior. O grupo estabelecido era dotado por uma posição de virtude humana superior que eles mesmos se atribuíam. Conforme exposto:

[...] um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro e essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder; sua maior coesão permite que esse grupo reserve para seus membros as posições sociais com potencial de poder mais elevado e de outro tipo, o que vem reforçar sua coesão, e excluir dessas posições os membros dos outros grupos – o que constitui, essencialmente, o que se pretende dizer ao falar de uma figuração estabelecidos-outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 22)

A conexão entre os estabelecidos (sociedade e suas regras de uma forma geral) e os *outsiders* provoca uma concepção de que o próprio grupo dominante concebe os *outsiders* em uma posição de inferioridade e desonra. Estes conceitos provocam aos estigmatizados um efeito paralisante. Elias e Scotson (2000) ressaltam que o rebaixamento de grupos na ordem hierárquica reduz a capacidade de competição pelo poder e *status*, colocando-os em uma posição de estigmatizados. As análises dos grupos estabelecidos e *outsiders* em Winston Parva demonstram, claramente, de que maneira os indivíduos devem seguir uma obediência grupal. Segundo o autor, “a punição pelo desvio do grupo ou, às vezes, até pela suspeita de desvio, é perda de poder, acompanhada de rebaixamento de status”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 40) Na pesquisa de campo realizada no Conjunto Taquaril, por ser aquele o espaço de moradia dos jovens, fica claro como os indivíduos moradores da periferia de uma grande metrópole procuram um *status* à sua maneira, neste caso, através das assinaturas estampadas nos muros das cidades, podendo ser considerado como um contra-ataque daqueles dominados pelas regras sociais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações realizadas neste artigo é possível perceber que a maior predominância de pixos na comunidade advém do grupo PAM – Possuídos pela Arte Maligna. Conforme exposto, este grupo está situado no Taquaril A, que até o ano de 2009 não possuía programas e projetos sociais para atender a comunidade, principalmente a juventude. O grupo BDJ – Bonde dos Jacarés – está localizado no Taquaril B, local onde se concentrava uma série de intervenções, como o Programa Mediações de Conflitos, Programa Fica Vivo!, Instituto Planetários, Projeto Providência, Associação Shekinah, igrejas, escolas e postos de saúde. Como as políticas sociais são implantadas, em sua maioria, no Taquaril B – por constituir uma infraestrutura adequada para a implantação das instituições – os moradores do Taquaril A não possuem acesso aos dispositivos públicos, influenciando na maneira como é constituída a juventude naquele local. De acordo com as observações realizadas na pesquisa de campo, os jovens entrevistados e os moradores do Taquaril A não concluíram o ensino médio e possuíam dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho em detrimento da falta de oportunidades ocasionadas pela região. Os jovens entrevistados do Taquaril B estavam estudando, alguns haviam concluído o ensino médio em função da proximidade com a escola e já estavam trabalhando ou possuíam ex-

periência profissional. No entanto, cabe ressaltar que os jovens do Taquaril B possuíam outras atividades diferentes da pixação, o que minimizava esta prática na comunidade e na cidade. Um jovem do grupo BDJ relata:

*[...] eu acho, tipo assim, que a gente ficou tipo famoso assim porque nós tinha nosso grupo e todo mundo trabalhava, aí nós num parava no Taquaril, nosso negócio era só sair pra fora, ou então de vez em quando fazia uma festinha, mas, tipo assim, só nós e num chamava ninguém. Por exemplo, tinha uns colega, mas envolvia só a gente mesmo.*

O contexto citado provoca um sentimento de impotência por parte dos moradores do Taquaril A, dificultando a relação com a juventude local. As percepções durante a pesquisa de campo demonstram que a pixação é uma forma de manifestação social, verificada a partir da atuação dos jovens em busca pelo direito ao espaço. Como o Conjunto Taquaril está situado em uma área limítrofe com o município de Sabará, esta situação impossibilita o acesso de muitos jovens às ofertas da cidade. Eles buscam o reconhecimento social e a visibilidade, ressignificando a metrópole pela cultura popular. O muro seria o único espaço que não exclui ideias e nomes. A pixação, como uma manifestação marginalizada, é absorvida pela própria sociedade que a exclui. Os jovens provocam a sociedade pixando os muros de suas residências, patrimônios públicos, comércio entre outros e, dessa forma, são reconhecidos (mesmo como vândalos), tornando-se foco da percepção.

#### **TYPICAL GRAFFITI YOUTH IN CONJUNTO TAQUARIL**

##### **Abstract**

This paper seeks to investigate the phenomenon of wall spraying and how it is related to the young people who dwell in Conjunto Taquaril, a neighborhood located on the east side of Belo Horizonte. During the fieldwork, it was possible to see the linkages between young people and their constitution of identities, as well as territorial demarcation and lawlessness. The results of the interviews show that the social programs which have been implemented can minimize the effects of youth wall spraying, since the offer of opportunities highlights that young people have improved their social and economic conditions. Two areas of the community were investigated, being these areas called Taquaril A and B. The following aspects were analyzed: tags, the style of the letter and the appropriation of public space among young people who aim to achieve fame and social recognition.

**Keywords:** Tag. Identity. Territory. Lawlessness and social program.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mônica Viegas; PEIXOTO, Betânia Totino; AZEVEDO, João Pedro. *Prevenção e controle de homicídios: uma avaliação de impacto no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008.
- BEATO, C. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 291p.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1928.
- BIGNOTTO, N. Entre o público e o privado: aspectos do debate ético contemporâneo. In: DOMINGUES, I. et al. *Ética, política e cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- COURA, C. A. P. *Juventude e segregação urbana em Belo Horizonte: um estudo de trajetórias e representações sociais no Conjunto Taquaril*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC-MINAS, Belo Horizonte, 2009.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224 p.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GOMES, P. C. Estranhos vizinhos: o lugar da favela nas cidades brasileiras. *Anuário Americanista Europeo*, v. 1, n. 1, p. 171-178, 2003.
- IBGE. *Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- MAGNANI, J. G. C. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 191-203, 1992.
- PEIXOTO, Mônica. et al. *Prevenção e controle de homicídios: uma avaliação de impacto no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008.
- PENNACHIN, D. L. Signos Subversivos: das significações de graffiti e pixação. Metrôpoles contemporâneas como miríades sígnicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: (UFMG) INTERCOM, 2003.
- PEREIRA, A. B. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 79, p. 143-162. 2005.
- SOARES, F. C. A. *Pixação dos jovens no Conjunto Taquaril*. 2010. 60 f. Monografia (Especialização em Administração Pública, Gestão Social) - Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2010.
- SOUZA, D. C. A. *Pixação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

---

## MULHERES POLICIAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL FEMININO

### RESUMO

Neste artigo, busca-se relacionar questões acerca do trabalho e sua relevância social, conceituação de gênero e o trabalho feminino, a partir de um olhar sobre as transformações do mundo do trabalho e na cultura organizacional no ambiente policial-militar. A partir de revisões bibliográficas foi possível considerar que ainda há desvantagem no ambiente organizacional, pela distinção de trabalho masculino e feminino.

**Palavras-chave:** Trabalho. Gênero. Cultura organizacional. Ambiente policial-militar.

### 1 INTRODUÇÃO

A inserção e atuação da mulher no mercado de trabalho ainda são temas bastante controversos para muitos teóricos, principalmente porque envolvem inúmeras variáveis: relações de poder e dominação, sólidas concepções inerentes aos imperativos do imaginário coletivo, *status*, prestígio, hierarquia, dentre outras, sobretudo ao notar-se tal realidade através do viés da segregação sexual do trabalho.

Vários argumentos corroboram tal perspectiva. Os mais frequentes são os que advogam a causa de que as mulheres ocupam postos de trabalho inferiores aos dos homens, geralmente em função das clássicas representações sociais, aos conceitos que povoam o imaginário coletivo de uma sociedade que relaciona o feminino a um arcabouço simbólico e de imagens que sempre estão ligadas à essência da feminilidade. Apesar de o cenário atual mostrar-se mais favorável para a empregabilidade do segmento feminino, muitas questões ainda se fazem presentes.

---

1 Administrador de empresas e mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. franciscomalta@gmail.com

2 Doutora em Ciências Sociais pela UFMG e professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. mariadaluz@oi.com.br

A contextualização da dinâmica do trabalho como fator socializador, a variante feminina do trabalho, e, conseqüentemente, a análise do trabalho em detrimento do gênero, suas peculiaridades e as questões inerentes ao seu reconhecimento, sobretudo no que alude ao trabalho policial feminino (que se desenvolve em um ambiente histórica e numericamente masculino), requerem a necessidade de se abordar a questão da centralidade do trabalho e sua importância para a condição humana, já que a análise dos aspectos correspondentes ao emprego da força de trabalho, o advento mais perceptível da globalização e o destaque dado ao trabalho *versus* relações de gênero nas últimas décadas reforçam a necessidade do aprofundamento dessa discussão.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: uma breve abordagem acerca do trabalho e sua relevância social, conceituação de gênero e ocupação feminina, as transformações do mundo laboral, cultura organizacional no ambiente policial-militar e divisão sexual do trabalho, além das questões afetadas ao reconhecimento do trabalho feminino, e apresentação das considerações finais.

## **2 TRABALHO E SUA RELEVÂNCIA SOCIAL**

O espaço laboral situa-se como um lugar especificamente organizado para a execução das atividades de produção. Assim, a categoria de trabalho é construída por meio de diferentes tipos de ferramentas que buscam levar as pessoas a terem um modo necessário de sobrevivência. Logo, o trabalho reflete tanto a essência da vida humana como sua evolução.

Marx (1988), na obra *O capital*, conceitua o trabalho como um processo que se dá entre o homem e a natureza e é através desse trabalho que se controla, regula e realiza, por meio de suas ações, um intercâmbio de materiais com a natureza. Para Duarte (1993), é ele – o trabalho – que põe em movimento todas as forças humanas: cabeça e membros superiores e inferiores, para que possa apropriar-se dos recursos naturais na forma mais útil para sua própria vida; o que não significa afirmar, conforme expõe Marx (1993), que o trabalho é uma infinita fonte produtora de valores de uso que produz a riqueza material, mas pelo contrário, significa compreender que o trabalho é a fonte de relações sociais por excelência.

Ávila (2012) analisa a concepção marxista de trabalho através do prisma de que a reprodução é abordada somente através de um viés do processo produtivo, ao passo em que desconsidera o trabalho reprodutivo, cuja realização se dá no âmbito doméstico e elemento essencial para a reprodução social. Deste

modo, Hirata e Kergoat (1988) corroboram com a análise ao afirmarem que ainda que a “exploração seja um conceito-chave para o marxismo, base da relação antagônica entre as classes, o mesmo é insuficiente para mostrar a opressão sofrida pelas mulheres”.

O trabalho ganha ainda uma concepção humanizadora, socializadora e integradora, conforme Langer (2004), que afirma ser o trabalho o fator que permite a humanização do indivíduo e é através dele (o trabalho) que os indivíduos se reconhecem e constituem-se seres sociais, conscientes, criativos e reflexivos.

Nessa perspectiva, a categoria de trabalho é, sobretudo, toda atividade que permite ao homem exprimir o seu significado, pois demonstra ao mesmo tempo sua singularidade e participação no gênero humano, servindo de instrumento afirmador e reafirmador de seu pertencimento social, também chamado por Pateman (1983) de “participação”, que a autora caracteriza pelo fato de criar oportunidades para que as pessoas influenciem nas decisões que as afetarão. Influência essa, que pode variar muito ou pouco. A participação é assim, um caso especial de delegação, na qual um subordinado, no contexto das relações de trabalho, obtém maior controle, maior liberdade de escolha em relação às suas próprias responsabilidades.

A partir dessa abordagem, é possível considerar o conceito contemporâneo do trabalho em um cenário de permanentes transformações, sobretudo, nas relações laborais: o mundo globalizado é o produto resultante de um processo histórico-social de vastas proporções, responsável por transformar os quadros sociais e mentais orientadores tanto dos indivíduos como dos coletivos. Esse processo de formação, consolidação e globalização do capitalismo tem repercutido sobre a prática do trabalho, sobre os trabalhadores, sobre o papel e o significado que o trabalho adquire e representa na sociedade atual.

Deste modo, todas as abordagens citadas convergem sempre na mesma direção: a concepção, a execução, e as constantes transformações pelas quais perpassam a esfera do trabalho estão diretamente ligadas à relevância do papel que o indivíduo possui na sociedade, e daí decorrem, em maior ou menor intensidade, os reflexos dele (o trabalho) advindos.

### **3 GÊNERO E TRABALHO FEMININO**

Para a contextualização da variante feminina do fator trabalho, faz-se necessário abordar o conceito de gênero, que alude à referência social do sujeito masculino ou feminino. Desse modo, Scott (1990) estabelece sua discussão para o termo “gênero” sob diferentes pontos de vista relacionados às correntes

teóricas, além de ressaltar a sua relevância para produção de pesquisas históricas que associem a categoria “gênero” ao limbo valorativo das linhas teóricas de patriarcado, marxismo e psicanálise, através da explicação para a situação de subordinação da mulher e a dominação dos homens. Scott (1990, p. 5) analisa o gênero como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como a primeira forma de manifestar poder, “ao mesmo tempo [que o termo “gênero” representa] categorias vazias e transbordantes, pois que, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negadas ou reprimidas”.

Além disso, nota-se nas abordagens sobre questões de gênero, o papel indissociável do poder, já que é este que norteia, orienta e define as relações sociais. Desta forma, a centralidade do poder é expressa por Foucault (1981, p. 89) como:

[...] a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem as constituintes de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; [...] formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; [...] estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

Contudo, voltando à análise scottiana de gênero, Fischer e Marques (2001) destacam a fundamentação das abordagens de Joan Scott (1990) em seus aspectos mais relevantes e que contribuem para uma melhor compreensão de sua abordagem:

- a. As relações de gênero possuem uma dinâmica própria, mas também se articulam com outras formas de dominação e desigualdades sociais (raça, etnia, classe).
- b. A perspectiva de gênero permite entender as relações sociais entre homens e mulheres, o que pressupõe mudanças e permanências, desconstruções, reconstrução de elementos simbólicos, imagens, práticas, comportamentos, normas, valores e representações.
- c. A categoria gênero reforça o estudo da história social, ao mostrar que as relações afetivas, amorosas e sexuais não se constituem realidades naturais.
- d. A condição de gênero legitimada socialmente se constitui em construções, imagens, referências de que as pessoas dispõem, de maneira particular, em suas relações concretas com o mundo. Homens e mulheres ela-

boram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas.

e. As relações de gênero, como relações de poder, são marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres pela ampliação e busca do poder.

No bojo da condição emancipatória feminina, cujo trabalho seria seu maior sinônimo, outra análise se faz necessária. Se por um lado o trabalho é emancipador, por outro, possui significado completamente oposto. Beauvoir (1991) apresenta crescentemente uma clara e contraditória constatação: o duplo aprisionamento das mulheres. O aprisionamento oriundo do labor doméstico e o aprisionamento do labor oriundo das transformações proletárias capitalistas.

A autora destaca que:

[...] a mulher reconquista uma importância econômica que perdera desde as épocas pré-históricas, porque escapa do lar, e tem, com a fábrica, nova participação na produção. E a máquina que dá azo a essa modificação violenta, porque a diferença de força física entre trabalhadores masculinos e femininos se vê, em grande número de casos, anulada. Como o súbito desenvolvimento da indústria exige uma mão de obra mais considerável do que a fornecida pelos trabalhadores masculinos, a colaboração da mulher é necessária. Essa é a grande revolução que, no século XIX, transforma o destino da mulher e abre, para ela, uma nova era. (BEAUVOIR, 1991, p. 148)

A análise da questão de gênero defendida pelos autores pode ainda ser acrescida do propósito apresentado por Piscitelli (2002, p. 29) de

[...] eliminar qualquer naturalização na conceitualização da diferença sexual, pensando gênero de maneira 'não-identitária'. Isto é, rejeitando os pressupostos universalistas presentes na distinção sexo/gênero, convergem na tentativa de analisar criticamente os procedimentos através dos quais gênero é concebido como fixando identidades, e de formular conceitualizações que permitam descrever as múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos.

Ao ser amplamente difundido e socialmente aceito o trabalho aos coletivos femininos, uma série de questionamentos acerca das peculiaridades e dos cenários nos quais há a distinção entre os segmentos masculino e feminino vêm à tona, sugerindo-nos reflexões pontuais, importantes e necessárias. Segundo Romero (2006, p. 2)

Convivendo com antigos e fortes estereótipos, percebem-se várias dificuldades enfrentadas pelos homens e pelas mulheres no contexto organizacional. Os homens tentam manter a postura autoritária, com dificuldades em expor seus sentimentos e trabalhar em equipe; as mulheres submissas a essa autoridade, encontram barreiras para galgar postos de comando. Por outro lado, têm surgido no meio organizacional algumas novidades, como a falsa idéia de que existe o modo feminino de administrar, induzindo a uma suposta guerra dos sexos, na qual homens e mulheres estão se sentindo inseguros no gerenciamento das organizações.

Os imperativos masculinos acabam sendo a tônica que orienta os processos de trabalho organizacionais policiais-militares e devido ao peso que exerce, perpetuado através da cultura presente e característica do espaço laboral. Possui papel crucial nas questões afetas à estima e subestima do trabalho, além do reconhecimento da atividade exercida e o senso de pertencimento percebido pelo colaborador.

#### **4 AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO, CULTURA ORGANIZACIONAL NO AMBIENTE POLICIAL-MILITAR E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO POLICIAL**

As transformações do mundo do trabalho permeiam todas as esferas laborais. No que alude à segurança pública, é claro, não poderia ser diferente. A divisão sexual do trabalho nessa esfera, diante de tais transformações, acaba por merecer contornos bastante peculiares.

A participação feminina nas instituições policiais sempre suscitou discussões interessantes. Para Wolff (2009), desde meados do século XX, quando a polícia militar de São Paulo admitiu pela primeira vez mulheres em seus quadros e foi a instituição policial-militar pioneira na inclusão feminina no Brasil, tal situação tem sido alvo de poucos, mas importantes estudos, pesquisas e questionamentos. Contudo, Calazans (2005, p. 33) afirma que

[...] há uma associação entre a profissionalização do trabalho policial e o ingresso de mulheres no aparelho policial militar, uma polícia menos voltada para o uso da força, direcionada para a capacidade estratégica, exigências advindas das transformações pelas quais vem passando o modelo de polícia e o próprio mundo do trabalho. Talvez o importante seja reconhecermos que as mulheres, mesmo como minorias simbólicas, em uma instituição pautada pelo paradigma da masculinidade, introduziram a lógica da diferença, uma vez que produziram desacomodação, desestabi-

lização e desorganização interna nessas instituições, colocando possibilidades de pensar o medo, o risco do ofício de polícia e um questionamento a respeito da ordem estabelecida.

A condição feminina no universo policial, sobretudo policial-militar, caracterizado principalmente pela hierarquização, enaltece a figura conhecida como “divisão sexual de gênero”. Segundo Nogueira (2010), a divisão sociosexual ganha sentido ao dar a conotação de hierarquização de gênero, ao redundar no desabonamento do trabalho feminino assalariado, desvalorizando sua força de trabalho e, por sua vez, representa uma aguda e pejorativa fragilização feminina no mundo produtivo, já que “[...] a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sócio-sexual do trabalho”. (NOGUEIRA, 2010, p. 59)

Diante de tal problemática, faz-se necessário pontuar o conceito de cultura organizacional, que segundo Mintzberg, Ahlstrand, Bruce e Lampel (2000), é a base da organização e se caracteriza por crenças comuns que se refletem nos costumes e hábitos, bem como em manifestações mais perceptíveis – histórias, símbolos, ou mesmo edifícios e produtos – que para o autor, a força de uma cultura no ambiente laboral legitima as crenças e os valores difundidos e internalizados pelos membros de uma organização. A cultura organizacional depende das pessoas e não existiria sem elas. A cultura organizacional é um conceito fundamental à construção das estruturas organizacionais. Assim, nota-se então que a cultura de uma organização é um conjunto de características que a diferencia em relação às demais. A cultura tem a função de legitimar o sistema de valores, expresso através de rituais, mitos, hábitos e crenças comuns aos membros de uma organização, que assim produzem normas de comportamento genericamente aceitas por todos.

É nesse contexto que a cultura organizacional nas instituições policiais reforça as sólidas concepções do imaginário coletivo que, historicamente, é masculino. O próprio histórico da inserção feminina nos ambientes policiais vem impregnado da cultura organizacional fundada em sólidos alicerces:

[...] sacrifício feminino pela concepção e educação das futuras gerações vistos como atribuições coerentes com suas qualificações naturais de sensibilidade e delicadeza, agora utilizadas em ações que envolvessem outras mulheres, idosos e crianças. [...] A idealização da imagem da mulher policial encontra-se na natureza maternal feminina, bem como o motivo defendido pela instituição viril para necessitar sua presença. Esse corpo feminino [...] é exposto nos espaços públicos centrais [...] de concentração seletiva [...]. (MOREIRA, 2006, p. 6)

Pode-se verificar que, culturalmente, na corporação, o emprego da mão de obra feminina é frequentemente alocada em determinadas atividades tipicamente consideradas como próprias daquele gênero, tais como teleatendimento, secretariado, relações públicas, patrulha de prevenção à violência doméstica, atividades educativas realizadas em escolas, campanhas institucionais, dentre outras, cujo fato traz à tona a análise do emprego feminino: ao lhe serem atribuídas tais atividades, há o reconhecimento do trabalho feminino ou, pelo contrário, há a segregação de gênero pelo fato de a policial militar ser vista como incapaz de executar os trabalhos que são dominados pelo gênero masculino?

D'Araújo (2003, p. 446) analisa a questão do trabalho feminino a partir da percepção que as autoridades brasileiras da área de segurança pública têm daquele grupo:

[...] o mundo feminino é classificado de forma diferente e desigual e que as qualidades masculinas são exclusivas, assim como as femininas. E, entre as características femininas, a que mais aparece é a fragilidade. Temos assim, um paradoxo: como admitir mulheres, por natureza fisicamente débeis, em uma instituição que por definição tem que lidar com o monopólio da força bruta?

Nesse sentido, Cappelle e Mello (2010) abordam a instituição policial-militar a partir do ponto de vista de um ambiente “guetizador”, ou seja, culturalmente apropriado e estimulador da segregação sexual do trabalho, por caracterizar pela presença histórica e maciçamente masculina em suas fileiras, além da clara distinção adotada para emprego de mão de obra nas atividades meio e fim, esta última, razão de ser da atividade policial – promoção da ordem pública e manutenção da paz social:

A Polícia Militar, analisada como um espaço organizacional de interação social, pode ser considerada uma espécie de *gueto masculino* no qual se admitiu o ingresso de mulheres há pouco tempo. A inserção de mulheres na organização, principalmente as do oficialato, tem ocorrido, predominantemente, em funções administrativas e de relações públicas – tidas como atividades-meio e não atividades-fim da Polícia –, percebendo-se maior dificuldade de inserção daquelas policiais que optam por seguir carreira no policiamento operacional. Somado a isso, tem-se um contexto em que a questão da violência urbana vem pressionando os órgãos de segurança pública por melhores resultados. E percebe-se também uma ação da Polícia Militar no sentido de mudar sua percepção por parte do público, passando de uma organização com a imagem marcada pela agressividade e repressão para outra que se coloca a serviço da comunidade, com um caráter mais preventivo e educativo. (CAPELLE; MELLO, 2010)

Deste modo, percebe-se a necessidade de se esmiuçar as questões culturais e socioinstitucionais que permeiam o trabalho feminino diante de suas peculiaridades e limitações.

O ambiente policial-militar, por ser historicamente dominado pelo gênero masculino, tende a privilegiá-lo. As relações de dominação e poder apresentam maior relevo e a figura feminina é relegada a um plano inferior. A partir de considerações apresentadas por Young e Hagen (2006) caracteriza tal fato como “marginalidade estrutural”, já que o ambiente policial sempre imprimiu aos símbolos masculinos respeito e propriedade, tendo dificuldade em abordar as dificuldades inerentes a gênero, somente porque a masculinidade encontra-se, historicamente, como detentora da posição principal, fato sobre o qual há consenso e compreensão. Assim, ocorre um culto da masculinidade, tendo a função de conferir prestígio à estrutura, fazendo com que as mulheres sejam difamadas, relegadas a um nível inferior, tratadas condescendentemente e tenham seu valor social negado quando são poupadas do trabalho efetivo de polícia, ou seja, seu emprego nas atividades diretamente ligadas ao policiamento ostensivo que visa à preservação da ordem pública e manutenção da paz social.

Bourdieu (2002) expõe que a dominação masculina se faz presente em todas as sociedades e legitima-se no fato de que todas essas sociedades se constituem de uma perspectiva androcêntrica, já que pressupõe e prescreve a dominação do princípio masculino (ativo) sobre o princípio feminino (passivo). Assim, a dominação masculina é uma dominação simbólica que caracteriza a banalização dessa dominação na sociedade, exercendo sobre os corpos um forte poder, sem haver necessidade de força física. Assim, a dominação é imposta e vivenciada pela presença da violência simbólica, uma “violência doce e quase sempre invisível”, um ato sutil, responsável por ocultar as relações de poder que alcançam não somente as relações entre os gêneros, mas toda a estrutura social.

Sendo o produto da inscrição no corpo de uma relação de dominação, as estruturas estruturadas e estruturantes do *habitus* são o princípio de atos de conhecimento e reconhecimento práticos da fronteira mágica que produz a diferença entre os dominados, isto é, sua identidade social, inteiramente contida nessa relação. Esse conhecimento através do corpo é o que leva os dominados a contribuir para sua própria dominação ao aceitar tacitamente, fora de qualquer manifestação da vontade, os limites que lhe são impostos, ou mesmo produzir ou reproduzir por sua prática, limites abolidos na esfera do direito. (BOURDIEU, 1995, p. 146)

Para Calazans (2003), o ingresso feminino no ambiente laboral policial-militar encontra sustentação ao ser ilustrado pela pretensão do discurso de que atualmente buscam-se outros valores mais favoráveis com o contexto social atual, como inteligência, a capacidade para intermédio na resolução de conflitos, a inovação e o trabalho em equipe. Desta forma, conflitam novas situações em que a força física não é fundamental. Um exemplo é a mediação em situações potencialmente violentas e conflitivas, atendimento a coletivos que exigem tratamento diferenciado (minorias e grupos vulneráveis em situação de vitimização) e demandas não criminais.

Os critérios considerados para que se faça a alocação das mulheres policiais-militares em determinadas atividades reforça o viés machista institucional. A subestimação do potencial feminino merece ser questionada. Conforme Kliksberg (2001), há necessidade de se superar todas as formas de discriminação que ainda subsistem, como as que são exercidas contra as mulheres, já que todos os seres humanos fazem jus ao pleno respeito e os mesmos direitos.

## **5 RECONHECIMENTO DO TRABALHO FEMININO**

Ao se abordar as questões atinentes ao trabalho feminino, gênero e dificuldades, muito pouco se fala sobre a importância e necessidade do reconhecimento de seu trabalho. O viés machista acaba por subjugar e estigmatizar, relegando o produto laboral das mulheres a um plano inferior, subordinado aos imperativos masculinos.

O não reconhecimento do trabalho em função da divisão sexual do trabalho muitas vezes é tido como o ignorar daquele trabalho executado por determinado sexo. Tal concepção é concretamente nociva já que, além de subestimar, rejeitar e discriminar o produto laboral em função de uma segregação sexual, fragiliza, desmotiva e prejudica a produção/produktividade do segmento em questão.

Cabe destacar as considerações de Fraser (2007) acerca da interação que é regulada por um padrão institucionalizado de valoração cultural que representa algumas classes de atores sociais como pertencentes ao conceito normativo e outros que são percebidos como deficientes ou inferiores: o normal é ser heterossexual, o gay está relacionado à perversão, o correto é que as famílias sejam chefiadas por homens, as famílias chefiadas por mulheres são erradas, pessoas brancas obedecem à lei, as pessoas negras são suspeitas. O efeito, em todos esses casos, consiste na negação às minorias a condição de parceiros de fato na

interação, capazes efetivarem sua participação como iguais com os demais. Em todos os casos, conseqüentemente, uma demanda por reconhecimento é fundamental, porém percebe-se precisamente o que isso significa: com o objetivo de não valorizar a identidade de grupo, mas suplantar a subordinação, as reivindicações por reconhecimento buscam fazer do sujeito subordinado um parceiro integral na vida social, com capacidade de interagir com os outros como um par. Essas reivindicações para o reconhecimento têm por objetivo “desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam.” (FRASER, 2007, p. 9)

O que torna o não reconhecimento moralmente inaceitável, nessa perspectiva, é que isso nega a alguns indivíduos e grupos a possibilidade de participar, como iguais, com os demais, na interação social. A norma da *paridade participativa* invocada aqui não é sectária no sentido referido. Ela pode justificar reivindicações por reconhecimento como normativamente vinculantes para todos aqueles que concordem em seguir os termos justos da interação, sob as condições do pluralismo valorativo. (FRASER, 2007, p.13)

Segundo Taylor (2000, p. 249), “[...] a projeção de uma imagem inferior ou desprezível sobre outra pessoa pode na verdade distorcer e oprimir na medida em que a imagem é internalizada.” Há, assim, a instalação de um conflito ainda mais intenso, já que a subestimação favorecida pelo meio laboro-social acaba por induzir os sentimentos, de autosubestimação, autoflagelação, autopiedade. Além do mais, acaba por interferir diretamente no senso de pertencimento àquele meio, já que

[...] no âmbito dessas perspectivas, o reconhecimento errôneo não se limita a faltar ao devido respeito, podendo ainda infligir uma terrível ferida, aprisionando suas vítimas num paralisador ódio por si mesmas. O devido reconhecimento não é uma mera cortesia que devemos que devemos conceder às pessoas. É uma necessidade humana vital. (TAYLOR, 2000, p. 242)

Honneth (2003) afirma que ocorre uma tensão entre as pretensões da individuação e a vontade global internalizada na esfera da autorrelação prática, que, assim, leva a um conflito entre o sujeito e seu ambiente social. Assim, considerando a afirmação de Fraser (2007, p. 108), torna-se fundamental destacar o papel do não reconhecimento do trabalho feminino:

O não reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação. [...] A interação é regulada por um padrão institucionalizado de valoração cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como normativos e outros como deficientes ou inferiores.

Nesta perspectiva, a discussão acerca das questões presentes na relação “instituição *versus* gênero” faz-se necessária para a compreensão dos dilemas femininos em um ambiente onde o gênero masculino perfaz a esmagadora maioria de seu efetivo, e contribui para a dominação historicamente sociolaboral daquele meio, grupo e instituição.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho feminino, por mais incrível que possa parecer, ainda é visto com relativo desdém, descaso, desprestígio, desmerecimento. Tal fato é confirmado pelos recentes e frequentes estudos que demonstram que a remuneração do trabalho feminino ainda é menor que a remuneração do trabalho masculino. Até hoje, em nenhum lugar do mundo há um real equilíbrio entre os laboros de homens e mulheres.

A situação feminina no mercado de trabalho realmente é bastante peculiar: dupla ou até tripla jornada, vitimização à violência simbólica, subestimação, negação de seu valor social, dentre outros fatores. Espera-se que a médio e longo prazo – sobretudo nos meios policiais, ambiente historicamente marcado pela presença masculina, no qual o viés machista acaba por impor condições, limites e dificuldades mais perceptíveis aos olhos vitimizados e subestimados em sua capacidade técnica e intelectual – a mão de obra feminina consiga administrar melhor e impor os elementos femininos e masculinos na sua profissão. Inclusive, porque a coerção, para que haja os padrões de homogeneização e padronização em função da dominância masculina, é mais presente nos primeiros anos de ingresso nas instituições policiais. Com o passar dos anos na profissão, a mulher também tem chances (e não necessariamente oportunidades) de ocupar cargos de comando. O que é bastante salutar, já que está mais do que constatada a importância do papel feminino e sua contribuição para a preservação da ordem pública e promoção da paz social, pilares das atuais políticas de segurança.

Os contornos que circundam as questões ligadas ao reconhecimento do trabalho feminino apresentam muitas nuances e encontram-se profundamente engendrados na percepção que a sociedade tem do trabalho executado por

mulheres. Ainda assim, sabe-se que os desafios são muitos, assim como as barreiras e a solidez da cultura consolidada ao longo dos séculos que acabam por dar a tônica do preconceito institucional, muitas vezes (quase sempre) velado; o que não impede a união de esforços para que a força e a qualidade do trabalho feminino seja cada vez mais notada e enaltecida, visto suas características extremamente peculiares e necessárias.

Não se sugere aqui que haja uma sobreposição de trabalho de uma categoria sexual em detrimento de outra. Não. Propõe-se que se faça uma reflexão acerca dos papéis de cada uma, seus espaços públicos, áreas de atuação e complementaridade, além de uma atenta e profunda análise para as questões que caracterizam a divisão sexual do trabalho – que tem um peso maior quando há o histórico da maciça presença masculina – há razão de ser? Há justificativa outra que não o peso da misoginia? Tal costume encontra de fato fundamento prático?

É sobre estas questões que se nota uma ausência de reflexão. Reflexão que se faz necessária e que pode ter uma consequência verdadeiramente libertadora para o grupo em desvantagem no ambiente organizacional, reflexo da imagem social da qual aquele grupo é visto. Deve haver um ambiente no qual existam oportunidades e condições de participação de todos, independentemente das questões de gênero, a todos os envolvidos. Identidade, reconhecimento, valorização, senso de pertencimento, afirmação individual e de grupo do papel social: fatores responsáveis pelo envolvimento e desenvolvimento da nossa sociedade.

Afinal, a sociedade é plural e necessita do olhar público para sua diversidade. Diversidade presente na pluralidade institucional que dirige os esforços institucionais para o social.

## **POLICE WOMEN: CONSIDERATIONS ABOUT FEMALE POLICE WORK**

### **Abstract**

This article seeks to relate questions about the work and its social relevance, conceptualization gender and women's work, from a look at the changing world of work and organizational culture in the police-military environment. From literature review was possible to consider that there is a disadvantage in the organizational environment, the distinction between male and female labor.

**Keywords:** Work. Gender. Organizational culture. Military police environment.

## REFERÊNCIAS

- ÁVILA, Maria Betânia. *Trabalho, desenvolvimento e os impactos na vida cotidiana*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2012.
- BEAUVOIR, S de. *O segundo sexo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CALAZANS, Márcia Esteves de. *A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- CALAZANS, Márcia Esteves de. *Polícia e gênero: mulheres na polícia ostensiva*. 2007. Disponível em: <<http://observatoriodeseguranca.org/node/761>>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- CALAZANS, Márcia Esteves de. Polícia e gênero no contexto das reformas policiais. *La Salle - Revista de Educação, Ciência e Cultura*, v. 10, n. 2, 2005.
- CAPPELLE, M. C. A.; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. *Mulheres policiais, Relações de Poder e de Gênero na Polícia Militar de Minas Gerais*. RAM. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, p. 1-25, 2010.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. Pós-modernidade, sexo e gênero nas Forças Armadas. *Security and Defense Studies Review*, v. 3, n. 1, 2003. Disponível em: <<http://www3.ndu.edu/chds/journal/index.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2014.
- DUARTE, R. A. P. *Mimeses e racionalidade: a concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno*. São Paulo: Loyola, 1993.
- FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- FRASER, Nancy. *Reconhecimento sem Ética?* São Paulo: Lua Nova, 2007.
- FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. *Gênero e exclusão social*. Recife: Fundaj, Inpso, 2001. 14f.
- HAGEN, Acácia Maria Maduro. *O trabalho policial: estudos da polícia civil do Estado do Rio Grande do Sul*. São Paulo: IBCCRIM, 2006. (Monografias; 39).
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 1988.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

- KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. 175 p.
- LANGER, André. O trabalho como essência do Homem. *Revista Vinculando*, 2004. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/uploads/publicacoes/edicoes/1162403241.65pdf.pdf>>. Acessado em: 5 dez. 2011.
- MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MARX, Karl. *Manuscritos económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. *Safári de Estratégia*. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- MOREIRA, Rosemeri. *Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a feminização da polícia Militar do Paraná, uma prática dicotomizada (1975-1980)*. Exame de qualificação. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2006.
- NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. *Aurora*, Marília, ano 4, n. 6, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- PATEMAN, Carole. *Participation and democratic theory*. New York: Cambridge University Press, 1983.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a categoria mulher. In: ALGRANTI, L. M. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: UNICAMP, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).
- ROMERO, Sonia Mara Thater. Relações de gênero no contexto organizacional. *CAESURA, ULBRA*, Canoas, n. 28, p. 99-111, jan./jun. 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.16, n. 2, p.5-22, jul./dez. 1990.
- TAYLOR, C. A política do reconhecimento. In: TAYLOR, C. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- WOLFF, Cristina Scheibe. A ditadura militar e a face maternal da repressão. *Espaço Plural*, v. 10, p. 56-65, 2009. Unioeste.



---

## ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: LIMITES, RISCOS E POTENCIALIDADES

### RESUMO

Este *paper* tem por objetivo discutir algumas das potencialidades de práticas do Orçamento Participativo (doravante OP), bem como os riscos existentes se posto em prática de forma mal sucedida. Adotamos a revisão de literatura, especialmente as contribuições de autores que se dedicaram ao tema, tais como, Marquetti, Campos, Pires, Avritzer, Navarro, Ribeiro e Grazia. Destacamos que seus possíveis benefícios não se restringem apenas à sociedade civil, mas também ao poder público e suas limitações estão diretamente relacionadas às questões políticas e técnicas que envolve a efetivação de sua prática.

**Palavras-chave:** Orçamento Participativo. Limitações. Potencialidades.

### 1 O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UMA BREVE DEFINIÇÃO

O presente artigo objetiva discutir as potencialidades das práticas denominadas de Orçamento Participativo, bem como os possíveis riscos<sup>2</sup> se não praticada de forma adequada aos objetivos que se propõe o instrumento. Tais objetivos destacaremos posteriormente. Em um primeiro momento foi realizada uma revisão da literatura especializada a fim de compreender o que vem sendo denominado Orçamento Participativo (OP), bem como, identificar os principais apontamentos em torno desta prática de gestão pública. O artigo está dividido em duas seções, além das considerações finais. A primeira seção trata desta introdução, onde são brevemente destacadas algumas das definições conceituais

---

1 Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP. Professor da Faculdade Novo Milênio e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Administração/NEPA. E-mail: cristianobodart@hotmail.com

2 Todo instrumento quando não utilizado de maneira adequada ou não bem estruturado podem trazer resultados indesejados. Esses resultados indesejados chamaremos de "riscos". A título de exemplificação: o OP geralmente é implantado com o objetivo de fomentar a participação, mas se o gestor não atender as demandas apresentadas nas assembleias, a participação tende a diminuir, isso é um exemplo de risco. Risco, para nós, será entendido como os resultados negativos indesejados, fruto de uma prática mal sucedida.

de Orçamento Participativo mais usuais. Nessa mesma seção, é realizada uma descrição de suas características mais comuns. Na segunda seção são discutidas, por meio de revisão de literatura, os possíveis limites e potencialidades das práticas do OPs, sendo esses aspectos variáveis de acordo com cada experiência.

Para Pontual (2000, p. 68),

O Orçamento Participativo é uma modalidade de gestão pública fundada na participação direta da população nas diversas fases que compõem a elaboração e execução do orçamento público municipal, especialmente na indicação das prioridades para a alocação de recursos de investimentos.

Pontual (2000) destacou que o Orçamento Participativo é um instrumento pedagógico-político, transformador da cultura participativa.

O Orçamento Participativo é apontado como um mecanismo de democratização da política orçamentária estatal, reunindo os cidadãos em assembleias públicas nas quais avaliam a gestão municipal, elaboram propostas de acordo com suas demandas e, em muitos casos, deliberam sobre o uso e aplicação dos recursos públicos e os dirigentes estatais executam a vontade popular. (GUGLIANO, 2007) O OP se apresenta como uma forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre representações estatais e as entidades da sociedade civil, tendo como base a negociação e a parceria (PEREIRA, 2007), caracterizando-se como uma estrutura aberta, em constante mutação de acordo com os formatos necessários a cada realidade ou interesse, pois sua estrutura não é fechada em um modelo jurídico que vem de cima para baixo. O OP é entendido como uma experiência de cogestão, “um modelo de partilha do poder político mediante uma rede de instituições democráticas orientadas para obter decisões por deliberação, por consenso e por compromisso”. (SANTOS, 2002, p. 526 apud AZEVEDO, 2005, p. 109) Nota-se que esses aspectos firmam o OP como uma forma de democracia participativa.

O OP apresenta-se também como um processo com ‘múltiplas dimensões’ (BAIERLE, 1999), na medida em que se constitui como uma prática de discussão e definição de problemas e prioridades que envolvem diferentes interesses, atores e arenas e/ou espaços públicos e sociais. (LÜCHMANN, 2002, p. 93)

Na obra *Inovação Democrática no Brasil*, Leonardo Avritzer propôs a seguinte definição para o Orçamento Participativo:

O OP é uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa baseada em quatro elementos: a primeira característica do OP é a cessão da soberania por aqueles que a detêm como resultado de um processo representativo local. [...]; em segundo lugar o OP implica a reintrodução de elementos de participação local, tais como assembleias regionais, e de elementos de delegação, tais como os conselhos [...]; em terceiro lugar, a participação envolve um conjunto de regras que são definidas pelos próprios participantes, vinculando o OP a uma tradição de reconstituição de uma gramática social participativa na qual as regras da deliberação são determinadas pelos próprios participantes; em quarto lugar, o OP se caracteriza por uma tentativa de reversão das prioridades de distribuição de recursos públicos a nível local através de uma fórmula técnica. (AVRITZER, 2003, p. 14-15)

Partindo da classificação de Marquetti (2007), é possível identificar cinco tipos de experiências de “Orçamento Participativo” praticados em grandes cidades brasileiras, são elas:

1. A consulta pública: caracterizada por audiências sem caráter deliberativo, sem tomada de decisão e controle social;
2. O OP comunitário: trata-se das experiências onde não há abertura para todos os cidadãos, sendo realizadas por representantes dos movimentos sociais;
3. O OP de baixa intensidade: caracterizado na dimensão de definições das preferências pela deliberação de menos de 20% do total dos investimentos e pela realização de assembleias regionais, apresentando uma organização sistematizada apenas nos fóruns de delegados, os quais têm a função de monitorar a elaboração do orçamento e do plano de investimento e serviço;
4. O OP de média intensidade: neste tipo de OP, os cidadãos deliberam sobre uma porcentagem maior do total dos investimentos da prefeitura municipal, entre 20% a 80%, apresentando uma tendência de possuir Fórum de Delegados bem organizado, assim como o Conselho do Orçamento Participativo, possuindo regras para a definição das preferências e para a distribuição dos investimentos entre as regiões;
5. O OP de alta intensidade: neste, os cidadãos debatem mais de 80% do

---

3 Marquetti (2007) não apresenta esses tipos de OPs como estágios do processo, sendo, portanto, possível passar de uma situação em que não ocorre participação para uma experiência de OP de alta intensidade, assim como o contrário.

total dos investimentos. Neste tipo de OP, as decisões abrangem todas as áreas do município, havendo tendência de ocorrer assembleias regionais e temáticas, estando os fóruns de delegados bem organizados, e o orçamento é elaborado sob a coordenação dos conselheiros e delegados. Ainda no OP de alta intensidade, o orçamento é elaborado de acordo com as escolhas coletivas efetuadas ao longo do processo.

É importante destacar que o Orçamento Participativo não é um instrumento com características cimentadas, desarticulado de seu contexto, por isso, tal prática possui tantos formatos diferentes, quanto são diferentes as realidades políticas, históricas e sociais, bem como os interesses dos grupos envolvidos do processo. Isso dificulta abordagem teórica, que não se atém a um caso específico, assim como a criação de um “tipo ideal”, nos termos weberiano. Tentativas como desse presente trabalho torna-se vulnerável a “generalizações”, porém importante para compreender esse fenômeno que se espalha pelo Brasil sob o título de Orçamento Participativo.

As práticas de OP no Brasil são diversas, assim como seus resultados. Algumas regularidades são possíveis de ser identificadas a partir dos diversos estudos de caso desenvolvidos nos últimos anos. Parece que as práticas de OP que tendem a obter maiores sucessos são aquelas que surgiram em municípios dotados de maiores volumes de recursos públicos, marcadas pela iniciativa da sociedade civil e dotadas de apoio político do poder executivo e legislativo. É claro que o sucesso do Orçamento Participativo não depende apenas desses três aspectos, existem ainda as questões ligadas à estrutura institucional desse instrumento e ao estoque de capital social e empoderamento social.

Quanto à estrutura institucional do OP, é notório e esperado que esta norteará a diversos pontos a prática e seus resultados, tais como a escolha dos critérios de rateio dos recursos, o volume destinado ao OP, se o objetivo do mesmo é redistribuir recursos pelas áreas mais carentes ou apenas distribuí-los, assim como direciona a dinâmica de participação e acompanhamento das ações.

O papel do estoque de capital social, no sentido de rede de confiança e reciprocidade, é fundamental para a maior e menor mobilização e empenho da sociedade civil. Em comunidades onde os laços de confiança e de reciprocidade e as redes sociais são frágeis, a mobilização pode ficar comprometida, dificultando o bom andamento de práticas como o Orçamento Participativo.

De acordo com Pase (2007, p. 263),

Observa-se que a emergência dos movimentos sociais no Brasil está relacionada à existência e/ou desenvolvimento de relações de confiança, reciprocidade e solidariedade, pelo menos entre os iguais e, não raro identifica-se movimentos que tem claramente uma articulação maior, seja de classe, seja temática, que permite identificar o capital social.

O empoderamento (*empowerment*), enquanto capacidade de decidir e de libertar-se (PASE, 2007), é outro elemento para o sucesso do Orçamento Participativo. É importante destacar que práticas participativas podem apresentar um caráter pedagógico de participação e ser uma fonte de empoderamento, assim como, concluiu Pase (2007, p. 263) em pesquisa realizada em municípios do Rio Grande do Sul, “o capital social facilita o empoderamento”. Marquete e Campos (2008, p. 14), ao estudar o OP de Belo Horizonte destacaram que “o OP teve maior capacidade de empoderar a população de menor renda e de ‘inverter prioridades’, privilegiando os investimentos públicos e a oferta de serviços públicos nas regiões mais carentes das cidades”. Desta forma, capital social, empoderamento e estrutura institucional do Orçamento Participativo são elementos imbrincados e importantes compreender os resultados das práticas do OP.

## **2 LIMITES, RISCOS E POTENCIALIDADES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

As potencialidades apontadas por diversos autores, referentes à prática do OP, são diversas, embora seja possível identificar “riscos” e limitações em torno dessa prática de gestão pública. Buscar-se-á nesta seção efetuar um apontamento de tais potencialidades, bem como apresentar as limitações e os possíveis riscos que podem se manifestar quando não tomado alguns cuidados necessários ao êxito do OP.

Serageldin e outros (2003) apontam que o OP apresenta basicamente sete vantagens.

Quadro 1 - Vantagens da prática do Orçamento Participativo

<b>Vantagens da prática do OP, de acordo com Serageldin e outros (2003).</b>	<b>Impactos diretos sobre:</b>
1) Redução das tensões políticas e clientelistas	Os jogos políticos
2) Amplia a popularidade e a confiança do prefeito entre a população de média e baixa renda;	Imagem do político
3) Possibilita ao prefeito conduzir o orçamento sem muita pressão dos vereadores, o que reduz as práticas personalistas;	Sobre a gestão
4) Maior interação entre o poder executivo e os cidadãos e;	Movimentos Sociais e Democracia
5) Reduz significativamente os confrontos sociais reivindicatórios;	
6) Minimiza o potencial da corrupção;	Administração
7) Maior transparência na gestão pública.	

Fonte: Produzido pelos autores com base em Serageldin e outros (2003).

Quanto à redução das tensões políticas e clientelistas, cabe lembrar que é necessário não confundir redução como mitigação. Um “risco” que deve ser evidenciado está relacionado à ampliação da confiança e da popularidade do poder executivo, uma vez que uma prática de OP que não atende às reivindicações ou à concretização do que é definido nos fóruns e nas plenárias podem, ao contrário, desencadear uma insatisfação geral em relação aos políticos locais, especialmente ao prefeito, bem como desmotivar a participação social<sup>4</sup> de assuntos públicos, reforçando a ideia de que política não é coisa para pessoa honesta, como ocorreu na experiência de Vitória/ES, onde a instabilidade do cumprimento das demandas trouxe um cenário de maior desconfiança no gestor e na prática. (SAMPAIO, 2005, p. 12)

A prática do OP, como apresentou Serageldin e outros (2003), pode ampliar, dependendo do sucesso da prática, a popularidade do prefeito junto à sociedade civil, assim como dar-lhe legitimidade para não ficar refém de pedidos de ações beneficiadoras de pequenos grupos. Diversos OPs têm atraído a participação indivíduos das classes média e baixa, sobretudo onde o tipo de benefícios são pontuais e ligados a obras de infraestrutura básica, como esgoto,

4 Em 13/11/2013, Mota, secretário municipal de Recife, reconheceu em entrevista que o não cumprimento das demandas definidas no OP poderiam ser um obstáculo à participação da sociedade no OP. “Gerar expectativa por 10, 12, 15 anos e não cumprir o prometido gera descrença e revolta junto à população. Por isso a preocupação de nossa gestão, neste momento, não é apenas finalizar as obras”. (OBRA..., 2013)

pavimentação, escolas, posto de saúde etc. Claro que outros fatores colaboram para a inclusão desses grupos na prática do OP, como, por exemplo, a escassez de outros meios de influenciar os gestores à atenderem suas demandas. Cabe destacar que é comum, à medida que os recursos para o OP vão se ampliando, grupos das camadas sociais mais privilegiadas se mobilizarem para participar do OP buscando o atendimento às suas demandas, como ocorreu em Serra/ES. (CARLOS, 2007)

Para Minghelli (2005), o OP resgata a potencialidade da peça orçamentária no que se refere ao controle da gestão dos recursos públicos, possibilitando a participação social direta sobre este. Os municípios, nos quais há experiências de orçamento participativo, têm se adaptado mais rápido aos critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal, em função de uma gerência financeira mais cuidadosa (MARQUETTI, 2005 apud PIRES; TOMAS, 2007), assim como, afirma Avritzer (2003, p. 72), os orçamentos participativos bem-sucedidos “parecem estar aumentando os recursos municipais, diminuindo o déficit e limitando o gasto no sentido de melhorar as condições financeiras dos municípios”. Avritzer (2003) aponta, como característica do OP, a capacidade de conscientização dos seus participantes de que existem limites reais do gasto/investimentos na gestão pública. Também para Ananias (2005) a implantação do Orçamento Participativo possibilita dividir a responsabilidade de decidir onde aplicar os recursos públicos, os quais são sempre limitados em relação às demandas e às necessidades da sociedade. Esta conscientização social colabora para a redução da ideia de que o prefeito pouco faz ou demora a concretizar as obras. A conscientização referente aos limites dos cofres públicos possibilita a população compreender o sentido de prioridade, criando condições favoráveis à conscientização de estarem optando por benefícios de maior amplitude em seus afeitos.

Essa participação da gestão dos recursos pode propiciar para a sociedade civil uma compreensão de que programas e projetos não estão ligados apenas à vontade e honestidade política, mas também a diversas questões e situações, como a capacidade orçamentária e técnica da prefeitura, a legislação municipal, estadual e federal, a desapropriações de imóveis, a realizações de licitações, etc. Nesses casos, a transparência e o diálogo são peças fundamentais para a conscientização da população em relação aos obstáculos que podem surgir ao longo do processo de implementação do programa ou do projeto escolhido na prática do OP. Cabe destacar que transparência em si, como apontou Pires (2010, p. 4), não garante a participação, mas essa pode gerar aquela. Com relação à transparência Pires aponta que,

O orçamento participativo, se corretamente implantado e bem conduzido, pode ser um meio propício para forçar a transparência fiscal e orçamentária em governos locais, uma vez que a participação dos cidadãos/eleitores/contribuintes no processo orçamentário tende a se constituir num tipo inovador de pressão política, que os interesses partidários e eleitorais terão que considerar.

Pires (2010) afirma que se o OP for conduzido com intenções democratizantes (face política) e efficientizante (natureza técnica) podemos apontá-lo como um instrumento transparente e participativo. As limitações do OP em relação à transparência da gestão pública dependerá da sua prática, que está sujeita ao cenário político e técnico da administração.

Uma limitação identificada no OP de Recife por Tarcísio da Silva, durante as gestões de 1993-1996 e 1997-2000, foi a falta de autonomia de seus participantes (SILVA, 2003), ocorrendo devido ao fato de esses participantes serem funcionários da prefeitura (ligados diretamente ao prefeito), tendo eles a responsabilidade duvidosa de fiscalizar oficialmente a prática. Alguns OPs possuem uma comissão de acompanhamento e fiscalização, que tem como proposta ser autônoma e insulada, justamente para coibir a falta de autonomia.

Serageldin e outros (2003) e Ananias (2005) apontam que o OP se apresenta como um antídoto contra a corrupção e o desperdício do dinheiro público. Para Ananias, o Orçamento Participativo pode possibilitar mudanças importantes na gestão pública, como destacou:

Com a sua implantação, as obras faraônicas, inacabadas, obras para atender partidários, clientelísticos, mesquinhos, obras para pagar dívidas de campanha tendem ao desaparecimento. São realizadas as obras necessárias que melhor atendem aos interesses da coletividade. (ANANIAS, 2005, p. 34)

Além das sete possíveis vantagens do OP apresentadas por Serageldin e outros (2003) apontamos, a partir da literatura especializada, ainda outras sete.

Quadro 2 - Vantagens da prática do Orçamento Participativo

<b>Vantagens da prática do OP, de acordo com diversos autores</b>	<b>Impactos diretos sobre:</b>
<b>1)</b> o (res)surgimento do ativismo/seu caráter pedagógico;	Movimentos Sociais e Democracia
<b>2)</b> promoção de maior igualdade de capacidades e direitos de participação política;	
<b>3)</b> estímulo a participação dos setores de menor renda da população;	
<b>4)</b> é um processo que vai se enraizando e ampliando;	
<b>5)</b> redução do reconhecimento pessoal nas realizações de projetos públicos;	Os jogos políticos
<b>6)</b> induz os municípios adotarem mais instrumentos de gestão e planejamento;	Sobre a gestão
<b>7)</b> Redistribuição de renda.	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de pesquisa bibliográfica.

Buscaremos, a seguir, discutir tais aspectos apresentados no quadro 2.

### 2.1 O (RES)SURGIMENTO DO ATIVISMO/SEU CARÁTER PEDAGÓGICO:

A prática do OP pode fazer ressurgir o ativismo entre aqueles que já foram ativos no passado, assim como desperta indivíduos não pertencentes da elite para a participação nas questões públicas. (NYLEN, 2002, p. 26 apud AVRITZER, 2003) O OP vem sendo evidenciado pela literatura pelo seu caráter pedagógico, podendo ser uma escola de cidadania, pois, pode se constituir em um espaço de manifestações, articulações, discussões e movimentações, onde as pessoas se expõem, “discutem, a princípio, o que lhes diz respeito mais diretamente. Com o aprofundamento das discussões, vem o aprofundamento das discussões e da compreensão dos problemas e a busca de soluções de forma coletiva”. (ANANIAS, 2005, p. 35)

Para Ribeiro e Grazia (2003, p. 40), o Orçamento Participativo pode apresentar contribuições para a transformação da cultura política brasileira:

[...] como o Orçamento Participativo possui uma clara face de projetos, é indiscutível valorizar a sua experimentação nos mais diferentes contex-

tos sócio-econômicos do país, favorecendo a emergência de práticas progressistas, ainda que embrionárias, em espaços tradicionalmente avessos à participação social. Destas práticas, podem surgir novos aprendizados políticos e envolvimento em redes de movimentos sociais que permitam maiores ganhos em democracia. Encontram-se em jogo, o OP considerado pleno, os elementos de um potencial partilha do poder, trazendo a promessa de alterações profundas na hierárquica cultura política brasileira.

O OP propicia aos participantes condições de ampliar seus conhecimentos técnicos ligados à gestão e ao planejamento público e político, como destacou Lúchmann (2002, p. 178):

Trata-se de um processo de aprendizado que vai desde a necessidade de aprender a organizar e/ou coordenar uma reunião, a estabelecer discussões para a definição de prioridades, alianças, negociações, até o conhecimento de outras realidades da cidade, percebendo carências mais agudas e emergenciais. Aprendizados técnicos e políticos, com informações sobre o funcionamento da prefeitura, de limites técnicos, de dados acerca de recursos e obras, enfim, aprendizados que qualificam a participação, reduzindo o grau de dependência e desigualdade política.

## 2.2 PROMOÇÃO DE MAIOR IGUALDADE DE CAPACIDADES E DIREITOS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

O OP pode proporcionar aos indivíduos, inclusive aos grupos anteriormente marginalizados, as mesmas capacidades e direitos de participação política. O Orçamento Participativo tem sido amplamente caracterizado como a materialização de um espaço de inclusão participativa. Estudo das experiências mais bem sucedidas, como o Orçamento Participativo de Porto Alegre, ilustra o potencial desse instrumento em termos de inclusão política e de redistribuição dos recursos, podendo levar até ao surgimento de uma espécie de “quarto poder” que se apresentaria em articulação com os três poderes clássicos. (VILAS BOAS, 2007, p. 380)

A inclusão de novos participantes no processo de decisões públicas relacionados à execução de programas e projetos já é em si um sucesso. (SERAGELDIN et al., 2003, p. 24) É importante estar atento aos “riscos” da participação, uma vez que os participantes podem sofrer manipulação passando a atender determinados interesses de grupo, ou a projetos e programas já acordados em gabinetes. Mas Serageldin e outros (2003) destaca que a participação da sociedade

é capaz de gerar experiências de práticas políticas que ao serem amadurecidas criam situações capazes de mitigar ações de redes personalistas e baseadas em “decisões de gabinetes”.

O OP possibilita a presença de representações de diversos grupos sociais em um mesmo espaço democrático, discutindo interesses coletivos com o mesmo poder de voto (ANANIAS, 2005; MARQUETTI; CAMPOS, 2008; PIRES, 2008), embora, como destacou Pereira (2007), isso não garanta a produção de um consenso entre os interesses coletivos devido às assimetrias na capacidade de participação dos atores e da pluralidade de interesses envolvidos e disputados. Para Vilas Boas (2007), a introdução de formas de democracia participativa, como o Orçamento Participativo, permite uma melhor representação da diversidade dos grupos sociais, uma vez que se trata de um espaço aberto a todos. “O grande sucesso do OP está na “introdução de uma fórmula mediadora de democracia direta e representativa, em que há efetivamente a participação popular” (SANTOS, 2004, p. 22), o que aprofunda o nível de democracia. Nesse sentido, o OP proporciona um espaço de proximidade e parceria entre a sociedade civil e o Estado, dando aos atores sociais condições de “terem voz” nas decisões referente às ações e os rumos da gestão pública.

Para Santos (2004, p. 24), é necessário ir além da criação de um espaço participativo onde todos são tratados como iguais. Para essa autora, é necessário começar a tratar os desiguais de forma diferente. “Deve-se reconhecer que para proporcionar a todas as pessoas a oportunidade de falar e participar com proveito nas reuniões do Orçamento Participativo é necessário capacitá-las antes”, nesse ponto encontramos um risco de se criar métodos igualitários de participação, mas que não consideram tais assimetrias. A fim de minimizar esse problema, muitos OPs possuem um momento de capacitação dos delegados (curso de capacitação de delegados do OP), tal como ocorre em Porto Alegre/RS, Farroupinha/RS, Belo Horizonte/MG, São Paulo/SP, Guarulhos/SP, Vitória/ES e Serra/ES. Esse curso de formação busca, geralmente, apresentar aos delegados e interessados os mecanismos de participação no OP, sua estrutura organizacional, importância, objetivos e demais informações necessárias para o acompanhamento de todo o processo do OP.

Outra atenção necessária para ampliar a participação social nos fóruns está na redução dos custos dessa participação. As plenárias devem ser realizadas o mais próximas possível da população. Muitas práticas têm adotado a subdivisão das regionais, ou ainda, fóruns em cada bairro. Alguns podem afirmar que em municípios com muitos bairros, devido à sua extensão territorial, a realização de fóruns nos bairros pode ficar custosa para o poder público. De fato, isso

pode ocorrer, embora o retorno de tal prática seria significativo, assim como seria pior se a população tiver que pagar pelos custos de deslocamento, o que poderá desestimular a participação.

### 2.3 ESTIMULO A PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE MENOR RENDA DA POPULAÇÃO:

Destacaram Marquetti e Campos (2008) que o Orçamento Participativo é organizado de modo a estimular a participação dos setores de menor renda da população, pois as demandas discutidas nas assembleias abrangem serviços públicos e obra de infraestrutura as quais, em grande medida, a classe média já possui acesso, e devido ao fato de o OP possuir regras de distribuição de recursos que tomam em consideração as carências das regiões, beneficiando as áreas mais pobres da cidade. O estímulo à participação dos setores de menor renda foi evidenciado no estudo de caso (Porto Alegre) realizado por Marquetti (2008). Para Pires (2008), essas duas características acima apresentadas são fundamentais para que o OP apresente um aspecto redistributivo.

### 2.4 PROCESSO QUE VAI SE ENRAIZANDO E AMPLIANDO:

Para Ananias (2005, p. 42), “o OP é um processo que vai se enraizando e ampliando”. Em Porto Alegre, por exemplo, o Orçamento Participativo já envolve a discussão de obras estruturantes, as quais transcendem os limites regionais e dos demais setores da administração pública municipal. Em Belo Horizonte, o OP setorial e a adoção, em 2000, de um índice mais complexo (IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana) para balizar a distribuição dos recursos entre as regiões, são exemplos de aperfeiçoamento da prática de OP. O IQVU expressa a oferta e o acesso da população a determinados serviços e recursos urbanos, contemplando variáveis temáticas ligadas ao abastecimento de água, assistência social, cultura, educação, esporte, habitação, infraestrutura urbana, meio ambiente, saúde, segurança urbana e serviços urbanos, como postos de gasolina, agência de correios, etc. A partir dessas variáveis, foram calculados 75 indicadores de forma georreferenciada para as 81 unidades de Planejamentos de Belo Horizonte”. (PIRES, 2008, p. 69)

A fim de aperfeiçoar a prática do Orçamento Participativo, os municípios de Maringá, Recife e Olinda, por exemplo, introduziram conferências municipais de mulheres, realizadas a cada dois anos desde 2002 (VILAS BOAS,

2007), assim como em Belém foi desenvolvido a OP da Juventude e o Congresso da Cidade (Moraes, 2008). Um dos fatores colaboradores para o sucesso do Orçamento Participativo em Belo Horizonte foi a sua evolução metodológica, o que gerou impactos positivos sobre a gestão pública em termos de intensificar as atividades de planejamento, sistematização de informações e modernização administrativa. Nesse município, além da prática do Orçamento Participativo convencional, foi implementado o “OP Habitação” que ocorre concomitantemente com aquele. (PIRES, 2008, p. 62) O Orçamento Participativo da Habitação acontece a cada dois anos, no chamado “Fórum do OPH”, e busca definir a quantidade de beneficiados durante um determinado período. Para isso, os interessados em serem beneficiados devem fazer parte das famílias organizadas no movimento de luta por moradia, com renda familiar de no máximo cinco salários mínimos, que morem em Belo Horizonte há mais de dois anos, que não foram contempladas em outros programas de habitação e não tem casa. O número de beneficiados é definido com base na participação das famílias no fórum do OPH. Assim, quanto mais famílias participarem do fórum, mais benefícios serão destinados ao seu núcleo (cada inscrito está vinculado a um dos núcleos existentes). Após a distribuição de benefícios, os núcleos indicam, por meio de assembleias, as famílias a serem contempladas com as unidades habitacionais. A indicação da família cadastrada a ser beneficiada é feita a partir de critérios definidos por cada núcleo, respeitando-se os critérios estabelecidos pela Política Municipal de Habitação. (PORTAL DO OP, 20--)

Em 2006, a prefeitura de Belo Horizonte implementou o OP Digital, por meio do qual, destaca Pires, os cidadãos residentes e portadores de título de eleitor podem escolher pela *internet* as obras do Orçamento Participativo. É importante destacar que o OP Digital não deve substituir as plenárias e os fóruns, pois acarretaria um esvaziamento do caráter político (marcado pelo debate) do orçamento participativo. O debate cara a cara é *sine qua non* para a sinergia desse instrumento.

Pires e Tomas (2007) apontam que a evolução da estrutura do OP de Belo Horizonte contribuiu para seu aperfeiçoamento. A maior complexidade apresentada pelo critério de rateio dos recursos pode inibir muitos indivíduos a participarem por não conseguirem entender o processo. No caso de Belo Horizonte, tem sido oferecidos cursos de capacitação de liderança a fim de minimizar tal “risco”.

O Orçamento Participativo não é um instrumento pronto, acabado. Trata-se de um instrumento mutável de acordo com as condições e objetivos a serem alcançados. Replicá-lo sem as devidas adequações não garantirá seu su-

cesso, nem mesmo sua permanência. O Orçamento Participativo deve ser “vivo”, assim como é “viva” a sociedade civil e suas demandas. É justamente por esse caráter que existem tantos formatos institucionais do OP sendo postos em prática no Brasil e em outros países. Embora tivéssemos apresentado cinco tipos de Orçamento Participativo, reconhecemos que existe uma multiplicidade muito maior. O que objetivamos, ao apresentar esses cinco tipos, foi destacar alguns aspectos e estruturas mais comuns que se repetem em diversas práticas.

#### 2.5 REDUÇÃO DO RECONHECIMENTO PESSOAL NAS REALIZAÇÕES DE PROJETOS PÚBLICOS:

Uma vantagem notória no Orçamento Participativo, pelo menos para a sociedade civil, é a redução do reconhecimento pessoal nas realizações de projetos públicos. (SERAGELDIN et al., 2003) Nas práticas tradicionais de representação, é comum a sociedade creditar a ideia do projeto ao representante que o apresenta em plenária, às vezes acreditando que o recurso para a sua concretização teria sido o vereador “fulano de tal” ou “o prefeito” que “o conseguiu”. Com a prática do Orçamento Participativo, o projeto passa a ser visto como fruto coletivo, e os recursos como dinheiro público, fruto de impostos.

#### 2.6 INDUZ OS MUNICÍPIOS ADOTAREM MAIS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO:

Para Ribeiro e Grazia (2003), a prática de Orçamento Participativo induz os municípios adotarem mais instrumentos de gestão e planejamento (por exemplo, Planejamento Estratégico e revisão e elaboração de Planos Diretores), revisão de rotinas administrativas e maior informação. Moraes (2008, p. 116) afirma que “a abertura das discussões e das decisões à sociedade, sobre a alocação dos recursos orçamentários públicos, pode ser vista como um processo de construção de políticas que modifica as práticas anteriores de planejamento e de elaboração orçamentária”.

#### 2.7 REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA:

Avritzer (2007), Marquetti (2008), Campos (2008) e Moraes (2008) apontam o OP como um mecanismo capaz de promover redistribuição de renda. Estudos indicam que a participação popular na elaboração do orçamento

municipal pode contribuir não só para uma maior distribuição de renda, mas também minimizar os desperdícios de dinheiro público, reduzir ou eliminar certos fatores de má qualidade de vida e minimizar a corrupção. (MARQUETTI, 2007; SOUZA, 2006) Pires (2008) afirma que para que a autonomia decisória dos participantes não seja comprometida em arenas em que a participação de cidadãos é regulada por critérios técnicos, é importante que os próprios envolvidos no processo participem da definição das regras e critérios por meio de instância de autorregulação, tais como os núcleos de acompanhamentos do OP, Conselho Municipal do OP, Coordenadoria do Conselho Popular e Coordenadoria da Assembleia Municipal. (RIBEIRO; GRAZIA, 2003) No levantamento de Ribeiro e Grazia (2003), estas instâncias estavam presentes em apenas 13,6% dos municípios que desenvolvem experiências associáveis ao OP.

Leonardo Avritzer, ao estudar os efeitos distributivos das políticas participativas na região Nordeste, constatou que existe uma correlação significativa entre as cidades com um maior número de instituições participativas e as taxas de matrículas no ensino básico e em creches, “nesse caso, quanto mais alta a posição de uma cidade na escala de participação, maiores são as taxas de matrículas”. (AVRITZER, 2007, p. 37) Esse mesmo autor observou que as cidades nordestinas de médio porte pouco dotadas de estoque de bens públicos (educação e saúde) tiveram o volume desses bens ampliados acima da média após a implantação de políticas participativas. Marquetti (2008, p. 54), ao estudar a capacidade redistributiva do Orçamento Participativo de Porto Alegre, evidenciou que este “teve efeito redistributivo nas demandas realizadas nas regiões entre 1990 e 2004. [...] uma vez que as regiões relativamente mais pobres receberam maior montante de obras *per capita* do que as relativamente mais ricas”. Moraes (2008) apresenta o caráter redistributivo do Orçamento Participativo de Belém, o qual a partir de 2001 passou por algumas mudanças estruturais passando a se chamar de “Congresso da Cidade”.

Para que a redistribuição ocorra com maiores garantias, o Orçamento Participativo deve apresentar um critério de rateio pré-definido que atenda prioritariamente as áreas mais carentes da assistência do poder público, caso contrário, grupos mais organizados, mais dotados de um estoque de capital social<sup>5</sup> tenderão a canalizar os recursos para suas áreas, como identificado na experiência de Bodart (2009).

Ainda nessa direção, destacou Santos (2004, p. 21) que,

---

5 Conceito aqui utilizado faz referência àquele adotado por Robert Putnam em *Making Democracy Work: Civic Tradition in Modern Italy* (1993).

[...] as pessoas não são iguais, têm diferentes demandas, diferentes capacidades de articulação e diferentes chances de serem atendidas. Nesse sentido, os grupos mais bem articulados estariam mais propensos a serem escutados. Como o orçamento é uma espécie de cobertor curto que todos puxam, esses grupos teriam melhores condições de serem atendidos que outros menos articulados.

É certo que a própria prática do OP permite articulações e aprendizados que possibilitam os atores a promoverem um consenso em torno da necessidade de beneficiar os grupos mais carentes.

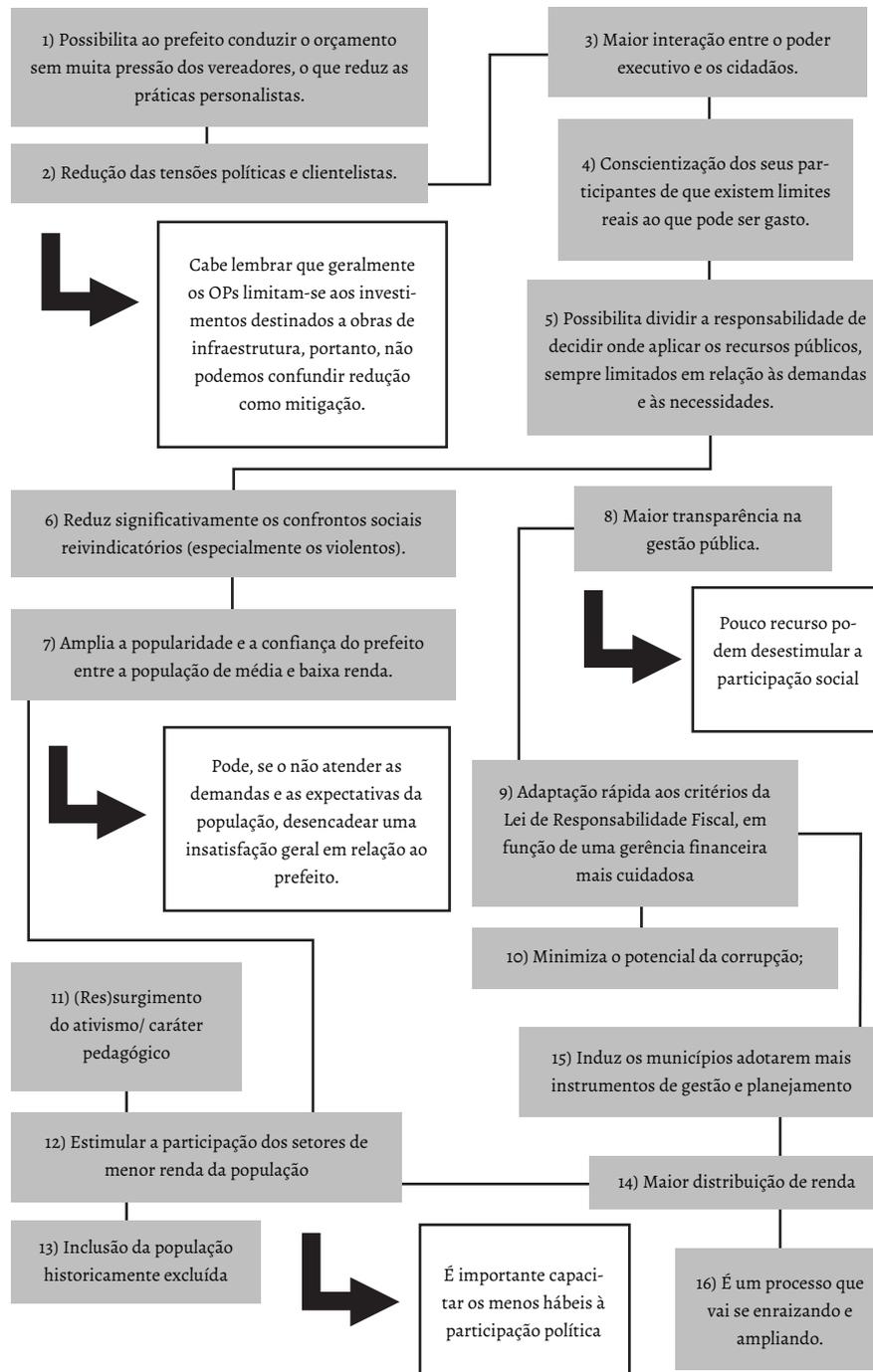
Existem casos em que os critérios de rateio dos investimentos são construídos com boas intenções, mas que acabam prejudicando o caráter redistributivo, como observado por Bodart (2009) ao analisar a experiência do município de Serra/ES. Naquele município foram acrescentados ao critério de rateio dos investimentos índices que certamente tiveram impactos negativos na redistribuição de renda, tais como “número de adimplente de IPTU” e “número de participantes do OP do ano anterior”.<sup>6</sup> Ao escolher esses indicadores, o objetivo era estimular o pagamento de IPTU e de participação. O efeito de indicadores como esses podem se mostrar perversos. As áreas mais carentes de recursos públicos são, geralmente, áreas sem regularização fundiária, o que impede o pagamento do IPTU. A população mais pobre do município, sendo carente de informação e escolarização, terá mais dificuldades de compreender a importância da participação social. Esses indicadores, na primeira rodada, não beneficiará prioritariamente esse grupo de baixo *status* social, o que reduzirá ainda mais o estímulo à participação nas futuras rodadas do OP.

Embora nem todos os tipos de Orçamentos Participativos apresentem condições estruturais para atingir os possíveis benefícios até aqui expostos, podemos, por fim, sintetizar, a partir de um fluxograma, as possíveis potencialidades de Orçamentos Participativos bem sucedidos:

---

<sup>6</sup> Regionais com maior número de adimplente de IPTU e de participantes do OP no ano anterior recebiam maior pontuação, o que representava maiores volumes de recursos em sua área.

Figura 1 – Fluxograma: Possíveis benefícios dos Orçamentos Participativos



Fonte: Elaborado pelos autores com base na revisão de literatura.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Celina Souza (2001, p. 88), destacou que existe um consenso na literatura especializada em torno da prática do OP: “Apesar dos problemas, tensões e resultados não previstos que decorrem do OP, a experiência tem se constituído em forma de acesso do cidadão ao processo decisório local” e que este acesso é coordenado pelos governos.

Embora existam problemas na prática do OP, tem sido possível destacar diversos aspectos dessa prática de gestão pública que apontam para um aperfeiçoamento da democracia e da participação social direta na gestão dos recursos públicos. Entendemos que esse instrumento de gestão, como já vem ocorrendo em algumas cidades brasileiras, é um caminho para o aprofundamento da democracia. Uma democracia verdadeiramente inclusiva, capaz de promover melhores condições sociais, assim como romper com antigos problemas da esfera pública.

Neste artigo, foram destacados quatorze vantagens da implementação do OP, tais como: a redução das tensões políticas e clientelistas; a possibilidade de o prefeito conduzir o orçamento sem muita pressão dos vereadores, o que reduz as práticas personalistas; a ampliação da popularidade e a confiança do prefeito entre a população de média e baixa renda; a minimização do potencial da corrupção; o (res)surgimento do ativismo/seu caráter pedagógico; a redução do reconhecimento pessoal nas realizações de projetos públicos; uma maior distribuição de renda; uma maior interação entre o poder executivo e os cidadãos e; uma maior transparência na gestão pública. Cabe destacar que os possíveis benefícios do OP não se restringem à sociedade civil. Seus benefícios podem ser gozados também pelo poder público, especialmente pelo gestor, pois uma prática bem sucedida lhe proporcionará condições de atuar com mais transparência, com menos pressão dos vereadores e dividindo as responsabilidades da gestão pública com a sociedade, em uma cogestão.

#### **PARTICIPATORY BUDGETING: POINTING LIMITATIONS AND POTENTIAL**

##### **Abstract**

This article aims to discuss some of the issues surrounding the possible potentials in the practice of Participatory Budgeting (OP), well as the risks if implemented unsuccessful way. We adopted the review of the literature, especially the contributions of authors who have dedicated themselves to the subject, as Marquetti, Fields, Pires, Avritzer, Navarro, and Ribeiro and Grazia. We point out that its possible benefits are not restricted

to civil society but also the government and its limitations are directly related to political and technical issues surrounding their practice.

**Keywords:** Participatory Budgeting. Potentials. Public Administration.

## REFERÊNCIAS

- ANANIAS, Patrus. Orçamento participativo: por que o implantamos em Belo Horizonte? In: AZEVEDO, Sergio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso. *Orçamento participativo: construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação social no Nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- AZEVEDO, Neimar Duarte. A face representativa do orçamento participativo. In: AZEVEDO, Sergio de; FERNANDES, Rodrigo Barroso. (Org.). *Orçamento participativo: construindo a democracia*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- BODART, Cristiano das Neves Bodart. *Alocação dos recursos públicos por meio do orçamento participativo em Serra/ES*. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2009. Mimeo.
- CAMPOS, Geraldo Adriano. Orçamento participativo de São Paulo: limiar da participação e redistribuição na metrópole. In: MARQUETTI, Aldamir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências do orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.
- CARLOS, Euzineia. *Controle social e política redistributiva no orçamento participativo*. Vitória: Edufes, 2007.
- GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Processos participativos de gestão pública em Porto Alegre e Montevideu: comparando semelhanças e diferenças. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.
- LÜCHMANN, Ligia Helena Hahn. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre*. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2002. Disponível em: <<http://www.democraciaparticipativa.org/files/LigiaLuchmann.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2010.

MARQUETTI, Aldamir. Orçamento participativo, redistribuição e finanças municipais: a experiência de Porto Alegre entre 1989 a 2004. In: MARQUETTI, Aldamir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências do orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.

MARQUETTI, Aldamir. Experiências de orçamento participativo no Brasil: uma proposta de classificação. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

MARQUETTI, Aldamir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências do orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.

MARQUETTI, Aldamir. Participação e redistribuição: o orçamento participativo em Porto Alegre. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

MORAES, Aldecy José G. de. O processo redistributivo do orçamento participativo e do Congresso da Cidade em Belém do Pará. In: MARQUETTI, Aldamir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia Participativa e Redistribuição: análise de experiências do orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.

OBRA parada é desperdício. 2013. Disponível em: <[http://especiais.jconline.net10.uol.com.br/ISS\\_2013/materia\\_07.php](http://especiais.jconline.net10.uol.com.br/ISS_2013/materia_07.php)>. Acesso em: 19 mar. 2014.

PASE. Hemerson Luiz. Capital Social e Empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007.

PEREIRA, Marcus Abílio Gomes. Modelos democráticos deliberativos e participativos: similitudes, diferenças e desafios. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.

PIRES, Roberto. Aspectos regulamentação da participação no OP em Belo Horizonte: eficiência distributiva aliada ao planejamento urbano. In: MARQUETTI, Aldamir; CAMPOS, Geraldo Adriano de; PIRES, Roberto (Org.). *Democracia participativa e redistribuição: análise de experiências do orçamento participativo*. São Paulo: Xamã, 2008.

PIRES, Roberto; TOMAS, Maria Carolina. Instituições participativas e gestão municipal no Nordeste: uma análise dos efeitos da participação sobre as práticas de governo. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *A participação social no nordeste*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

PIRES, Valdemir. Transparência, participação e orçamento participativo: reflexões a partir do caso brasileiro. *Temas de Administração Pública*, Araraquara, v. 4.n. 5, 2010.

PIRES, Valdemir; MARTINS, Larissa de Jesus. Orçamento participativo (OP) após vinte anos de experiências no Brasil: mais qualidade na gestão orçamentária municipal?

*Revista Capital Científico*, v. 9, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/1553/1642>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

PONTUAL, Pedro de Carvalho. *O processo educativo no orçamento participativo: aprendizado dos atores da sociedade civil e do estado*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://brazilianparticipatorybudgeting.files.wordpress.com/2013/05/ooptesepedropontualbvop.pdf>> Acessado em Dez. de 2013.

PORTAL do OP. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&lang=pt\\_br&pg=6983&tax=17311](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=portaldoop&lang=pt_br&pg=6983&tax=17311)>. Acesso em: 19 mar. 2014.

RIBEIRO, Ana Clara; GRAZIA, Grazia de (Org.). *As experiências de orçamento participativo no Brasil: período de 1997-2000*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SAMPAIO, Ana Paulo Santos. Orçamento participativo de Vitória: elementos para uma abordagem institucional. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu, MG. *Anais...*, Caxambu: Anpocs, 2005. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=3781&Itemid=318](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3781&Itemid=318)> Acesso em: 19 mar. 2013.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Orçamento articipativo: limites e contribuições de um instrumento de democracia direta. *Revista Democracia Viva*, n. 23, p. 18-25, 2004.

SANTOS JR, Orlando Alves dos; RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de. *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

SERAGELDIN, Mona et al. (Coord.). *Assessment of participatory budgeting in Brazil*. Harvard: Harvard University, Center for Urban Development Studies, 2003. <[http://www.mef.gov.pe/contenidos/pol\\_econ/documentos/Presupuesto\\_Participativo\\_Brasil\\_Efectos.pdf](http://www.mef.gov.pe/contenidos/pol_econ/documentos/Presupuesto_Participativo_Brasil_Efectos.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2014.

SILVA, Tarcisio. Da participação que temos à que queremos: o processo do Orçamento Participativo na cidade do Recife. In: AVRITZER, Leonardo. *O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico*. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, out./dez, 2001. Revista da Fundação SEADE.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VILAS BOAS, Marie-Hélène Sa. A participação como recurso disputado: uma análise dos dispositivos participativos dirigidos às mulheres introduzidas em Recife. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007.



